

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica



CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

CNPJ: 12.610.493/0001-60

Classificação de Risco (Quotas Seniores de Série Única) – Moody's América Latina Ltda.: Aaa.br
Classificação de Risco (Quotas Subordinadas Mezanino) – Moody's América Latina Ltda.: Ba1.br

Código ISIN Quotas Seniores: BRCHMSCTF006
Código ISIN Quotas Subordinadas Mezanino: BRCHMSCTF014

Registro CVM Quotas Seniores nº CVM/SER/RFD/039, concedido em 14 de dezembro de 2010
Registro CVM Quotas Subordinadas Mezanino nº CVM/SER/RFD/040, concedido em 14 de dezembro de 2010



O Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica (“Fundo”) está ofertando (i) 544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas) quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Quotas Seniores” e “Valor Unitário de Emissão”), perfazendo o montante total de R\$ 544.800.000,00 (quinhentas e quarenta e quatro milhões e oitocentas mil reais); e (ii) 43.200 (quarenta e três mil e duzentas) quotas subordinadas mezanino, em série única e de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo um total de R\$ 43.200.000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil reais) (“Quotas Subordinadas Mezanino”). O total de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem distribuídas será de:

R\$ 588.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino (“Oferta”) foi deliberada pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada à instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 (“Administrador”), em 28 de setembro de 2010.

Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 08 de outubro de 2010.

O BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” ou “Coordenador Líder”), o Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”) e o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Bradesco BBI, “Coordenadores”) foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, teve o seu regulamento registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o nº 243.133, com o seu primeiro e o seu segundo aditamentos averbados no mesmo cartório sob os nºs 244.526 e 245.123, em 12 de novembro e 2 de dezembro de 2010, respectivamente (“Regulamento”).

O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O Fundo destina-se a adquirir Direitos Creditórios de titularidade das Cedentes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, vide seção “Os Direitos Creditórios”, na página 42 deste Prospecto.

Adicionalmente às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, serão emitidas, pelo Fundo, a qualquer tempo durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de quotas subordinadas junior (“Quotas Subordinadas Junior”), que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Braskem e/ou Partes Relacionadas. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) Investidores Qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”) e (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 34 a 39 deste Prospecto.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor da Carteira, das Cedentes, de suas respectivas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador ou do Gestor de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas objeto da Oferta.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Somente (i) Investidores Qualificados e (ii) Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento autorizados a investir em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, conforme definido pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, Instrução CVM nº 450, de 30 de março de 2007, Instrução CVM nº 456, de 22 de junho de 2007 e Instrução CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008, podem adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

Coordenadores

Coordenador Líder



Bradesco BBI



Banco Votorantim

Administrador



Custódia Qualificada



Agência Classificadora de Risco

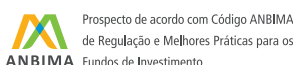
MOODY'S

Auditoria



Assessoria Jurídica

PINHEIRO GUIMARÃES
ADVOGADOS



Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

“Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora, dos Direitos de Crédito ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo.”

Índice

Índice.....	1
Glossário.....	3
Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos.....	10
Administrador e Gestor.....	10
Coordenadores.....	10
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira.....	10
Consultor Jurídico.....	11
Os Coordenadores.....	12
Coordenador Líder.....	12
Bradesco BBI.....	13
Votorantim.....	13
Características Básicas do Fundo.....	15
Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.....	19
Características Básicas das Quotas Seniores.....	19
Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino.....	19
Sumário.....	21
O Fundo.....	21
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo.....	21
Os Direitos Creditórios – Características.....	21
As Quotas.....	22
Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.....	22
Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.....	24
Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.....	26
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	26
O Administrador.....	26
Remuneração do Administrador e Custodiante.....	27
Gestor.....	27
Custodiante.....	27
Conflito de Interesses.....	27
Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com as Cedentes.....	27
Relacionamento dos Coordenadores com as Cedentes.....	27
Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo.....	28
As Cedentes.....	28
Procedimentos de Distribuição das Quotas.....	30
Regime de Colocação.....	30
Plano de Distribuição.....	31
Encerramento da Distribuição.....	32
Subscrição e Integralização das Quotas.....	32
Cronograma da Oferta.....	32
Custos de Distribuição.....	32
Fatores de Risco.....	34
Riscos associados ao investimento no Fundo.....	34
Riscos associados aos Direitos Creditórios.....	37
Os Direitos Creditórios.....	40
Introdução.....	40
Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios.....	40
Procedimentos para a concessão do crédito.....	43
A Estrutura da Operação.....	48
Resumo da Estrutura.....	48
Estrutura do fundo.....	48
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo.....	49
Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios.....	50
Critérios de Elegibilidade.....	50
Verificação dos Critérios de Elegibilidade.....	51
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis.....	51
Cobrança dos Direitos Creditórios.....	52
Opção de recompra de Direitos Creditórios pelas Cedentes.....	53
Resolução da Cessão.....	53
Resilição do Contrato de Cessão pelas Cedentes.....	53
Índices de Cobertura.....	53
Reserva de Amortização e Resgate.....	55
Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate.....	55
Ordem de Alocação de Recursos.....	56
Taxa de Administração e Encargos do Fundo.....	56
Eventos de Avaliação.....	57
Eventos de Liquidação.....	59
Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios.....	60

Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo	60
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	61
Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas	61
Atendimento aos Quotistas	61
Assembleia Geral	61
As Quotas	65
Características das Quotas Seniores	65
Características das Quotas Subordinadas Mezanino	65
Características das Quotas Subordinadas Junior	65
Emissão e integralização das Quotas	66
Amortização e Resgate das Quotas	66
Tributação	66
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo	69
Contrato de Cessão	69
Contrato de Distribuição	69
Contrato de Custódia	69
Contrato de Depósito	71
Contrato de Cobrança	71
Gestão da carteira do Fundo	71
Agência de Classificação de Risco	72
Empresa de Auditoria	72
Destinação dos Recursos	73
Administrador	74
Gestor	74
Custodiante e Agente Escriturador	76
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	76
Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento	76
Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro	78
Estrutura	78
Papel do Governo Brasileiro	80
Preços e Tributos	81
Tributação	81
As Cedentes	83
Braskem	83
Introdução	83
Estratégia	84
Capital Social	88
Administração	90
Atividades	92
Demonstrações Financeiras da Braskem	96
Quattor Participações	96
Atividades	96
Capital Social	97
Quattor Petroquímica	97
Atividades	97
Capital Social	97
RioPol	97
Atividades	97
Capital Social	97
Anexos	99
Instrumento de Constituição do Fundo	101
Regulamento	105
Contrato de Cessão	195
Suplemento Único das Quotas Seniores	255
Suplemento Único das Quotas Subordinadas Mezanino	259
Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	263
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400	267
Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco	271
Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG	285

Glossário

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

Administrador	BEM.
Agência de Classificação de Risco	Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
Agente Escriturador	Bradesco.
Alocação Mínima	Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá após 90 dias da 1ª Data de Emissão início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% nos termos do item 6.3 do Regulamento do Fundo.
Amortização Extraordinária	Tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 do Regulamento.
Amortização Periódica	Amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 do Regulamento, na seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" na página deste 24 Prospecto e nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.
ANBIMA	Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo IV da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo V da Instrução CVM 400.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 do Regulamento.
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400
Aviso de Amortização Extraordinária	O procedimento de amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, que poderá ser realizada pelo Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, constante do item 19.1 do Regulamento
Aviso de Vencimento	Bloquetos de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Bancos Cobradores	As seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco ABN Amro Real S.A e Banco Safra S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do fundo e das Cedentes para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.
Base de Dados	Base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.
BB-BI	BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30.
Belgravia	Belgravia Empreendimentos S.A.
BEM	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.
BM&F Bovespa	BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A. - BNDESPAR

Bradesco	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus - Prédio Novo - 4º Andar - Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista n.º 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0073-93.
BRAM	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001-44.
BRK	BRK Investimentos Petroquímicos S.A.
Braskem	Braskem S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, 1561 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 42.150.391/0001-70.
CBPI	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.
Cedente Líder	Braskem.
Cedentes	Braskem, Quattor Participações, Quattor Petroquímica e RioPol (respeitada quanto à RioPol a condição suspensiva prevista no item 14.1. do Contrato de Cessão), e suas respectivas sucessoras, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 do Regulamento
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Cetrel	Cetrel S.A. – Empresa de Proteção Ambiental
Chemical III	Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.266.450/0001-03.
Chemical IV	Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.842.004/0001-70.
Chemical V	Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.809.198/0001-75.
Chinese Wall	Separação entre as atividades de administração e gestão de um fundo de investimento, e as demais atividades da instituição financeira administradora, visando evitar o surgimento de conflitos de interesses entre as duas atividades.
CIF	Significa Cost, Insurance and Freight.
Clientes	Compradores de Produtos cadastrados pelas Cedentes e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% do Patrimônio Líquido.
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
Complexo do Suape	Complexo Petroquímico de Suape
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Cobrança Bancária	Cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.
Cobrança Judicial e Extrajudicial	Cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pelas Cedentes com relação aos Direitos Creditórios por elas cedidos nos termos do Contrato de Cobrança.
Condições Resolutivas da Cessão	Condições sob as quais a cessão dos Direitos Creditórios será considerada como resolvida, conforme a Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.
Conta-Corrente Autorizada do Fundo	Conta-corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão ou outra conta-corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.
Contas Correntes Autorizadas das Cedentes	Contas-correntes de titularidade de cada Cedente referidas na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão, ou outras contas correntes que vierem a ser indicadas pelas Cedentes para recebimento de valores pela respectiva Cedente.
Contraprestação	Procedimento para pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, constante da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão.
Contrato de Cessão	"Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e as Cedentes, com a

	<p>interveniência do Custodiante, que poderá sofrer alterações entendidas como pertinentes, por meio de aditivo, desde que autorizado por Assembleia Geral, conforme definido nos itens 5.3.1, II e 5.3.2 do Regulamento do Fundo.</p>
Contrato de Cobrança	<p>"Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e as Cedentes, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.</p>
Contrato de Custódia	<p>"Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador e o Custodiante, com a intervenção das Cedentes, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.</p>
Contrato de Depósito	<p>"Contrato de Depósito e Outras Avenças" firmado entre o Custodiante e as Cedentes, com a intervenção do Fundo, representado pelo Administrador, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.</p>
Contrato de Distribuição	<p>"Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, sob o Regime de Garantia Firme, de Emissão do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, as Cedentes, o BB-BI, o Votorantim e o Bradesco BBI.</p>
Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior	<p>"Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Braskem, com a intervenção do Custodiante, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.</p>
Convênios de Cobrança Bancária	<p>Convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a intervenção do Fundo, representado pelo Administrador, e das Cedentes, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.</p>
Coordenador Líder	<p>BB-BI.</p>
Coordenadores	<p>BB-BI, Bradesco BBI e Votorantim.</p>
Coordenadores Consorciados	<p>Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que os Coordenadores poderão, conjuntamente, contratar para colocação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, mediante prévia autorização da Cedente Líder.</p>
Copesul	<p>Copesul - Companhia Petroquímica do Sul S.A.</p>
Crítérios de Elegibilidade	<p>Crítérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 do Regulamento.</p>
Custodiante	<p>Bradesco, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.</p>
CVM	<p>Comissão de Valores Mobiliários.</p>
Data de Aquisição e Pagamento	<p>Data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Crítérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição a cada Cedente.</p>
Data de Disponibilidade	<p>Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.</p>
Data de Emissão	<p>Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.</p>
Data de Verificação de Amortização	<p>Data em que o Custodiante verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.8 do Regulamento.</p>
Data de Verificação dos Índices de Cobertura	<p>A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o 15º dia de cada mês.</p>
Datas de Amortização	<p>Datas indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.2 do Regulamento.</p>
Datas de Resgate	<p>Datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.</p>
Data "T"	<p>São as datas de Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos.</p>

Dia Útil	Significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo e (ii) feriados de âmbito nacional.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que as Cedentes detêm e/ou virão a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes por cada Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.
Direitos Creditórios Elegíveis	Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.
Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança	Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes não sejam efetuados dentro do prazo.
Direitos Creditórios Permutáveis	Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Diretor Designado	Diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.
Disponibilidades	Disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.
Documentos Comprobatórios	Seguintes documentos: (i) para Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura; e o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) Venda por Tubovia, a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.
DPPI	Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.
Duplicata	Duplicatas de venda mercantil representativas dos Direitos Creditórios, conforme o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 do Contrato de Cessão.
EDSP58	EDSP58 Participações S.A.
Empresa de Auditoria	KPMG ou sua sucessora no exercício da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.
Encargos do Fundo	Encargos do Fundo, conforme especificados no item 11.2 do Regulamento.
Eventos de Avaliação	Eventos de avaliação do Fundo, conforme especificados no item 18.1 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	Eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356, conforme especificados no item 18.2 do Regulamento.
Eventos de Resilição	Eventos de resilição que correspondem a um dos Evento de Liquidação e que estão indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.
Eventos de Revisão	Eventos de revisão que correspondem a um Evento de Avaliação e que estão indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.
Excesso de Cobertura	Valor resultante do Índice de Cobertura Sênior e do Índice de Cobertura Mezanino que supera o Índice de Cobertura, conforme especificado no item 20.2 do Regulamento.
Fator Spread das Quotas Seniores	<i>Spread</i> sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item "Quotas Seniores" e indicado no respectivo Suplemento, equivalente a 1,20.
Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino	<i>Spread</i> sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item "Quotas Subordinadas" e indicado no respectivo Suplemento, equivalente a 4,90.
FOB	Significa <i>Free on Board</i> .
Fundo	Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
Gestor	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.375.134/0001-4.
Grupo Odebrecht	Grupo de companhias controlado, direta ou indiretamente, pela Odebrecht S.A.
IGP- M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índices de Cobertura	Índice de Cobertura Sênior e o Índice de Cobertura Mezanino, considerados em conjunto, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Índice de Cobertura Sênior	Relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Índice de Cobertura Mezanino	É a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
Instituições Autorizadas	Seguintes instituições ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.
Instrução CVM 356	É Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, e n.º 458, de 16 de agosto de 2007, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Instrução CVM 429, de 22 de março de 2006 e Instrução CVM 442, de 8 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com a redação dada pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, e n.º 450, de 30 de março de 2007, e n.º 456, de 22 de junho de 2007, e alterações posteriores.
Investidores Qualificados	São aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações Financeiras relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
Ipiranga ou IPQ	Ipiranga Petroquímica S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, na BR 386 – Rodovia Tabai/Canoas – Km 419, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 88.939.236/0001-39.
IQ	Ipiranga Química S.A.
IR	Imposto de Renda.
KPMG	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Moody's	Agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, conjunto 1.601, para prestar os serviços de classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo.
Norquisa	Nordeste Química S.A.
Nota Fiscal Fatura	Documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre cada Cedente e seu respectivo Cliente.
Novo Cliente	Comprador de Produtos cadastrado por cada Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 do Regulamento.
Odebrecht	Odebrecht S.A.
OPA	Oferta Pública de Aquisição de Ações.
OSP	Odebrecht Serviços e Participações S.A.
País	República Federativa do Brasil.
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 do Regulamento.

PDVSA	Petróleos da Venezuela, S.A.
PEAD	Polietileno de Alta Densidade, termoplástico derivado do eteno, cuja maior aplicação encontra-se nas embalagens.
Percentual de Inadimplência	Tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 do Regulamento.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
Plano Contábil	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Petroquisa	Petrobras Química S.A. – PETROQUISA.
Politeno	Politeno Indústria e Comércio S.A.
Polibutenos	Polibutenos S.A. Indústrias Químicas
Política de Crédito	Política de Crédito das Cedentes.
PPSA	Petroquímica Paulínia S.A.
Prazo de Duração	Prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 do Regulamento.
Prazo Máximo de Atraso	Prazo de 8 dias, contados da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos do inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, realizado em 11 de novembro de 2010, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores e o Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino.
Produtos	Produtos fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.
Prospecto Definitivo	Este prospecto definitivo da Oferta.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo e suas respectivas atualizações.
Quattor Participações	Quattor Participações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89
Quattor Petroquímica	Quattor Petroquímica S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 960, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.705.090/0001-77
Quattor Química	Quattor Química S.A.
Quotas	Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.
Quotas Seniores	Quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.
Quotas Subordinadas Junior	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas Mezanino	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.
Quotistas	Titulares de Quotas.
Regulamento	Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º 243.133, em 28 de setembro de 2010, com o seu primeiro e o seu segundo aditamentos averbados no mesmo cartório sob os n.ºs 244.526 e 245.123, em 12 de novembro e 2 de dezembro de 2010, respectivamente,
Relação de Clientes	Relação de Clientes, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente Líder.

Relatório Especial de Revisão	Relatório de revisão especial da carteira de Direitos Creditórios das Cedentes, elaborado pela KPMG e constante como Anexo a este Prospecto.
Reserva de Amortização e Resgate	Tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	Resolução n.º 2.907, de 29 de dezembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
RioPol	Rio Polímeros S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61.
RPI	Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA.
SF	SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Sunoco	Sunoco Chemicals, Inc.
Suplemento	São os suplemento das classes de Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino, que contém as seguintes informações relativas à classe de Quotas à qual se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator <i>Spread</i> , constantes dos Anexos I e II do Regulamento.
Taxa DI	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa DI Futura	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.
Termo de Cessão	Documento preparado na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento	Documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo, e (ii) aderem ao Regulamento.
TPI	Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Triunfo	Petroquímica Triunfo S.A.
Ultrapar	Ultrapar Participações S.A.
Unidades de Negócio	Unidades produtivas da Cedente Líder onde os Produtos são fabricados.
Unipar	Unipar Comercial e Distribuidora S.A.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.
Votorantim	Banco Votorantim S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001 03.

Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos

Administrador e Gestor

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar
Osasco, SP

At.: Sr. André Bernardino da Cruz Filho
Telefone: (11) 3684.4522
Fac-símile: (11) 3684.5645
Website: www.bradescocustodia.com.br

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida Paulista 1450, 6º andar
01310-917 São Paulo, SP

At.: Sra. Denise Pauli Pavarina de Moura
Telefone: (11) 2178.6600
Fac-símile: (11) 2178.6800

Coordenadores

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
20031-923 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Paula Fajardo Archanjo/ Sta. Vânia Pereira de Araujo
Telefone: (11) 3149.8459/ (11) 3149.8461
Fac-símile: (11) 3149.8529
Correio Eletrônico: securitizacao@bb.com.br
Website: www.bb.com.br/ofertapublica

Banco Bradesco BBI S.A.
Av. Paulista 1450, 8º andar
01310-917 São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Zani
Telefone: (11) 2178.4800
Fac-símile: (11) 2178.4880
Correio Eletrônico: zani@bradescobbi.com.br
Website: www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

Banco Votorantim S.A.
Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar
04794-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Roberto Roma
Telefone: (11) 5171-2612
Fac-símile: (11) 5171-2656
Correio Eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br
Website: www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas

Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33
São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Zago
Telefone: (11) 2183.3000
Fac-símile: (11) 2183.3001
Website: www.kpmg.com.br

Consultor Jurídico

Pinheiro Guimarães – Advogados

Av. Rio Branco 181 – 27º andar

20040-918 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Paula Beatriz Carneiro Pessoa / Sr. Pedro Barretto Vasconcellos

Telefone: (21) 4501.5000

Fac-símile: (21) 4501.5025

Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

Os Coordenadores

Coordenador Líder

O BB-BI, criado em outubro de 1988, como subsidiária integral do Banco do Brasil, atua na prestação de consultoria financeira, estruturação e distribuição de operações de *underwriting* e operações de participação societária de caráter temporário. Sua atuação mais recente está descrita nos parágrafos abaixo.

Em 2008, o BB-BI liderou seis emissões de notas promissórias, totalizando R\$3,1 bilhões e duas emissões de debêntures, totalizando R\$350 milhões. Também participou de duas emissões de notas promissórias, totalizando R\$1,4 bilhão e de duas emissões de debêntures, totalizando R\$720 milhões, terminando o ano em terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$3,8 bilhões originados e 11,8% de participação de mercado. Em 2009, o BB-BI liderou seis emissões de notas promissórias, totalizando R\$5,5 bilhões e seis emissões de debêntures, totalizando R\$4,8 bilhões, dentre elas a quarta emissão de debêntures da BNDESPAR. Também participou de quatro emissões de notas promissórias, totalizando R\$1,0 bilhão e de quatro emissões de debêntures, totalizando R\$3,7 bilhões, terminando o ano em segundo lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$10,3 bilhões originados e 21,5% de participação de mercado.

Em 2010, até agosto, o BB-BI liderou uma emissão de notas promissórias, no valor de R\$200 milhões e 12 emissões de debêntures, totalizando R\$6,5 bilhões, dentre elas Cemig Geração e Transmissão, Construções e Comércio Camargo Correa, SABESP, Transmissora Aliança de Energia Elétrica. Também participou de quatro emissões de notas promissórias, totalizando R\$4,1 bilhões e de 11 emissões de debêntures, totalizando R\$6,7 bilhões. No acumulado de 2010, até agosto, o BB-BI está em primeiro lugar no *ranking* ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$7,8 bilhões originados e 20,6% de participação de mercado.

No mercado de capitais internacional, em 2009, o BB, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 16 das 32 emissões brasileiras de títulos de renda fixa. Foi captado um total de US\$25,7 bilhões, com participação do BB em transações que somaram US\$18 bilhões, dentre elas STN, Petrobras, Grupo Oi, JBS, BNDES, Votorantim, Odebrecht, TAM, Fibria e Gerdaul, além do próprio BB. O BB encerrou o ano de 2009 na décima posição no *ranking* ANBIMA de emissões externas no mercado de capitais internacional, figurando na segunda posição entre os bancos brasileiros neste mercado. Até agosto de 2010, o Banco do Brasil atuou em 21 das 43 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais 13 com "status" de lead-manager e 8 como co-manager. Em termos de montante, do total de aproximadamente US\$ 22 bilhões emitidos no período, o BB participou em cerca de US\$13 bilhões. No *ranking* ANBIMA de agosto, o BB figura em 2º lugar entre os bancos brasileiros e em 6º lugar no *ranking* geral (bancos brasileiros e estrangeiros).

O BB-BI mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R\$460 milhões e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R\$19,4 bilhões terminando o ano em terceiro lugar no *ranking* ANBIMA de distribuição de renda variável com o valor de R\$4,2 bilhões distribuídos e 12,4% de participação de mercado. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R\$8,4 bilhões, no *follow on* da Brasil Foods, no valor de R\$5,2 bilhões, no *follow on* da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, no valor de R\$1 bilhão e da Marfrig Alimentos, no valor de R\$1,5 bilhão. Como coordenador contratado atuou nas operações da CCR, Cyrela, Natura, Multiplan, Rossi e Santander, ficando em quinto lugar no *ranking* ANBIMA de distribuição de renda variável, com o valor de R\$3,9 bilhões distribuídos e 10,6% de participação de mercado. Em 2010 atuou, até o momento, como coordenador líder do *follow on* do Banco do Brasil, no valor de R\$9,7 bilhões, como coordenador do *follow on* da JBS S.A, com o valor de R\$1,6 bilhão e do IPO da Julio Simões Logística, no valor de R\$478 milhões, além de ter sido coordenador contratado nas operações da Aliansce, Multiplus, Hypermarchas e Mills, ficando em primeiro lugar no *ranking* ANBIMA de distribuição de renda variável em agosto de 2010.

No mercado de securitização, em 2009, o BB-BI atuou na estruturação de dois Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo o primeiro para a Cobra Tecnologia S.A., no montante de R\$150 milhões e o segundo para a Braskem S.A. (Chemical IV), no montante total de R\$245 milhões. Atuou, também, no Renda I Fundo de Investimento Imobiliário, no montante total de R\$132 milhões. O BB-BI encerrou o ano de 2009 na 4ª

posição no *ranking* ANBIMA de Originação e 3ª posição no *ranking* ANBIMA de Distribuição, ambos relacionados à Emissão de Cotas Seniores e Subordinadas de FIDC. Até agosto de 2010, o BB-BI atuou na estruturação de dois FIDCs, sendo o primeiro para a Caesb, no montante de R\$120 milhões e o segundo para a Braskem S.A. (Chemical V), no montante total de R\$294 milhões. Além dessas operações, o BB-BI atuou na estruturação do CRI para a WTorre, no montante total de R\$524 milhões e no Agre Fundo de Investimento Imobiliário, no montante de R\$55 milhões. No mês de agosto de 2010, o BB-BI figurava em 1º lugar no *ranking* ANBIMA de Originação de Emissão de Cotas Seniores e Subordinadas de FIDC, com 22.2% de participação no mercado.

O BB-BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros.

Bradesco BBI

O Bradesco BBI opera na área de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- Primeira posição no Ranking ANBIMA de Renda Fixa no mercado doméstico por número de operações, divulgado em julho de 2010, com um montante de 34 operações;
- Terceira posição no Ranking ANBIMA de Fusões e Aquisições em número de operações realizadas no primeiro semestre de 2010;
- O Bradesco BBI tem marcado presença nos *IPOs* e *Follow-ons* que foram a mercado no 1º semestre de 2010. Considerando as 13 operações registradas na CVM, o BBI participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* de 7, que somadas representam um volume de R\$8,0 bilhões;
- De acordo com o *ranking* ANBIMA, publicado em julho de 2010, o Bradesco BBI ocupa a 4ª posição em renda variável. Em 2009 participou como coordenador líder e *Joint Bookrunner* da maior oferta pública inicial de ações da história do Brasil: o IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R\$8,4 bilhões. Fomos *Joint Bookrunner* de mais 9 ofertas públicas de ações em 2009 que totalizaram, em conjunto com Visanet, aproximadamente R\$15,7 bilhões; e
- O Bradesco BBI atuou como assessor e estruturador financeiro da Santo Antônio Energia, usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada prevista de 3.150 MW, operação vencedora na categoria "*Infrastructure and Project Finance*", pela revista *The Banker*, edição especial "*Deals of the Year 2010*". Em junho de 2010, o Bradesco BBI, na condição de assessor financeiro da LLX Logística S.A., obteve êxito na viabilização junto ao BNDES de Financiamento de Longo Prazo no montante total de R\$1,2 bilhão, para a implantação do Superporto Sudeste, terminal portuário de uso privativo misto, localizado no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 21,9 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição uma extensa Rede de Atendimento, com 6.283 agências convencionais e 6.177 unidades do Banco Postal. No segundo trimestre de 2010, o lucro líquido foi de R\$4,6 bilhões, o patrimônio líquido chegou a R\$44,3 bilhões e os ativos totalizaram R\$558,1 bilhões.

Votorantim

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco

múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua seleta clientela, expandiu suas operações, prestando seus serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o Banco Central aprovou a aquisição de participação acionária do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil S.A nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A passou a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda, suas subsidiárias, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda, e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Banco Votorantim tem sua sede na Cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, em 16 de agosto de 2006 foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como broker dealer em Nova Iorque.

Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim

Na área de *investment banking*, o Banco Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais. Em renda variável, o Banco Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com o sucesso das ofertas, a Votorantim Corretora CTVM Ltda. possui excelência na distribuição devido ao amplo acesso e prestação de serviços aos vários grupos de investidores, além de possuir a área de pesquisa (research) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*. Devido à forte atuação local, o Banco Votorantim atualmente ocupa a 6ª colocação no ranking doméstico de origemação de emissões de longo prazo e a 5ª colocação no *ranking* doméstico de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, data-base julho de 2010. Com relação à atuação internacional, o Banco Votorantim atualmente ocupa a 10ª colocação no ranking de emissões externas divulgado pela ANBIMA, data-base julho de 2010. Em junho de 2010, O Banco Votorantim ocupava a 1ª posição no *ranking* de distribuição focado em operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários no ranking divulgado pela ANBIMA..

Em fusões e aquisições o Banco Votorantim possui uma equipe especializada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion*. O Banco Votorantim ocupava em 2009 a 9ª posição no *ranking* de anúncio de operações de fusões e aquisições (valor) divulgado pela ANBIMA.

Características Básicas do Fundo

Emissor:	Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
Tipo	Fundo fechado.
Cedentes:	Braskem, Quattor Participações, Quattor Petroquímica e RioPol e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 do Regulamento.
Classes de Quotas:	Uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, sendo (i) Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) Quotas Subordinadas Junior.
Quantidade Total de Quotas Seniores:	544.800 quotas.
Limite de Emissão das Quotas Seniores:	O valor de emissão da totalidade das Quotas Seniores será de R\$544.800.000,00 na 1ª Data de Emissão.
Quantidade Total de Quotas Subordinadas Mezanino:	43.200 quotas.
Limite de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino:	O valor de emissão da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$43.200.000,00 na Data de Emissão.
Valor Unitário de Emissão das Quotas:	R\$1.000,00.
Valor Mínimo de Aplicação:	R\$25.000,00.
Prazo de Duração:	48 meses, contado da 1ª Data de Emissão, sem prejuízo do disposto no Regulamento.
Administrador:	O administrador do Fundo é a BEM.
Gestor:	O gestor do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Custodiante:	Bradesco.
Avaliador da Carteira e Auditor do Fundo:	KPMG.
Agência Classificadora de Risco:	Moody's América Latina Ltda. é a agência que prestará os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
Colocação:	Os Coordenadores realizarão, em regime de garantia firme de colocação, a distribuição pública de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino no valor total de R\$588.000.000,00.
Inadequação da Oferta	A Oferta não é destinada a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Clientes das Cedentes; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Quotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 34 a 39 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:	Foi adotado o procedimento de <i>bookbuilding</i> , organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores e o Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino.
Resgate:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

Distribuição:	As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino objeto da Oferta serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.
Negociação:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Destinação dos Recursos:	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	Aaa.br (Moody's)
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:	Ba1.br (Moody's)
Alocação Mínima:	É a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50%, nos termos do item 6.3 do Regulamento.
Oferta Prioritária de Direitos Creditórios	A Cedente Líder também é responsável pela originação e cessão de Direitos Creditórios a outro fundo de investimento em direitos creditórios, o Chemical III, o Chemical IV e o Chemical V. A Cedente Líder deve ofertar Direitos Creditórios prioritariamente ao Chemical III, ao Chemical IV e ao Chemical V enquanto este possuir quotas em circulação. O funcionamento do Chemical III, do Chemical IV e do Chemical V se deu em março de 2008, julho de 2009 e junho de 2010, no montante de R\$324 milhões, R\$245 milhões e R\$294 milhões, respectivamente.
Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação:	O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, para maiores informações <i>vide</i> seção "Eventos de Avaliação" e "Eventos de Liquidação", nas páginas 57 e 59, respectivamente, deste Prospecto.
Amortizações:	<p>A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos ("<u>Datas de Amortização</u>").</p> <p>Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente desde que respeitado, pro forma, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, cujo valor será obtido conforme disposto no Regulamento.</p>
Fatores de Risco:	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas Seniores e nas Quotas Subordinadas Mezanino, <i>vide</i> seção "Fatores de Risco", na página 34 deste Prospecto.
Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo:	<p>Observado o disposto no Regulamento e conforme descrito na seção "Assembleia Geral" na página 61 deste Prospecto, compete à Assembleia Geral privativamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; II. alterar o Regulamento; III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;

- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Publicações:

Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

Declarações:

As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, do Administrador e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto.

Prospecto:

O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: **Braskem S.A.**, Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar, CEP 05425-070, São Paulo, SP (www.braskem.com.br/ri - neste *website* acessar CHEMICAL VI em "Destaques"); **BB-Banco de Investimento S.A.**, Rua Senador Dantas 105, 36º andar, CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ (www.bb.com.br/ofertapublica - neste *website* acessar "FIDC – Chemical VI", no item "Outros Prospectos"); **Banco Bradesco BBI S.A.**, Av. Paulista 1450, 8º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP (www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas - neste *website* acessar "Chemical VI", no item "FIDC" e depois acessar "Prospecto Definitivo" na nova janela); **Banco Votorantim S.A.**, Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar, CEP 04794-000 São Paulo, SP (www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas - neste *website* acessar "Chemical VI – Prospecto FIDC", no item "Prospectos das Operações de Renda Fixa"); **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Osasco, SP (www.bradescocustodia.com.br - neste *website* acessar "Informações aos Quotistas", selecionar no campo "Documentos" o item "Prospecto do Fundo", e clicar na tabela "Outros" o fundo "Chemical VI FIDC Indústria Petroquímica"); **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br - neste *website* acessar em "Acesso Rápido" o item "Fundo de Investimentos", neste item, incluir no primeiro campo a palavra "chemical", no segundo campo selecionar "FDOS de Inv. Em Direitos Creditórios – FIDC" e no terceiro campo digitar o número fornecido pelo *website*. No quadro seguinte, clicar no item "Chemical VI - FIDC - Indústria Petroquímica" e depois clicar em "Documentos Eventuais (assembléias, fato relevante, prospecto distribuição, regulamento, relatório classificação de risco, etc.)". Finalmente, selecionar no campo "Tipo de

Documento" o documento "Prospecto Distribuição" e então clicar em "Exemplar do Prospecto"); **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP ou Av. República do Chile 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ (www.cetip.com.br) - neste *website* acessar em "Ativos" a opção "Cotas de Fundos", na página seguinte clicar no quadro "Conteúdo Relacionado" a opção "Prospectos", selecionar na opção "Prospectos de Fundos de Investimento" o item "Cotas de Fundos Fechados", e então clicar na opção "Definitivo" do "Chemical VI FIDC Indústria Petroquímica").

Informações Adicionais:

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou a Oferta poderão ser obtidas com o Administrador, os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos", na página 10 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 08 de outubro de 2010, tendo a CVM concedido o registro em 14 de dezembro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2010/039 para as Quotas Seniores e n.º CVM/SRE/RDF/2010/040 para as Quotas Subordinadas Mezanino.

Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino

Características Básicas das Quotas Seniores

Quantidade de Quotas Seniores:	544.800.
Montante das Quotas Seniores:	R\$544.800.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas, conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Datas de Amortização:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Data de Resgate:	48 meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	O Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 1,20% ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescido à Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	Aaa.br (Moody's)
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; e (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
Inadequação da Oferta	A Oferta não é destinada a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Clientes das Cedentes; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Quotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 34 a 39 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.
Valor Mínimo de Investimento:	R\$25.000,00.
Distribuição e Negociação das Quotas Seniores:	As Quotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino

Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino:	43.200.
Montante das Quotas Subordinadas Mezanino:	R\$43.200.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de quotas, conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Datas de Amortização:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
Data de Resgate	48 meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino:	O Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 4,90% ao ano, base 252 Dias Úteis, que será acrescido à Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:	Ba1.br (Moody's)
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; e (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

Inadequação da Oferta	A Oferta não é destinada a investidores que (i) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Clientes das Cedentes; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Quotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 34 a 39 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.
Valor Mínimo de Investimento:	R\$25.000,00.
Negociação das Quotas Subordinadas Mezanino:	As Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Sumário

O Fundo

O Fundo foi constituído, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração de 48 meses, observadas as disposições do Regulamento, tendo este sido registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, com o seu primeiro e o seu segundo aditamentos averbados no mesmo cartório sob os n.ºs 244.526 e 245.123, em 12 de novembro e 2 de dezembro de 2010, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no parágrafo primeiro do artigo 8º e no parágrafo primeiro do artigo 20 da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 08 de outubro de 2010.

O Fundo tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo Fundo (i) de direitos creditórios advindos de operações de venda mercantil a prazo de produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos clientes, representadas por notas fiscais faturas, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou coobrigação destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos clientes às Cedentes, tudo nos termos do Contrato de Cessão, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e as Cedentes, com a interveniência do custodiante do Fundo; e/ou (ii) de Ativos Financeiros, que poderão compor seu patrimônio líquido.

O Fundo emitirá uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, sendo que a emissão de Quotas Seniores será de 544.800 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$544.800.000,00 na 1ª Data de Emissão. A emissão de Quotas Subordinadas Mezanino será de 43.200 Quotas Subordinadas Mezanino, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$43.200.000,00 na respectiva 1ª Data de Emissão.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima. O Fundo deverá alocar, em até 90 dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

É vedado ao Fundo realizar: (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) qualquer das Cedentes; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e (iv) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

Os Direitos Creditórios – Características

O Fundo se destina a adquirir Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que as Cedentes detêm e/ou virão a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes por cada Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas, sem quaisquer garantias reais ou fidejussórias.

A KPMG desenvolveu uma análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios das Cedentes, incluindo o entendimento do sistema de cobrança relacionado à emissão e cobrança de Duplicatas, para o período compreendido entre 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", na página 285 deste Prospecto.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão data de vencimento original entre 9 dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e 90 dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas. Ainda, o somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Adicionalmente, vale informar que (i) o Fundo pode adquirir Direitos Creditórios de titularidade das Cedentes a qualquer momento durante o seu prazo de duração, o que caracteriza o Fundo como um fundo de investimento revolvente, e (ii) a carteira de Direitos Creditórios que eventualmente poderá ser cedida ao Fundo é altamente pulverizada. Dessa forma, na data deste Prospecto, não era possível determinar certas informações relativas aos Direitos Creditórios, tais como número de Direitos Creditórios a serem cedidos, valor total e taxas de juros, sendo ainda que os Direitos de Crédito não estão sujeitos a períodos de amortização. Neste mesmo sentido, além da concentração máxima por Cliente em cada Data de Aquisição e Pagamento acima descrita, não é possível determinar a concentração dos Direitos Creditórios, por devedor, em relação ao valor total dos Direitos Creditórios que poderiam servir de lastro para as Quotas objeto da Oferta.

As Quotas

O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única, de 544.800 Quotas Seniores, e duas classes distintas de quotas subordinadas, em série única, sendo: (i) 43.200 Quotas Subordinadas Mezanino, que também será objeto de distribuição pública, e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não será objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Braskem e/ou suas Partes Relacionadas.

As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, os Índices de Cobertura.

Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), de acordo com os critérios de determinação do valor abaixo:

Quotas Seniores

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,20.

Quotas Subordinadas

Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Mz}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_{MT} valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

$VQSM_{T-1}$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSM_{T-1}$ será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;

$VAPM_{T-1}$ valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Mz}$ Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 4,90.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis consecutivos, ou a 15 Dias Úteis alternados durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações *vide* seção "Assembleia Geral", na página 61 deste Prospecto). Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações *vide* seção "Assembleia Geral" na página 61 deste Prospecto). Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras,

tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, das Cedentes, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.

O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões. Para maiores informações sobre os Índices de Cobertura *vide* seção "A Estrutura da Operação - Índices de Cobertura", na página 53 deste Prospecto.

Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos relativos à sua emissão.

A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:

- para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AM_T apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 7 amortizações semestrais seguidas de 6 amortizações mensais, sendo que nas 7 primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 7 primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º mês, inclusive, o valor unitário das 5 Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo:

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

- para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$ valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$VQSM_T$ valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$ somatório de AMM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPM_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

AMM_T AMM_T apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 7 amortizações semestrais seguidas de 6 amortizações mensais, sendo que nas 7 primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 7 primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º mês, inclusive, o valor unitário das 5 Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo:

Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior.

Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, *pro forma*, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item acima considerando a data do efetivo pagamento como data "T".

Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 19.1 do Regulamento do Fundo, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.

Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas

Salvo quando se tratar de convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

O Administrador

O Fundo é administrado pela BEM, sociedade limitada equiparada a instituição financeira e controlada indiretamente pelo Bradesco. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" na página 34 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Remuneração do Administrador e Custodiante

Taxa de administração e custódia: (i) 0,13% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.000,00. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração.

Taxa de performance: Não há.

Gestor

O Gestor dos ativos integrantes da carteira do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

A BRAM é controlada indiretamente pelo Bradesco e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Bradesco.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Conflito de Interesses

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante ainda que as respectivas funções sejam exercidas por sociedades coligadas. O Administrador declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo BB-BI e/ou pelo Bradesco BBI e/ou pelo Votorantim na função de Coordenadores da Oferta.

Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com as Cedentes

Exceto pelo Chemical III, pelo Chemical IV e pelo Chemical V, cujo cedente é a Braskem, o Administrador é a BEM, o Custodiante é o Bradesco e o Gestor é a BRAM, não é prestado nenhum outro serviço ou é mantido qualquer outro relacionamento comercial com as Cedentes.

Relacionamento dos Coordenadores com as Cedentes

BB-BI

Além da participação do BB-BI na presente Oferta, o conglomerado Banco do Brasil S.A. mantém diversas operações com as Cedentes, tais como: Operações de Trade Finance (nas suas diversas linhas como pré-pagamento de exportação, financiamento externo direto e desconto à *forfait*). Opera, também, por meio de diversas linhas de capital de giro e financiamentos internos, tanto de curto como de longo prazo, sem garantias, além de repasse de recursos do BNDES. O conglomerado Banco do Brasil presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de cobrança, pagamento de salários e fornecedores e gestão de recursos.

Bradesco BBI

Além da participação do Bradesco BBI na presente Oferta, o conglomerado Banco do Bradesco S.A. mantém diversas operações com a Braskem, tais como: operações de *trade finance* (nas suas diversas linhas, pré-pagamento de exportação, financiamento externo direto). Opera, também, por meio de diversas linhas de capital de giro e financiamentos internos, tanto de curto como de longo prazo, sem garantias. O conglomerado Banco Bradesco presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de cobrança, pagamento de salários e fornecedores e gestão de recursos.

Votorantim

Além da participação do Votorantim na presente Oferta, o conglomerado do Votorantim mantém diversas operações com a Braskem, tais como: operações de *trade finance* e *eurobonds*.

O Votorantim possui também operações de carta de fiança e *trade finance* junto as empresas Quattor Participações, Quattor Petroquímica e Quattor Química.

O conglomerado do Votorantim presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como gestão de recursos.

Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo

O Bradesco BBI, o Custodiante, a BEM e a BRAM pertencem ao mesmo conglomerado financeiro. A BEM e a BRAM são controladas diretamente pelo Bradesco BBI, Coordenador da Oferta, o qual, por sua vez, é controlado diretamente pelo Custodiante. Para informações complementares, *vide* seção "Conflito de Interesses" na página 27 deste Prospecto.

As Cedentes

Braskem

A Braskem está entre as empresas líderes no mercado petroquímico da América Latina, com base na capacidade de produção média anual em 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas foi de R\$15.248,3 milhões, e o lucro líquido foi de R\$917,0 milhões. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 17 plantas no país, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos 5 anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Politen, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbono, a Copesul, a Ipiranga Petroquímica e a Quattor Participações, a Quattor Petroquímica, a Quattor Química, a RioPol e a Sunoco. As operações comerciais da Braskem são organizadas em 5 unidades de negócio de produção e 1 unidade de negócio de distribuição, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos, que respondeu por R\$7.001,2 milhões, ou 50,0% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 11,6%, no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$11.144,2 milhões, ou 54,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, com uma margem operacional de 9,6%;
- Unidade de Poliolefinas, respondeu por R\$3.845,1 milhões, ou 27,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 7,2%, no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$7.216,9 milhões, ou 35,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 2,3%;
- Unidade Quattor, consolidada às demonstrações financeiras da Braskem a partir de 1º abril de 2010, respondeu por R\$1.424,5 milhões, ou 10,2% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 8,3% no período de 3 meses findo em 30 de junho de 2010;
- Unidade de Vinílicos, respondeu por R\$824,8 milhões, ou 5,9% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 1,9% no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por

R\$1.536,4 milhões, ou 7,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem,, e teve uma margem operacional negativa de 7,0%;

- Unidade Braskem Américas, consolidada às demonstrações financeiras da Braskem a partir de 1º abril de 2010, respondeu por R\$557,1 milhões, ou 4,0% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 4,3% no período de 3 meses findo em 30 de junho de 2010; e
- Unidade de Distribuição de Produtos Químicos, respondeu por R\$348,2 milhões, ou 2,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 4,7% no período de 6 meses findo em 30 junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$548,9 milhões, ou 2,7% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 3,6%.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais. Para informações complementares, *vide* seção "As Cedentes" na página 83 deste Prospecto.

Quattor

A Quattor Participações (como sucessora da Quattor Química e Polibutenos) possui e opera (1) uma unidade de insumos básicos no Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, que começou a operar em 1972; (2) uma unidade de PEBD no pólo petroquímico localizado na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, referido como "Pólo do ABC", com uma capacidade anual máxima de produção de 130.000 toneladas de PEBD; (3) uma unidade polivalente no Pólo do ABC, capaz de produzir PEBDL e PEAD com uma capacidade anual máxima de produção de 146.230.000 toneladas de PEBDL e PEAD; (4) uma unidade de produção de PEBD localizada na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, com uma capacidade anual máxima de produção de 140.000 toneladas de LDPE; e (5) uma unidade de produção de poli-isobutileno na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, com uma capacidade anual máxima de produção de 35.000 toneladas de variados tipos de poli-isobutilenos.

Para informações complementares, *vide* seção "As Cedentes" na página 83 deste Prospecto.

Quattor Petroquímica

A Quattor Petroquímica possui e opera 3 unidades de produção de polipropileno localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, no Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro e na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo, como uma capacidade de produção anual combinada de 875.000 toneladas.

Para informações complementares, *vide* seção "As Cedentes" na página 83 deste Prospecto.

RioPol

A RioPol possui e opera (1) uma unidade de insumos básicos no Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, o mais novo pólo petroquímico do Brasil, que começou a operar em 2006; e (2) uma unidade polivalente no Pólo Petroquímicos do Rio de Janeiro, capaz de produzir PEBDL e PEAD com uma capacidade anual máxima de produção de 540.000 toneladas de PEBDL e PEAD.

Procedimentos de Distribuição das Quotas

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação

Os Coordenadores distribuirão, em regime de garantia firme, a totalidade das 544.800 Quotas Seniores passíveis de emissão, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, perfazendo o valor R\$544.800.000,00, sempre considerando para tanto os Índices de Cobertura, conforme explicado a seguir.

O Regulamento estabelece índices que têm por objetivo medir a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores ("Índice de Cobertura Sênior") e (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino ("Índice de Cobertura Mezanino"), os quais devem ser observados pelo Fundo desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate. Para que os referidos Índices de Cobertura sejam atendidos se faz necessário que a subscrição de Quotas Sênior seja precedida ou, no mínimo, acompanhada da subscrição de determinado montante de Quotas Subordinadas Junior e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino. Assim, o montante de Quotas Seniores passível de ser emitido dependerá do volume de Quotas Subordinadas Junior e de Quotas Subordinadas Mezanino que venham a ser subscritas.

Caso durante o período de distribuição não sejam subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante total de Quotas Seniores estabelecido acima, será realizada a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores passível de emissão sem que se viole os mencionados Índices de Cobertura.

Tendo em vista a impossibilidade de definição prévia do montante exato de Quotas Seniores passível de subscrição, e observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão, sem solidariedade entre estes, a colocação, em regime de garantia firme, de 544.800 Quotas Seniores, no prazo de até 2 Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ocorrer em até 3 Dias Úteis após a data do registro da Oferta pela CVM, de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 181.600 Quotas Seniores, no valor de R\$181.600.000,00;
- Bradesco BBI: garantirá a subscrição e colocação pública de 181.600 Quotas Seniores, no valor de R\$181.600.000,00; e
- Votorantim: garantirá a subscrição e colocação pública de 181.600 Quotas Seniores, no valor de R\$181.600.000,00.

Assim, 100% das Quotas Seniores passíveis de emissão sem a violação dos Índices de Cobertura contarão com a garantia firme dos Coordenadores, sendo que os mesmos deverão subscrever o saldo eventualmente não colocado junto a investidores.

As Quotas Seniores que não sejam passíveis de subscrição em vista da limitação imposta pelos Índices de Cobertura serão canceladas pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Quotas Subordinadas Mezanino também serão colocadas em regime de garantia firme de subscrição e colocação pelos Coordenadores, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, sendo garantidas a subscrição e a colocação pública pelos Coordenadores, sem solidariedade entre estes, de 43.200 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$43.200.000,00, no prazo de até 2 Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ocorrer em até 3 Dias Úteis após a data do registro da Oferta pela CVM, de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 14.400 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$14.400.000,00;
- Bradesco BBI: garantirá a subscrição e colocação pública de 14.400 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$14.400.000,00; e

- Votorantim: garantirá a subscrição e colocação pública de 14.400 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$14.400.000,00.

A garantia firme é válida até 31 de dezembro de 2010 ou a data de liquidação, o que ocorrer primeiro.

Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (*Road show* e/ou *one-on-ones*) (Apresentações para potenciais investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Cedente Líder, durante os quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual poderão ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e das Cedentes, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometerão a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- o público alvo da Oferta é composto por (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; e (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início, a qual deverá ser feita em até 3 Dias Úteis contados da concessão do registro da Oferta pela CVM; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Quotas Seniores e/ou nas Quotas Subordinadas Mezanino deverão fazê-la, em até 2 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco;
- caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o Preço de Aquisição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem suportados pela Cedente Líder:

Custos da Oferta Suportados pela Cedente Líder	Montante	(%) sobre o montante da oferta
Comissão de Estruturação das Quotas Seniores	R\$544.800,00	0,093%
Comissão de Estruturação das Quotas Subordinadas Mezanino.....	R\$43.200,00	0,007%
Comissão de Colocação das Quotas Seniores	R\$544.800,00	0,093%
Comissão de Colocação das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$43.200,00	0,007%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Seniores.....	R\$1.086.600,00	0,185%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$86.400,00	0,015%
Comissão de Sucesso	R\$500.192,93	0,085%
Auditoria	R\$100.000,00	0,017%
Classificação de Risco	R\$55.000,00	0,009%
Assessor Legal	R\$100.000,00	0,017%
Despesas Gerais (<i>impressões e publicações</i>)	R\$200.000,00	0,034%
Total dos Custos Suportados pela Cedente Líder	R\$3.304.192,93	0,562%

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à taxa de registro perante a CVM e a taxa ANBIMA bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

Custos que serão suportados pelo Fundo	Montante	(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado⁽¹⁾
Taxa para Registro na CVM	R\$165.740,00	0,02762333%
Taxa ANBIMA	R\$12.000,00 ⁽²⁾	0,00200000%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos	R\$2.000,00	0,00033333%
Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo	R\$179.740,00	0,02995667%

⁽¹⁾ O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Emissão é de R\$600.000.000,00.

⁽²⁾ 0,002% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$7.500,00 e o máximo de R\$35.000,00.

A tabela a seguir apresenta os custos estimados que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Quotas:

Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores (R\$)	Custo por Quota Sênior	Quantidade de Quotas Seniores	Custo da oferta para a classe de Quotas Seniores (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,2995667	544.800	R\$163.203,93
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)	Custo por Quota Subordinada Mezanino	Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,2995667	43.200	R\$12.941,27
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Junior (R\$)	Custo por Quota Subordinada Junior	Quantidade de Quotas Subordinadas Junior	Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Junior (R\$)
R\$1.000,00	R\$0,2995667	12.000	R\$3.594,80

- caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, juntamente com as Cedentes, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Para mais informações, *vide* seção "Cronograma da Oferta" na página 32 deste Prospecto.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino será encerrada ao final do prazo de colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas

No ato de subscrição das Quotas, o investidor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que serão autenticados pelo respectivo Coordenador e/ou pelos Coordenadores Consorciados, conforme o caso; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição, o subscritor das referidas Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino ainda entregará, se for o caso, declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

O preço de integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado de acordo com o Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, ou via MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

Cronograma da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas ^(*)
Protocolo da Documentação na CVM	08 de outubro de 2010
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta	18 de outubro de 2010
Publicação do Aviso ao Mercado	18 de outubro de 2010
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>)	18 de outubro de 2010
Encerramento das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>)	22 de outubro de 2010
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	11 de novembro de 2010
Obtenção do Registro da Oferta	14 de dezembro de 2010
Publicação do Anúncio de Início	20 de dezembro de 2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	20 de dezembro de 2010
Liquidação Financeira	22 de dezembro de 2010
Publicação do Anúncio de Encerramento	Até 28 de dezembro de 2010

^(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e dos Coordenadores.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à comissão de estruturação, comissão de colocação, comissão de garantia firme, comissão de sucesso, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade da Cedente Líder.

Fatores de Risco

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Além dos riscos descritos abaixo podem existir riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos ou que atualmente são considerados irrelevantes e que também podem gerar a perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Riscos associados ao investimento no Fundo

Modalidade de investimento sofisticada.

No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Braskem, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

Limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no Regulamento. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

Amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, os quais estão elencados na seção "Eventos de Avaliação" e "Eventos de Liquidação" nas páginas 57 e 59 deste Prospecto. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.

Riscos de mercado e fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, das Cedentes e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas.

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de descontinuidade do Fundo por insuficiência de originação de Direitos Creditórios.

Não há garantia de que as Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do Regulamento.

Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior.

O Regulamento estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

Riscos associados aos Direitos Creditórios

Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da consequente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra as Cedentes, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito dos Clientes (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios.

Cada Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais por ela cedidos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade de cada Cedente para o período compreendido entre 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010 (totalizando 36 meses).

Critérios de Elegibilidade.

Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes, conforme o caso, na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis das Cedentes, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

Constituição sucessiva de Direitos Creditórios.

Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Cedentes ao Fundo depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Braskem prioritariamente ao Chemical III, ao Chemical IV e ao Chemical V, enquanto houver quotas desses fundos em circulação. As Cedentes dispõem da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção das Cedentes e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, consequentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial de qualquer das Cedentes, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pelas Cedentes.

Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembleia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da respectiva Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, as Cedentes têm a opção de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo que tenham sido por elas respectivamente cedidos ao Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00, a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembleia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma do Regulamento, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.

O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos no Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

Riscos operacionais e de manutenção dos Documentos Comprobatórios pelas Cedentes e/ou terceiros.

As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pelas Cedentes, bem como nos mecanismos de comunicação entre as Cedentes, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, cada Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por ela cedidos, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelas Cedentes, ou por terceiros por elas contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.

Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente às Cedentes.

Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para as Cedentes, tanto no caso de cobrança administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, as Cedentes deverão repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que as Cedentes repassarão tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito.

O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão ser originados e formalizados de acordo com a "Política de Crédito das Cedentes" estabelecida no Anexo III do Regulamento, porém referida política de concessão de crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos Creditórios são originados no âmbito de operações de venda mercantil a prazo de Produtos das Cedentes a seus Clientes. Para que um Cliente possa adquirir Produtos a prazo é realizada uma análise qualitativa e financeira dos Clientes, utilizada para determinação do limite para a realização de compras a prazo, conforme estabelecido na "Política de Crédito das Cedentes" constante do Anexo III do Regulamento. As Cedentes não podem garantir que não haverá fraudes na prestação de informações pelos Clientes ou erros ou falhas no processo de análise e concessão de crédito aos Clientes. Tais erros ou falhas poderão ensejar o inadimplemento de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Alterações na Política de Concessão de Crédito.

A política de concessão de crédito das Cedentes, descrita na seção "Os Direitos Creditórios - Política de Crédito das Cedentes" na página 42 deste Prospecto, é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito das Cedentes. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito das Cedentes não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis das Cedentes. Tais alterações não impedem a aquisição pelo Fundo de novos Direitos Creditórios. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito de alguma das Cedentes poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, as Cedentes foram contratadas pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios por elas cedidos, e as Cedentes dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que as Cedentes consigam receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.

Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e de cada Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa das Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco abaixo.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.

O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações das Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

Os Direitos Creditórios

Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que as Cedentes detêm e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes pela respectiva Cedente, representada por Notas Fiscais Fatura.

Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios

Área Comercial

Formalização das Ordens

As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes ("**Ordens**") diretamente aos assistentes de vendas das Cedentes ("**Assistentes Comerciais**"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Braskem ("**SAP**").

Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas mensalmente no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Braskem na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente com os gerentes de conta das Cedentes ("**GC**"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

Bloqueio de Ordens

As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- Limite de crédito excedido – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- Títulos em aberto – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens, quando o Cliente possuir Duplicatas em atraso perante a Braskem por prazo igual ou superior a 4 dias.

Liberação das Ordens

As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Braskem.

Unidades de Produção e Faturamento

As unidades de produção e faturamento da Braskem ("**UPF**"), atualmente em número total de 25, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

Unidade de Insumos Básicos

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente;
- Vendas por Cabotagem: a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e
- Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente através de dutos.

Unidade de Vinílicos e Unidade de Poliolefinas

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente; e
- Vendas por Cabotagem: a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora; e
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente.

Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

Transporte em Caminhões

Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.

Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um tíquete de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.

No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente no referido comprovante quando da efetiva entrega.

No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.

A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é feita em 5 vias. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

Transporte por Cabotagem

Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de Aratú ou até o píer privado da Braskem, localizado em Maceió.

Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Braskem. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes retiram os Produtos.

A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.

Transporte por Tubovia

Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.

Área Financeira

As vendas a prazo com vencimento superior a 9 dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.

Documentos Comprobatórios

O Fundo contratou as Cedentes como depositária dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por Duplicata adquirida pelo Fundo:

Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura; e
- Tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes.

Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura;
- Conhecimento de embarque dos Produtos; e
- Comprovante de entrega dos Produtos.

Vendas por Tubovia:

- Nota Fiscal Fatura; e
- Relatório de leitura do medidor da tubovia.

Política de Crédito das Cedentes

Política de Crédito da Cedente Líder

A política de crédito da Cedente Líder é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

O Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito é formado pelo Diretor Presidente (DP), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios (RUN), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores (RFRI), pela Diretora Financeira (DF), pelo responsável pela Gestão de Crédito (RGC), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico (RAFJ) e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúnem periodicamente, tendo por objetivos:

- Atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
- Deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
- Definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
- Acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
- Analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

Comitês de Alçada

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos Clientes. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC+DF	RUN+RFRI	DP
Até R\$800 mil	X	X				
Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
Entre R\$5 milhões e R\$12 milhões	X	X	X	X		
Acima de R\$12 milhões	X	X	X	X	X	
Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada.	X	X	X	X	X	X

AC – Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta, RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF -Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Resp. por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

Procedimentos para a concessão do crédito

O processo de concessão de crédito das Cedentes inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- Coleta das informações cadastrais dos Clientes;
- Levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- Avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- Análise para definição do risco e limite técnico dos Clientes pela área de gestão de crédito; e
- Envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

Definição do Risco Técnico dos Clientes

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.

Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do Cliente, combinada com o resultado do score financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- Modelo SERASA: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- Modelo BRASKEM: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos 2 modelos.

Para análise do score financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo score financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Nível de Risco	Grau de Risco
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto

Definição do Limite Técnico do Cliente

O limite técnico é o resultado da menor de 3 variáveis:

- Necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;
- Capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pode utilizar do produto fornecido pelas Cedentes; e
- Pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

Relação entre Risco e Limite

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável das Cedentes, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final. É considerado risco aceitável aquele cuja perda provável máxima é aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

Segmentação da Carteira de Clientes

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- Segmentação por porte;
- Segmentação por origem de capital;
- Segmentação por área de negócio;
- Segmentação por região de atuação; e
- Aplicação do cliente.

Operacionalização da liberação de crédito

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

- Operações dentro do limite de crédito

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de 5 dias.

- Operações fora do limite de crédito

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

Política de Crédito da Quattor Participações, Quattor Petroquímica e RioPol

A política de concessão de crédito da Quattor é determinada por seus comitês de crédito, com representantes das áreas financeiras e comercial, que avaliam e definem as alçadas de decisão, estabelecem padronização das ferramentas utilizadas na definição de risco e avaliação de crédito da carteira de clientes e promovem a reavaliação do limite de crédito de toda carteira de clientes.

O processo de concessão de crédito da Quattor inclui a realização de análise qualitativa e financeira dos clientes, utilizada para definição do risco técnico dos clientes e determinação do limite técnico para a realização de compras a prazo, e inicia-se com o seguinte fluxo:

- (i) coleta das informações cadastrais dos clientes;
- (ii) levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

A política de concessão de crédito da Quattor Participações, Quattor Petroquímica e RioPol está em fase de adaptação à política de crédito utilizada pela Cedente Líder, sendo que a referida adaptação está prevista para ser concluída até março de 2011.

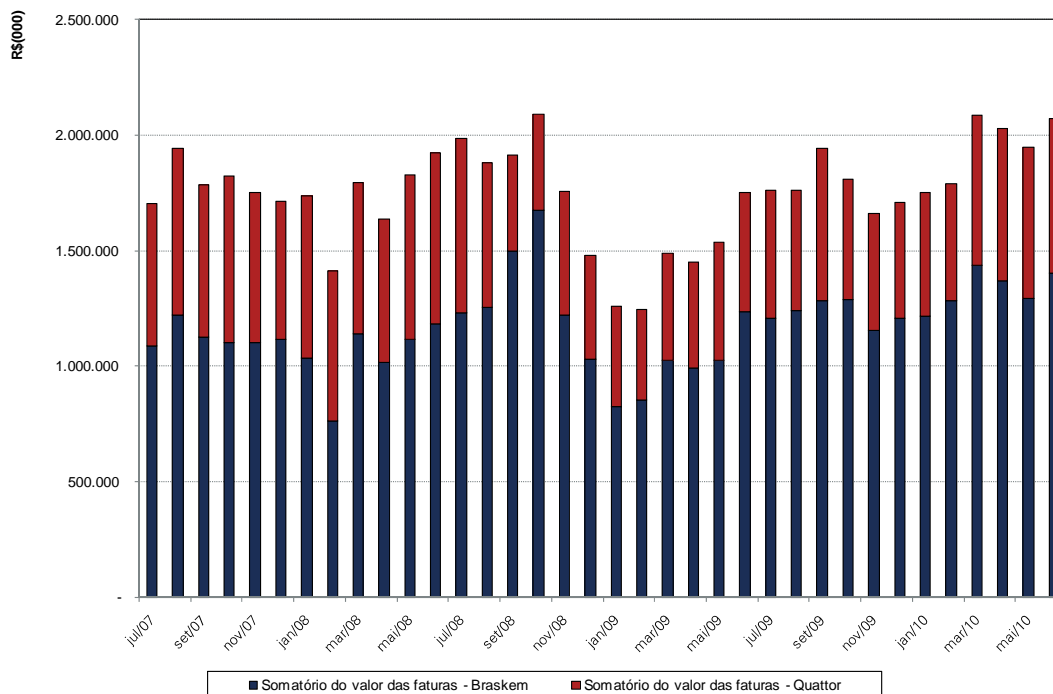
Eventuais alterações nas políticas de concessão de crédito descritas acima deverão ser informadas pelas Cedentes ao Administrador para inclusão nos demonstrativos trimestrais que serão enviados à CVM e mantidos à disposição dos Quotistas.

Inadimplementos, Perdas e Concentração dos Direitos Creditórios

De acordo com análise feita pela KPMG, no intervalo entre 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010 (totalizando 36 meses) a carteira de recebíveis das Cedentes originou um montante de aproximadamente R\$63 bilhões em recebíveis.

A carteira líquida de recebíveis das Cedentes tem apresentado estabilidade, oscilando entre R\$1,3 bilhão e R\$2,0 bilhões ao mês. De acordo com a Cedente Líder, a elevação da carteira de recebíveis se deve principalmente a incorporação da Copesul e Ipiranga em 2008 e da Quattor em 2010.

A tabela abaixo destaca a concentração dos recebíveis por cliente das Cedentes de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010:



Fonte: KPMG

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente Líder e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" anexo a este Prospecto na página 285.

Pré-Pagamento de Faturas

A KPMG analisou, de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010, a totalidade dos Direitos Creditórios originados pelas Cedentes e elencou aqueles que são passíveis de cessão ao Fundo, o que totalizou aproximadamente R\$63 bilhões. Deste total, as faturas liquidadas representaram 99,54% e 99,33% do total da carteira líquida da Braskem e do Grupo Quattor, respectivamente. A Tabela abaixo ilustra o histórico detalhado das informações relativas ao histórico de pré-pagamento de faturas das Cedentes.

Descrição das faixas	Braskem			Quattor		
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	42.223.373			20.972.214		
(-) Devoluções	-			143.841		
(-) Faturas a vencer em 30 de junho de 2010	1.346.865			575.108		
Faturas vencidas e/ ou liquidadas até 30 de junho de 2010	40.876.508	100,00%		20.253.265	100,00%	
Faturas liquidadas	40.688.477	99,54%		20.131.489	99,33%	
Faturas antecipadas acima de 180 dias	6.445	0,02%	0,02%	129	0,00%	0,00%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	459	0,00%	0,02%	38.951	0,19%	0,19%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.630	0,00%	0,02%	17.856	0,09%	0,28%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	4.839	0,01%	0,03%	172.525	0,85%	1,13%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	118.128	0,29%	0,32%	369.322	1,82%	2,96%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	840.801	2,06%	2,38%	114.546	0,57%	3,52%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	850.801	2,08%	4,46%	155.549	0,77%	4,29%
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias	2.618.395	6,41%	10,87%	769.336	3,80%	8,09%
Faturas liquidadas no vencimento	31.803.205	77,80%	88,67%	17.749.178	87,57%	95,66%
Faturas liquidadas de 1 a 15 dias	3.094.332	7,57%	96,24%	564.534	2,79%	98,45%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias	692.502	1,69%	97,93%	90.459	0,45%	98,89%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias	436.459	1,07%	99,00%	44.901	0,22%	99,11%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias	124.467	0,30%	99,31%	11.703	0,06%	99,17%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias	37.358	0,09%	99,40%	7.003	0,03%	99,21%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias	25.833	0,06%	99,46%	2.343	0,01%	99,22%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias	11.987	0,03%	99,49%	4.792	0,02%	99,24%
Faturas liquidadas acima de 180 dias	20.837	0,05%	99,54%	18.361	0,09%	99,33%
Faturas vencidas e não liquidadas em 30 de junho de 2010	188.030	0,46%		121.776	0,67%	
Faturas vencidas e não liquidadas até 6 dias	73.171	0,18%	99,72%	22.234	0,11%	99,44%
Faturas vencidas e não liquidadas de 7 a 11 dias	21.503	0,05%	99,77%	10.770	0,05%	99,50%
Faturas vencidas e não liquidadas de 12 a 15 dias	25.729	0,06%	99,83%	2.812	0,01%	99,51%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	7.269	0,02%	99,85%	7.029	0,03%	99,54%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	10.942	0,03%	99,88%	5.477	0,03%	99,57%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	1.126	0,00%	99,88%	4.018	0,02%	99,59%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	16.474	0,04%	99,92%	1.866	0,01%	99,60%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	13.123	0,03%	99,95%	4.367	0,02%	99,62%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	379	0,00%	99,96%	7.327	0,04%	99,66%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	18.316	0,04%	100,00%	55.876	0,34%	100,00%

Fonte: KPMG

A tabela abaixo destaca a distribuição dos prazos de pagamento de faturas das Cedentes.

Braskem						
Prazo médio (Em dias)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
À vista	2.082.136	4,93%	4,93%	32.016	4,55%	4,55%
De 1 a 8 dias	7.124.119	16,87%	21,80%	49.320	7,01%	11,56%
De 9 a 30 dias	15.694.445	37,17%	58,97%	229.344	32,60%	44,16%
De 31 a 60 dias	14.256.341	33,76%	92,74%	345.030	49,05%	93,21%
De 61 a 90 dias	2.682.229	6,35%	99,09%	42.459	6,04%	99,24%
De 91 a 120 dias	346.057	0,82%	99,91%	4.819	0,69%	99,93%
De 121 a 150 dias	19.707	0,05%	99,96%	308	0,04%	99,97%
De 151 a 180 dias	6.032	0,01%	99,97%	51	0,01%	99,98%
Acima de 180 dias	12.308	0,03%	100,00%	137	0,02%	100,00%
Total	42.223.373	100,00%		703.484	100,00%	

Prazo médio ponderado 31 dias

Quattor						
Prazo médio (Em dias)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
À vista	2.254.046	10,75%	10,75%	18.584	8,55%	8,55%
De 1 a 8 dias	5.356.244	25,54%	36,29%	54.101	24,88%	33,43%
De 9 a 30 dias	8.419.204	40,14%	76,43%	79.422	36,53%	69,96%
De 31 a 60 dias	3.895.501	18,57%	95,01%	58.951	27,11%	97,07%
De 61 a 90 dias	513.671	2,45%	97,46%	5.098	2,34%	99,41%
De 91 a 120 dias	273.434	1,30%	98,76%	737	0,34%	99,75%
De 121 a 150 dias	221.137	1,05%	99,81%	537	0,25%	100,00%
De 151 a 180 dias	3.329	0,02%	99,83%	1	0,00%	100,00%
Acima de 180 dias	35.649	0,17%	100,00%	2	0,00%	100,00%
Total	20.972.214	100,00%		217.433	100,00%	

Prazo médio ponderado 23 dias

Fonte: KPMG

Adicionalmente, observado os termos do Contrato de Cessão, as faturas emitidas pelas Cedentes e oferecidas ao Fundo não prevêem nenhum tipo de desconto para os Clientes que as liquidem antecipadamente. Portanto, os pagamentos antecipados não geram impacto negativo ao Fundo e nem ao fluxo de amortização das Quotas, uma vez que estes pagamentos antecipados, nos termos do Contrato de Cessão, são realizados pelo valor de face do Direito Creditório. Ademais, ainda que na hipótese do Fundo eventualmente receber um volume elevado de recursos pagos antecipadamente não haverá impacto no Fundo haja vista que esses recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da realização de Amortização Extraordinária, nos termos do Regulamento.

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente Líder e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", anexo a este Prospecto na página 285.

A Estrutura da Operação

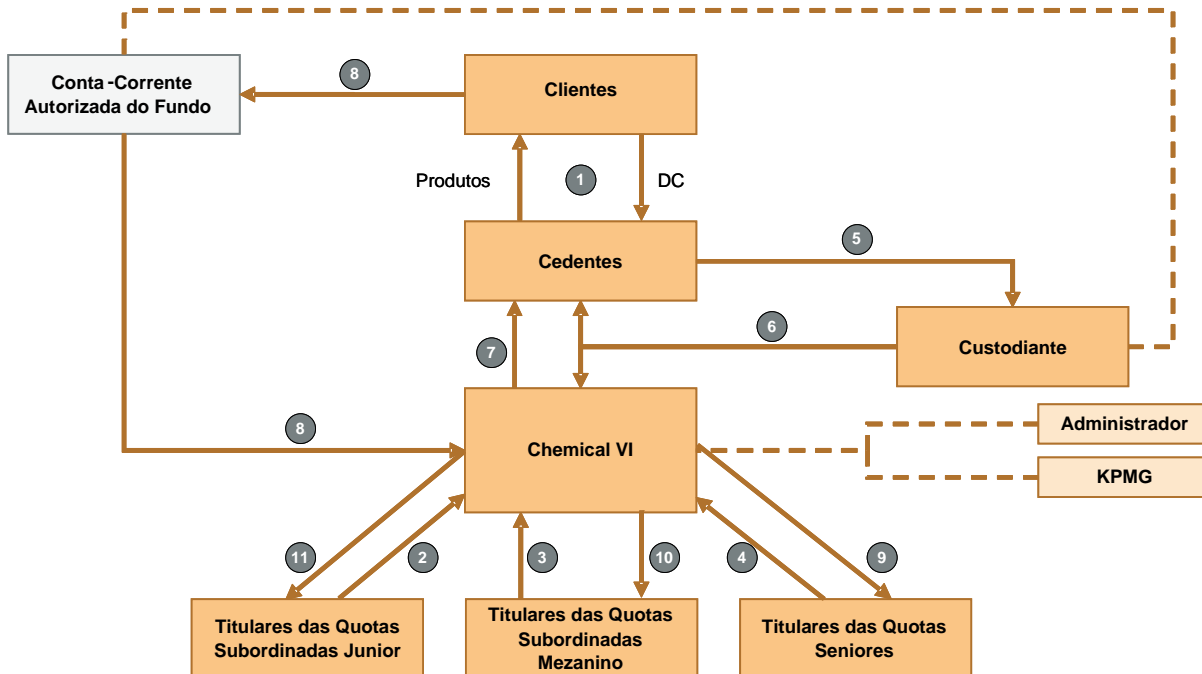
Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

Resumo da Estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou coobrigação destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes às Cedentes, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (para mais informações, *vide* seção "Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios" na página 50 deste Prospecto).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, sendo que a classe de Quotas Seniores será de 544.800 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo na 1ª Data de Emissão o montante total de até R\$544.800.000,00. A classe de Quotas Subordinadas Mezanino será de 43.200 Quotas Subordinadas Mezanino, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo, na 1ª Data de Emissão, o montante total de R\$43.200.000,00.

Estrutura do fundo



1. As Cedentes realizam operações de venda mercantil a prazo de Produtos para seus Clientes e, assim, geram os Direitos Creditórios.
2. Até a Data de Emissão, a Cedente Líder, observado os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, deverá subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas Junior no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, *pro*

forma, a emissão das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, atenda aos respectivos Índices de Cobertura.

3. Na Data de Emissão, as Quotas Subordinadas Mezanino são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, no montante em que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, pro forma, a emissão das Quotas Seniores, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
4. Na Data de Emissão, as Quotas Seniores são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, até o montante em que o Fundo, depois de computada, pro forma, a referida emissão, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
5. Nos termos do Contrato de Cessão as Cedentes oferecem Direitos Creditórios ao Fundo. As Duplicatas representativas dos Direitos Creditórios são enviadas pela Cedente Líder, por meio eletrônico ou magnético, diretamente ao Custodiante, para que este verifique o atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados, aos Critérios de Elegibilidade.
6. Verificado e constatado o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante envia ao Fundo e à Cedente Líder o Termo de Cessão informando quais Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos Fundo.
7. Recebido o Termo de Cessão, o Fundo efetua, nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento do Preço de Aquisição à respectiva Cedente.
8. Na data de vencimento dos Direitos Creditórios, os Clientes realizam o pagamento por meio da rede bancária, diretamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo mantida no Custodiante.
9. Nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, da Amortização Periódica ou do valor de resgate aos titulares das Quotas Seniores.
10. Após concluída a Amortização Periódica ou o resgate das Quotas Seniores, o Fundo procederá ao pagamento da Amortização Periódica ou do valor de regate das Quotas Subordinadas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que atendido, *pro forma*, ao Índice de Cobertura Sênior.
11. As Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, observado os termos do Regulamento, e/ou quando o Índice de Cobertura Mezanino, em benefício dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, na forma de Excesso de Cobertura, atingir ou exceder a 102,881%. O Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de Quotas Subordinadas Junior até que o Índice de Cobertura Mezanino atinja 102,249%, conforme definido no regulamento.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura. O Fundo deverá alocar, em até 90 dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nas modalidades de investimento autorizadas pelo Regulamento. A tabela a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
Direitos Creditórios	50%	100%
Moeda corrente nacional	0%	50%
Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
Fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50% ⁽¹⁾
Operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados acima cuja contrapartida seja uma Instituição Autorizada	0%	50% ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A concentração está limitada a 10% do Patrimônio Líquido por Instituição Autorizada.

São vedadas ao Fundo (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) a realização de operações em mercado de derivativos; (iii) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (iii.a) o Administrador; (iii.b) o Custodiante; (iii.c) qualquer das Cedentes; ou (iii.d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e (iv) a realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. Adicionalmente, o Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Instrução CVM 356.

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido e os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios

Nos termos do Contrato de Cessão e observados, pelo Administrador, os procedimentos descritos no Regulamento, cada Cedente obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer de forma contínua e prioritária ao Fundo (observada, no caso da Braskem, a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III, do Chemical IV e do Chemical V), Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do mesmo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do disposto na Cláusula 10 do Contrato de Cessão, e de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa das Cedentes estabelecidas no Contrato de Cessão. A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes deve observar a existência de Disponibilidades ou Direitos Creditórios Permutáveis e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Critérios de Elegibilidade

O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade :

- a) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- b) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3%;
- c) não tenham data de vencimento original inferior a 9 dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação;
- d) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:
 - (i) conste da Relação de Clientes;
 - (ii) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;

- (iii) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 dias;
- (iv) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00, atualizado, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
- (v) não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.

Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste item, aplicar-se-á o disposto no item "Resolução da Cessão" deste Prospecto.

Caso a Cedente Líder, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original do Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente Líder, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente Líder, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente Líder, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e do Regulamento. As Cedentes e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à respectiva Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_{y,T} = \frac{VN_y}{\left[\left(1 + \frac{DIFT}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\left(\frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn,T}}{100} \right) + \left(\frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz,T}}{100} \right)}{M_{Sn,T} + M_{Mz,T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}} \quad \text{onde:}$$

$y = 1, 2, \dots, n$	Direito Creditório Elegível a ser adquirido;
$PA_{y,T}$	Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";
VN_y	valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;
$DIFT$	cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII ao Contrato de Cessão (" <u>Taxa DI Futura</u> "), a que pertence o respectivo " d_y ", negociados na BM&F Bovespa. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então $DIFT = 12,00$;
$Spread_{Sn}$	Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,20;
$M_{Sn,T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";

$Spread_{Mz}$	Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 4,90;
$MMz;T$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
C	$C = 2,00$; e
d_y	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

A fórmula acima contempla uma taxa de desconto praticada na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a qual tem sua determinação atrelada à variação da Taxa DI Futura. Levando-se em conta (i) a Taxa DI Futura de 30 dias obtida através da interpolação entre a Taxa DI Futura com vencimento em 1º de dezembro de 2010 (a qual corresponde a 10,63% ao ano) e a Taxa DI Futura com vencimento em 1º de dezembro de 2010 (a qual corresponde a 10,66% ao ano), que resulta em 10,65% ("DIFT"); (ii) um prazo de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis de 30 dias ("dy"); e (iii) os Fatores *Spread* definidos, e aplicando-se a fórmula acima, a taxa de desconto a ser praticada na aquisição desses Direitos Creditórios Elegíveis, em 12 de novembro de 2010, seria equivalente a 14,5284% ao ano.

Para o pagamento do Preço de Aquisição à respectiva Cedente, o Fundo deverá, compulsoriamente e com estrita observância da ordem prevista na Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, realizar a dação em pagamento de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso ("Direitos Creditórios Permutáveis"), observados os procedimentos ali previstos.

Cobrança dos Direitos Creditórios

A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes. Para a realização da cobrança, o Custodiante e os Bancos Cobradores observarão, entre outros estabelecidos no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança, os seguintes procedimentos:

- os Avisos de Vencimento conterão mensagem notificando os Clientes de que os respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores receberão o pagamento referente aos Avisos de Vencimento indiscriminadamente de todo e qualquer devedor de Direito Creditório do Fundo, seja ou não cliente do Custodiante, durante todo o expediente bancário em qualquer um dos seus pontos de atendimento em todo o território nacional;
- o pagamento relativo aos Avisos de Vencimento será aceito pelo Custodiante e demais Bancos Cobradores em dinheiro, cheque, ou por meio remoto ou eletrônico, sempre no valor constante do Aviso de Vencimento, acrescido de multa por atraso, se for o caso;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores darão quitação dos Avisos de Vencimento a quem efetuar o respectivo pagamento, sendo que no caso de pagamento feito por meio de cheque (i) o crédito da importância ao Fundo ficará sujeito ao respectivo prazo de compensação, determinado pelo BACEN; e (ii) se o banco sacado devolvê-lo, o Custodiante o entregará ao Fundo, debitando-lhe o valor do cheque;
- os Clientes poderão efetuar o pagamento dos Avisos de Vencimento em qualquer instituição financeira integrante do SIRC - Sistemas Integrados Regionais de Compensação do BACEN ou correspondente bancário; e
- o Custodiante enviará para protesto os Direitos Creditórios vencidos e não pagos a partir do 31º dia contado da respectiva data de vencimento.

Opção de recompra de Direitos Creditórios pelas Cedentes

Nos termos da Cláusula 6.4 do Contrato de Cessão, cada Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido que tenham sido por ela cedidos pelo seu valor nominal mediante utilização de moeda corrente nacional, ou Direitos Creditórios Elegíveis.

Resolução da Cessão

Nos termos da Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão, será considerada resolvida de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à qualquer das Cedentes, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza referente ao cumprimento por uma Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios; (b) não recebimento dos Produtos; e/ou (c) apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade de uma das Cedentes; (ii) de Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela respectiva Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo; ou (iii) de Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo; ou (iv) dos Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão ou de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, estará a respectiva Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observadas as disposições do Contrato de Cessão, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

Resilição do Contrato de Cessão pelas Cedentes

Qualquer Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, mediante comunicação enviada pela Cedente Líder ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 2 Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para qualquer Cedente, somente na hipótese de: (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas no Contrato de Cessão; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para aquela Cedente; e (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pelas Cedentes.

O exercício do direito de resilição não eximirá as Cedentes do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que já sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida no parágrafo acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida acima.

A resilição do Contrato de Cessão é um dos eventos de liquidação do Fundo nos termos do Regulamento.

Índices de Cobertura

Conforme estabelecido no Regulamento, desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Sênior") e, da mesma forma, (ii) a relação entre

(a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com 5 casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Mezanino"), e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Senior, os ("Índices de Cobertura"), estabelecidos nas tabelas abaixo:

Índice de Cobertura Sênior	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
110%	MI(%) < 1,5%
112%	1,5 ≤ MI(%) < 2,0%
115%	MI(%) ≥ 2,0%

*: MI(%) – é a média aritmética do I(%) dos últimos 3 meses.

Índices de Cobertura Mezanino	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
102,041%	Não aplicável

A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão ("Percentual de Inadimplência"):

$$I(\%) = \frac{Dj}{Dt}$$

onde:

I(%)	é o Percentual de Inadimplência;
Dj	é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos há mais de 19 dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos há mais de 19 dias que foram aceitos, pelas Cedentes, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e
Dt	é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% no período de 90 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura nos termos do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda a qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Braskem, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior ("Aviso de Desenquadramento"). A Braskem deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (i) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (ii) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura; ou
- que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, pro forma, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com 5 casas decimais, seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino ("Excesso de Cobertura"), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 do Regulamento; e
- desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no item acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.

Reserva de Amortização e Resgate

O Administrador deverá constituir reserva monetária ("Reserva de Amortização e Resgate"), formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ("Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

- até 30 Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
- até 10 Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Observado o disposto no Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, 10 Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou 10 Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso ("Data de Verificação de Amortização"), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento.

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no Regulamento, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras

remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

Ordem de Alocação de Recursos

O Administrador, diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- d) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- e) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- f) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- g) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- h) pagamento do Preço de Aquisição;
- i) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- j) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Taxa de Administração e Encargos do Fundo

O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,13% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.000,00. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o quinto Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no quinto Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

Constituem Encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;

- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 do Regulamento;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido, em um período de 12 meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador. Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 do Regulamento.

Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Avaliação, o Administrador, entre outras providências, (i) comunicará aos Quotistas acerca do fato, nos termos do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis; e se for o caso, (ii) o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências;

- a) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- c) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- d) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento;
- e) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;

- f) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 Datas de Verificação de Amortização alternadas dentro do último período de 12 meses contados da última Data de Verificação de Amortização;
- g) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- h) amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- i) resilição do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- k) não observância, por parte das Cedentes, dos seus respectivos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- l) se, por 2 vezes consecutivas ou por 3 vezes alternadas dentro do último período de 12 meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela respectiva Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v) da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;
- m) se, por 2 vezes consecutivas ou por 3 vezes alternadas dentro do último período de 12 meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pelas Cedentes, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;
- n) se, por 2 vezes consecutivas ou por 3 vezes alternadas dentro do último período de 12 meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pelas Cedentes, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou superior a 12% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e
- o) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 19 do Regulamento.

O Administrador convocará, em até 3 Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento. Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 do Regulamento, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) não pagamento, em até 3 Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- c) caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no Regulamento;
- d) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 do Regulamento;
- e) resilição do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;
- f) caso as Cedentes deixem de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- g) caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar, nos termos do Regulamento, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- h) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento
- i) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 do Regulamento; e
- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão;
- k) caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% por 2 Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou 3 Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
- l) não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 do Regulamento; e
- m) redução de mais de 3 níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de 2 níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um nível, de 2 níveis ou de 3 níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação. Da mesma forma a redução de um nível ou de 2 níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos no Regulamento.

Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum

estabelecido no item 24.4.4 do Regulamento. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 do Regulamento.

Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Regulamento e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 do Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta-Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00, o Administrador debitará a Conta-Corrente Autorizada do Fundo.

Os procedimentos descritos acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 do Regulamento.

Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios

Caso, 60 dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2. do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

Para fins do disposto no item 18.4 do Regulamento, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 do Regulamento, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas observado o disposto no item 22.2 do Regulamento, não estando as Cedentes, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 do Regulamento.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de

R\$93.000,00, o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento e observado o disposto no item 21 do Regulamento. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão registrados pelo valor efetivamente pago, enquanto os rendimentos auferidos com os mesmos serão reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil. A provisão de perda dos Direitos Creditórios do Fundo será calculada aplicando-se os dispositivos do Plano Contábil. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser integralmente provisionados no 20º dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Critérios de divulgação de informações aos Quotistas

A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

No prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre: (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Atendimento aos Quotistas

As solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser feitas ou obtidas nos seguintes endereços:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Administrador do Fundo
Telefone: (11) 3684-4522
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Assembleia Geral

À Assembleia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do

Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e (vi) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Convocação

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do Regulamento, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no jornal Valor Econômico, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Quorum de deliberação

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.

Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 do Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A cada Quota corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.5 e 24.5 do Regulamento, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- a) 90% das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13 (Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 (Amortização e Resgate) do Regulamento, deste item (a) e do item (b) abaixo;

- b) 75% das Quotas Seniores em circulação para:
 - (i) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto no item (a) acima; e
 - (ii) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 (Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; e
 - (iii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 do Regulamento.
- c) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- d) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e
- e) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores, para o qual não exista outro quorum previsto no Regulamento.

Independentemente do disposto acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- (i) as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- (ii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3 (promessa de cessão de direitos creditório em quantidades mínimas), 6.0 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- (iii) a aprovação de alterações nos itens 8.1 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características de Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Datas de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e o item 24.4.2 do Regulamento;
- (iv) ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 do Regulamento
- (v) o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- (i) deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 do Regulamento (substituição ou renúncia do Administrador);
- (ii) aprovação de alteração ao item 11 (Taxa de Administração e Encargos do Fundo) do Regulamento; e
- (iii) aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral na forma prevista no item 18.2.2 do Regulamento dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade das Cedentes e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso as Cedentes e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

Independentemente do disposto item 24.4 do Regulamento a deliberação a que se refere o item 13.5.2 do Regulamento, o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

As Quotas

Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

Dentre outras previstas no Capítulo 12 do Regulamento, as Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 voto; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00.

Características das Quotas Subordinadas Mezanino

Dentre outras previstas no Capítulo 12 do Regulamento, as Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- serão amortizadas e resgatadas conforme o previsto no Regulamento e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 voto;
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00.

Características das Quotas Subordinadas Junior

Dentre outras previstas no Capítulo 12 do Regulamento, as Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;

- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 voto; e
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na forma prevista no Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente Líder também em Direitos Creditórios Elegíveis.

Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos. A amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino seguirão os cronogramas definidos na seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" na página 24 deste Prospecto e nos respectivos Suplementos.

Amortização Extraordinária

O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no Regulamento.

O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes, da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista

Tributação

O disposto nesta seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo informar genericamente o tratamento fiscal aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem envolver a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil estão sujeitos ao IOF/Câmbio de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizados por investidores estrangeiros, para aplicações no mercado financeiro; e
- (ii) 0% nas liquidações de operações de câmbio para fins de retorno dos recursos aplicados por investidor estrangeiro nas operações de que trata o inciso (i) acima.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a operações ocorridas após tal aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (i) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- (i) Resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito:

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, para aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, para aplicações com prazo acima de 180 dias.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

- (ii) Cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota máxima de 22,50%, a depender da forma como for conduzida a operação. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005%; e
- (iii) Amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do

Fundo, às alíquotas regressivas aplicáveis à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo, descritas no item (i) acima.

Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade do investimento ("Paraíso Fiscal").

Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- Resgate de Quotas: O rendimento auferido no resgate de Quotas será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.
- Cessão ou alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.
- Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil nas operações de amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,50% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com as Cedentes, conforme o caso, e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual as Cedentes prometeram, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, as Cedentes se obrigaram, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima.

A eficácia do Contrato de Cessão com relação a direitos e obrigações da RioPol está sujeita a que tal Cedente venha a ter, ainda que parcialmente, disponibilidade sobre seus direitos creditórios oriundos de operações comerciais e vendas de produtos, os quais nesta data encontram-se onerados como garantia de financiamentos de projetos de tal Cedente. Desta forma, o Contrato de Cessão só produzirá efeitos em relação à RioPol a partir do recebimento pelas demais partes do Contrato de Cessão, de notificação da RioPol confirmando a implementação da condição, qual seja, que os direitos creditórios de sua titularidade previamente onerados como garantia de financiamentos de projetos de tal Cedente estejam então livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, podendo então ser tratados como Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cessão.

De acordo com o Contrato de Cessão não existe a possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos.

Para maiores informações, ver seção "A Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios", na página 50 deste Prospecto).

Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador e as Cedentes contrataram os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Para maiores informações *vide* seção "Procedimentos de Distribuição das Quotas", na página 30 deste Prospecto.

Contrato de Custódia

O Administrador contratou o Custodiante, com a interveniência das Cedentes, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. No Contrato de Custódia estão estabelecidos, dentre outros, as rotinas e procedimentos relativos à verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e a cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Adicionalmente, o Custodiante, por meios dos Convênios de Cobrança, contratou os demais Bancos Cobradores para a prestação dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:

- (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas das Cedentes;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida acima identificada por Cliente;
 - V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
 - VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
 - VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
 - VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
 - IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pelas Cedentes ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pelas Cedentes;
 - X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
 - XI. notificar o Administrador, no prazo de 1 Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas respectivas obrigações originárias do Contrato de Cessão ou do Contrato de Custódia ou, no caso da Braskem, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
 - XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no parágrafo abaixo.

Nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento, o Custodiante é responsável por monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_0^2}}{N + \frac{1}{E_0^2}}$$

onde:

E_o	Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e
N	tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Custodiante, bem como sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de renúncia, *vide* seção "Custodiante e Agente Escriturador – Substituição ou Renúncia do Custodiante" na página 76 deste Prospecto.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante contratou as Cedentes para atuar como depositária, sob as penas previstas na legislação aplicável, dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Nos termos do Contrato de Depósito, o Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, mediante comunicação prévia com 10 Dias Úteis, ou, em prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências nos estabelecimentos em que tais Documentos Comprobatórios são mantidos, com o objetivo de verificar o cumprimento, pelas Cedentes, de suas respectivas obrigações, nos termos do Contrato de Depósito e do Contrato de Cessão. O Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, deverão obedecer às normas de saúde e segurança desses estabelecimentos, desde que sejam cientificados previamente e que os equipamentos de segurança sejam fornecidos pelas Cedentes. O Custodiante e o Administrador poderão solicitar os Documentos Comprobatórios após o prazo de 30 Dias Úteis contado da aquisição dos respectivos Direitos Creditórios pelo Fundo.

Adicionalmente, o Contrato de Depósito prevê que a perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios (exceto no caso de indisponibilidade temporária decorrente de seu trânsito), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se as Cedentes pelos prejuízos a que derem causa, bem como pela liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios de tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis, sendo obrigada a realizar o ressarcimento das perdas e danos e demais encargos eventualmente incorridos pelo Fundo e/ou Custodiante.

Contrato de Cobrança

Por meio do Contrato de Cobrança, as Cedentes obrigam-se a prestar serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança, observado o disposto no Regulamento.

Nos termos do Contrato de Cobrança, a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos será realizada pelas Cedentes de acordo com os procedimentos ali previstos, os quais compreendem ligação telefônica ou *e-mail* de cobrança, protesto (caso não haja renegociação da dívida) e execução judicial. As Cedentes poderão, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, subcontratar os serviços de cobrança para terceiro de comprovada competência e idoneidade. Caso as Cedentes venham a contratar os serviços de terceiro, será de sua responsabilidade remunerar os serviços prestados por tal terceiro. As Cedentes também serão a única responsável por todas e quaisquer despesas que vier a incorrer, necessárias à prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança, incluindo, sem limitação, a contratação e o treinamento de pessoal, a contratação de serviços de terceiros, o desenvolvimento de rotinas, sistemas ou programas de computação e a aquisição de máquinas e equipamentos.

Gestão da carteira do Fundo

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Administrador contratou o Gestor para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Gestor, *vide* seção "Administrador – Gestor – Substituição do Gestor" na página 75 deste Prospecto.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Moody's América Latina Ltda., a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

A substituição da Agência de Classificação de Risco por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Empresa de Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.

Substituição da Empresa de Auditoria

Nos termos da Instrução CVM 356, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Administrador e, portanto, sua substituição poderá ser determinada pelo Administrador independentemente de realização de Assembleia Geral.

Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Regulamento e, obrigatoriamente, a seguinte ordem de preferência de alocação de recursos, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação:

- pagamento dos Encargos do Fundo;
- formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- pagamento do Preço de Aquisição;
- formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

Administrador

A BEM pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" na página 34 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Substituição ou Renúncia do Administrador

Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.

O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, mediante votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes dos Quotistas, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável. Nesta hipótese, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assumam efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

Decorridos 60 dias do prazo estabelecido acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.

Gestor

A BRAM foi constituída, em dezembro de 2000, com o objetivo exclusivo de gerir recursos de terceiros administrados pelo Bradesco. A BRAM é o resultado da consolidação dos recursos administrados e profissionais da área de Administração de Fundos e Carteiras de Investimento do Bradesco, da Bradesco Templeton Asset Management Ltda., da BCN Alliance Capital Management S.A., da BES – Boavista Espírito Santo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do BANEB – Banco do Estado da Bahia, o que resulta em ganho de eficiência e otimização da estrutura, com aumento de escala e concentração de esforços no crescimento da participação de mercado.

A BRAM conta com estrutura especializada na gestão de recursos de terceiros, totalmente segregada, garantindo, dessa forma, o *Chinese Wall*. Atende aos mais variados segmentos de mercado, tais como varejo, *corporate*, *private* e investidores institucionais. A sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor.

Substituição do Gestor

Nos termos do Regulamento, o Administrador foi autorizado a contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356. Sendo assim, poderá haver a substituição do Gestor e/ou a assunção de tais serviços diretamente pelo Administrador independentemente da aprovação da Assembleia Geral.

Política de Exercício de Direito de Voto do Gestor

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos cotistas, o Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento e companhias emissoras dos ativos detidos pelo Fundo ("Política"), disponível na sede do Gestor e registrada na ANBIMA. A Política disciplina os princípios gerais, o processo decisório, as matérias obrigatórias e orienta as decisões do Gestor.

A Política do Gestor se encontra, na íntegra, no endereço eletrônico www.shopinvest.com.br.

Custodiante e Agente Escriturador

O Bradesco, por meio do seu departamento de ações e custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo Contrato de Cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Este serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

Substituição ou Renúncia do Custodiante

A substituição do Custodiante por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

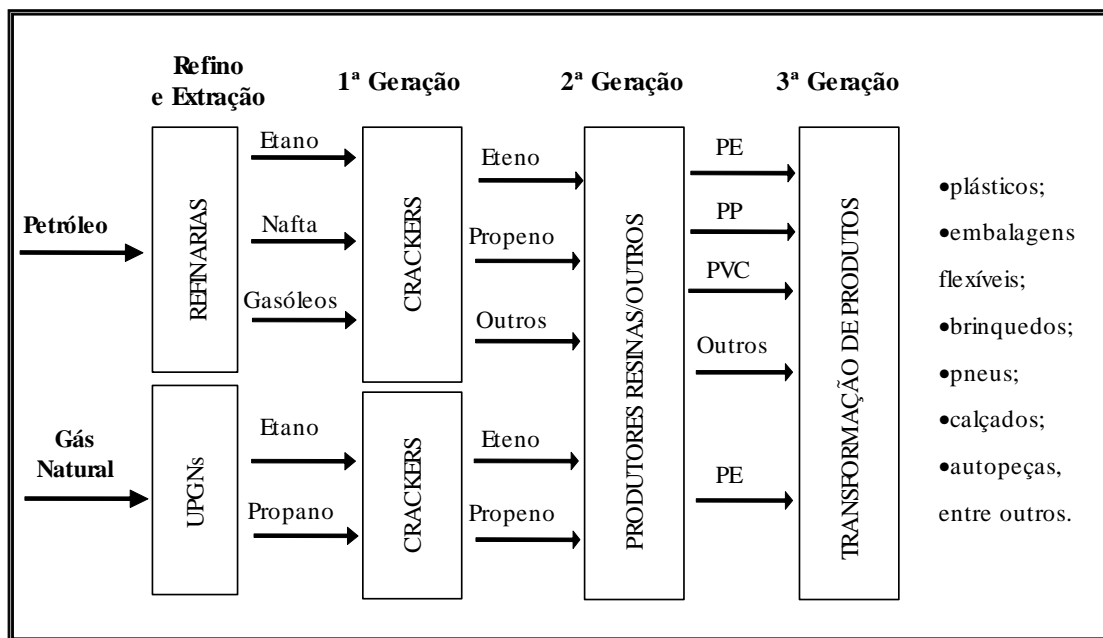
Adicionalmente, o Contrato de Custódia prevê que qualquer das partes (o Administrador, o Fundo ou o Custodiante) poderá, a qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito, à outra parte com, no mínimo, 2 meses de antecedência, resilir o Contrato de Custódia, sem que seja necessário apresentar qualquer motivação para tanto, e sem qualquer ônus para a parte denunciante. Na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia por iniciativa do Custodiante, o Fundo poderá, a seu critério, optar pela prorrogação do prazo do Contrato de Custódia por 6 meses, desde que notifique o Custodiante do exercício desta opção com antecedência de, no mínimo, 30 dias.

Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro

Estrutura

O setor petroquímico transforma subprodutos de petróleo bruto, principalmente nafta ou gás natural, em bens de consumo e industriais utilizados para diversas finalidades. O setor petroquímico brasileiro é, via de regra, organizado em produtores de primeira, segunda e terceira geração com base na fase de transformação de várias matérias-primas ou insumos petroquímicos.

O gráfico a seguir ilustra resumidamente as diferentes fases envolvidas na produção petroquímica:



Produtores de Primeira Geração

Os produtores de primeira geração do Brasil, denominados "craqueadores" fracionam ou "craqueiam" a nafta, seu principal insumo, em petroquímicos básicos. As unidades de craqueamento compram nafta, que é subproduto do processo de refino de petróleo, principalmente da Petrobras, bem como de outros fornecedores localizados fora do Brasil. Os petroquímicos básicos produzidos pelas unidades de craqueamento de nafta incluem:

- olefinas, principalmente eteno, propeno e butadieno;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xilenos; e
- combustíveis, solventes e outros produtos.

Produtores de Segunda Geração

Os produtores de segunda geração processam os petroquímicos básicos comprados das unidades de craqueamento de nafta, produzindo petroquímicos intermediários. Esses petroquímicos intermediários incluem:

- polietileno, poliestireno e PVC (cada um produzido a partir do eteno);
- polipropileno e acrilonitrila (cada um produzido a partir do propeno);
- caprolactama (produzida a partir do benzeno). Conforme comunicado ao mercado divulgado pela Braskem em 13 de maio de 2009, a planta de caprolactama, localizada no Pólo de Camaçari, Bahia, teve sua produção suspensa ; e
- polibutadieno (produzido a partir do butadieno).

Os petroquímicos intermediários são produzidos na forma sólida em péletes de plástico ou em pó e são transportados primordialmente por caminhão a produtores de terceira geração que, em geral, não ficam situados próximo aos produtores de segunda geração. A Braskem acredita ser, atualmente, a única empresa petroquímica integrada de primeira e segunda geração do Brasil

Produtores de Terceira Geração

Os Produtores de Terceira Geração, denominados transformadores, compram os petroquímicos intermediários de produtores de segunda geração e os transformam em produtos finais, incluindo:

- plásticos (produzidos a partir de polietileno, polipropileno e PVC);
- fibras acrílicas (produzidas a partir de acrilonitrila);
- nylon (produzido a partir de caprolactama);
- elastômeros (produzidos a partir de butadieno);
- embalagens descartáveis (produzidas a partir de poliestireno);
- utilidades domésticas (utensílios domésticos e eletrodomésticos, entre outros);
- brinquedos;
- calçados, solados, sandálias plásticas e de borracha;
- pneus; e
- autopeças (painéis internos, pára-choques, entre outros).

Os produtores de terceira geração fabricam vários bens de consumo e industriais, inclusive recipientes e materiais de embalagem, tais como sacos, filmes e garrafas, tecidos, detergentes, tintas, autopeças, brinquedos e bens de consumo eletrônicos.

Pólos Petroquímicos

A produção de petroquímicos de primeira e segunda geração no Brasil concentra-se ao redor de 4 pólos petroquímicos principais. São eles:

- o Pólo Petroquímico de Camaçari, localizado em Camaçari no Estado da Bahia. O Pólo Petroquímico de Camaçari iniciou suas atividades em 1978 e consiste atualmente de 13 produtores de segunda geração, incluindo a Braskem, situados ao redor da central petroquímica operada pela Braskem.
- o Pólo Petroquímico de Triunfo, localizado em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul. O Pólo Petroquímico de Triunfo iniciou suas atividades em 1982. Sua central petroquímica é operada pela Braskem, que disponibiliza matérias-primas para 7 produtores de segunda geração, entre os quais a Petroflex.
- o Pólo Petroquímico de São Paulo, localizado em Capuava, no Estado de São Paulo, onde se situa a unidade de craqueamento da subsidiária Petroquímica União. O Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, iniciou suas atividades em 1972. A Petroquímica União é o centro de matérias-primas desse pólo, fornecendo petroquímicos de primeira geração a 20 produtores de segunda geração, inclusive a Braskem.
- Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, localizado em Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, onde fica a unidade de craqueamento da Rio Polímeros. O Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro entrou em atividade em 2005. A Rio Polímeros, uma empresa petroquímica brasileira, é o centro de matérias-primas desse pólo e fornece petroquímicos de primeira geração a 2 produtores de segunda geração.

Cada pólo petroquímico tem um único Produtor de Primeira Geração, também chamado "centro de matérias-primas", e vários produtores de segunda geração que compram insumos do centro de matérias-primas.

Papel do Governo Brasileiro

A atual estrutura do setor petroquímico brasileiro reflete o plano do governo brasileiro, desenvolvido durante a década de 1970, de estabelecer um setor petroquímico nacional para atender os mercados brasileiros. Os produtores de primeira e segunda geração, como a Braskem, ficam situados próximos uns dos outros, de maneira a possibilitar o uso comum de instalações, tais como utilidades, e a viabilizar a entrega de insumos. Anteriormente à privatização do setor, as expansões de capacidade de produção das unidades de craqueamento de nafta e dos produtores de segunda geração eram coordenadas de forma a assegurar que o fornecimento de petroquímicos atendesse a demanda. A infra-estrutura que se desenvolveu ao redor dos pólos petroquímicos promoveu a interdependência de produtores de primeira e segunda geração, visto que instalações limitadas eram construídas para viabilizar o transporte e armazenamento de insumos para importação ou exportação. Subsequentemente à privatização do setor, a interdependência aumentou, visto terem os produtores de segunda geração, que continuam dependentes das unidades de craqueamento de nafta para compra de insumos e utilidades, aumentaram sua participação societária nas unidades de craqueamento de nafta, bem como em suas respectivas administrações.

O governo brasileiro buscou desenvolver o setor petroquímico por meio da formação de empreendimentos tripartites entre o governo brasileiro, empresas petroquímicas estrangeiras e investidores privados brasileiros. A subsidiária da Petrobras, Petroquisa, participava desses empreendimentos como representante do governo brasileiro, e a Petrobras, como fornecedora de nafta. Uma empresa petroquímica estrangeira fornecia a tecnologia, enquanto uma empresa brasileira do setor privado incumbia-se da administração.

Em 1992, o governo brasileiro iniciou um programa de privatização visando reduzir significativamente suas participações no setor petroquímico. Esse programa foi projetado para aumentar a participação de investidores privados no setor petroquímico, melhorando sua eficiência. Em consequência do programa de privatização, a participação do governo brasileiro representada por ações ordinárias da Braskem e por ações ordinárias da Copesul, PQU e Ipiranga, foi reduzida significativamente, sendo substituída por empresas do setor privado. Como resultado de processo de privatização similar, a participação privada dos produtores de segunda geração aumentou.

Papel da Petrobras

Anteriormente a 1995, a Constituição do Brasil concedia ao governo brasileiro um monopólio, exercido por intermédio da Petrobras, sobre a pesquisa, exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo bruto e produtos de petróleo refinado (exceto produtos petroquímicos) no Brasil. A Constituição Federal também previa que subprodutos do processo de refino, tais como a nafta, poderiam ser fornecidos no Brasil somente pela Petrobras ou por seu intermédio. A nafta é o principal insumo utilizado no Brasil para produção de petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Em 1995, a Constituição Federal foi alterada para permitir que as atividades de petróleo e a ele relacionadas fossem realizadas por empresas privadas, por meio de concessão ou autorização do governo brasileiro. Desde então, o governo brasileiro vem tomando várias medidas para liberalizar o setor petroquímico do Brasil.

Em 1997, a Lei n.º 9.478/97 regulamentou a Emenda Constitucional de 1995 por meio da criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo, encarregados de regulamentar e fiscalizar o setor petrolífero e o setor de energia brasileiro. Subsequentemente à criação da Agência Nacional de Petróleo, foram introduzidas novas regras e regulamentos destinados a gradualmente eliminar o monopólio da Petrobras. Desde 1997, a Braskem e a Copesul vêm importando nafta de empresas comerciais exportadoras e de produtores de petróleo e de gás do exterior.

Em 2009, a Petrobras produziu e vendeu entre 60,0% e 70,0% da nafta consumida pela Braskem, sendo importado o remanescente consumido pela Braskem

Em 27 de julho de 2009, a Braskem assinou um novo contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras, cujos termos já vinham sendo aplicados desde março de 2009. O contrato prevê a precificação da nafta baseada em diversos fatores, abrangendo os preços de mercado da nafta Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA) e uma série de outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinidade da nafta entregue. Este novo contrato tem prazo de 5 anos, vencendo-se em março de 2014, sendo renovável por um único período adicional de 5 anos, a menos que uma das partes notifique, por escrito, a outra, de sua intenção de não renovar o contrato com, no mínimo, um ano de antecedência com relação ao seu vencimento.

Este contrato substitui o contrato existente entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às unidades de insumos básicos localizadas no Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, e no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

Preços e Tributos

Produtos de Primeira Geração

Depois do processo de privatização da indústria petroquímica brasileira, os produtores de primeira geração, em geral, passaram a estabelecer os preços de seus produtos adotando um sistema de compartilhamento de margem com os produtores de segunda geração. O conceito de compartilhamento de margens utilizava uma série de premissas e variáveis que precisavam ser periodicamente mensuradas e acompanhadas. Mais recentemente, o modelo de compartilhamento de margens começou a ser substituído pelo uso de referências internacionais para os preços dos produtos petroquímicos nos contratos de fornecimento, tornando a precificação mais clara e direta.

As importações de produtos petroquímicos básicos são bastante reduzidas, e os preços pagos por produtores de segunda geração, incluindo a Braskem e suas controladas em conjunto, pela importação de produtos petroquímicos de primeira geração são onerados por custos de transporte e tributos.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima da Unidade de Insumos Básicos e, indiretamente de nossas demais unidades de negócios. Em 2009, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por cerca de 66,6% dos custos consolidados de vendas e serviços prestados. Historicamente, o preço da nafta fornecida pela Petrobras estava atrelado ao preço de mercado da nafta Amsterdã-Roterdã-Antuérpia e à taxa de câmbio dólar-real. O preço da nafta que compramos de outros fornecedores internacionais também está atrelado ao preço de mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia. O preço de mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia da nafta flutua principalmente em função de variações dos preços de petróleo bruto vigentes nos mercados internacionais, baseados no dólar norte-americano.

A Braskem estabeleceu preços para o eteno, seu principal produto petroquímico de primeira geração vendido a produtores de segunda geração, empregando um sistema de compartilhamento de margem. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos de primeira geração importados refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixou os preços dos subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por tais importações refletem, também, custos de transporte e tributos.

Tributação

A Braskem fixa o preço da maior parte do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que vende a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro recorre frequentemente a tarifas de importação para implementar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos. As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. A tabela a seguir mostra a oscilação das tarifas sobre determinados petroquímicos básicos e petroquímicos de

segunda geração de 1999 a 2009. As alíquotas mostradas são aquelas vigentes no fim dos respectivos anos, exceto quando indicado.

	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002 ⁽¹⁾	2001 ⁽²⁾	2000	1999
Petroquímicos de primeira geração:											
Eteno	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Propeno	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Soda cáustica	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	9.5	9.5	10.5	11.0	11.
Petroquímicos de segunda geração:											
Polietileno	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.
Polipropileno.....	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.
PVC ⁽³⁾	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.

⁽¹⁾ Em 2002, a tarifa oficial foi 1,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 1,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

⁽²⁾ Em 2001, a tarifa oficial foi 2,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 2,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

⁽³⁾ Sobre as importações de PVC de suspensão dos EUA e do México incidem tarifas de respectivamente 16% e 18% a partir de 1992, em virtude do lançamento de tarifas antidumping pela CAMEX-Câmara de Comércio Exterior, órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Se não forem prorrogadas, essas tarifas serão recolhidas até 14 de dezembro de 2010.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados.

As Cedentes

Braskem

Introdução

A Braskem é a maior produtora de resinas petroquímicas das Américas e a oitava maior produtora mundial, com base na capacidade de produção média anual em 2009. Sua receita líquida de vendas foi de R\$10.982,2 milhões, e o prejuízo líquido foi de R\$186,0 milhões no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Durante exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, sua receita líquida de vendas foi de R\$15.248,3 milhões, e o lucro líquido foi de R\$917,0 milhões. Ela é a única produtora de etileno, polietileno e polipropileno no Brasil. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 29 plantas no Brasil e nos Estados Unidos da América, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos 5 anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Politen, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbono, a Copesul, a Ipiranga Petroquímica, a Quattor Participações, a Quattor Petroquímica, a Quattor Química, a RioPol e a Sunoco. As operações comerciais da Braskem são organizadas em 5 unidades de negócio de produção e 1 unidade de negócio de distribuição, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos, que respondeu por R\$7.001,2 milhões, ou 50,0% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 11,6%, no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$11.144,2 milhões, ou 54,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, com uma margem operacional de 9,6%;
- Unidade de Poliolefinas, respondeu por R\$3.845,1 milhões, ou 27,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 7,2%, no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$7.216,9 milhões, ou 35,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 2,3%;
- Unidade Quattor, consolidada às demonstrações financeiras da Braskem a partir de 1º abril de 2010, respondeu por R\$1.424,5 milhões, ou 10,2% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 8,3% no período de 3 meses findo em 30 de junho de 2010;
- Unidade de Vinílicos, respondeu por R\$824,8 milhões, ou 5,9% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 1,9% no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$1.536,4 milhões, ou 7,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional negativa de 7,0%;
- Unidade Braskem Américas, consolidada às demonstrações financeiras da Braskem a partir de 1º abril de 2010, respondeu por R\$557,1 milhões, ou 4,0% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 4,3% no período de 3 meses findo em 30 de junho de 2010; e
- Unidade de Distribuição de Produtos Químicos, respondeu por R\$348,2 milhões, ou 2,5% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem, e teve uma margem operacional de 4,7% no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010. Em 2009, respondeu por R\$548,9 milhões, ou 2,7% da receita líquida de vendas de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 3,6%.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais.

Estratégia

A Braskem é a primeira companhia brasileira a integrar unidades de produção petroquímica de primeira e segunda geração. Suas vantagens competitivas derivam de sua posição de liderança no mercado da América Latina e da sua favorável estrutura de custos, resultantes de sua escala de produção e das sinergias obtidas por meio da integração que resultou em sua atual formação.

A Braskem está comprometida em disponibilizar suporte tecnológico para seus clientes através do Centro de Tecnologia e Inovação que desenvolve processos, produtos e aplicações para o setor.

A constituição da Braskem foi um marco na reestruturação de um setor industrial que é vital para o desenvolvimento da economia do Brasil. A Braskem fornece produtos petroquímicos com aplicação numa ampla variedade de indústrias, como embalagens de alimentos, peças automotivas, tintas, construções, agricultura, tecidos e produtos de higiene pessoal.

A visão da Braskem é fortalecer sua posição como uma empresa petroquímica de classe mundial. A Braskem procura se tornar uma das 5 maiores companhias petroquímicas do mundo em termos de valor da companhia, bem como ser posicionada como parceiro preferencial para alianças globais.

Os elementos-chave de estratégia da Braskem contemplam:

Expansão Internacional em Mercados Atraentes – a Braskem pretende expandir a capacidade de produção de suas unidades de negócio nos próximos anos por meio da aquisição de produtores petroquímicos fora do Brasil, que atualmente competem com a Braskem ou produzem produtos complementares, bem como por meio da construção de novos estabelecimentos no exterior, seja de forma independente ou em conjunto com terceiros.

Defesa da Posição no Mercado Petroquímico da América Latina – a Braskem procura reforçar sua posição de liderança no mercado petroquímico da América Latina, com foco em polietileno, polipropileno e PVC e integração com sua produção de etileno e propileno, inclusive pela operação de aquisição da Quattor Participações e pela avaliação dos investimentos na COMPERJ.

Negociação da Aquisição de Matéria Prima e de Energia a Preços Competitivos – a Braskem possui programas em andamento para reduzir custos operacionais por meio da diversificação das fontes de matéria prima e energia, e negociação em termos crescentemente competitivos destes esforços em seu processo de produção.

Diversificação dos Produtos e Negócios – a Braskem está buscando novas oportunidades de negócios por meio do desenvolvimento de produtos novos e especializados, como o polietileno e polipropileno "verde", processos produtivos especializados para PEBDL e PEBD e novos aplicativos para PEUAPM.

Diferenciação do Negócio – a Braskem procura estabelecer um relacionamento próximo e duradouro com seus consumidores, o que garante a lealdade de seus consumidores durante períodos de baixa demanda, através de disponibilização de suporte e soluções tecnológicos para seus clientes, desenvolvimento de novos produtos e aplicativos e oferta de opções flexíveis de entrega e financiamento.

Incorporação da Políteno

A Assembleia Geral Extraordinária de 2 de abril 2007 aprovou a incorporação da Políteno e a conversão de 486.530 ações preferenciais "classe A" da Braskem em 486.530 ações ordinárias, com o intuito de manter a relação mínima obrigatória de ações ordinárias para ações proporcionais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão da incorporação da Polialden. No âmbito desta incorporação, foram emitidas 1.533.670 ações preferenciais "classe A" em troca de 412.901.157 ações preferenciais "classe A" da Polialden e 2.126.856.433 ações preferenciais "classe B" da Políteno.

Projeto Triunfo

Em 18 de março de 2007, a Braskem firmou um Contrato de Investimento com a Ultrapar e a Petrobras. O Contrato previa que (i) a Ultrapar deveria adquirir, como agente de comissão atuando em nome da Braskem e da Petrobras, 100% do capital social da Ipiranga Química, o que de fato ocorreu em 27 de fevereiro de 2008. Nos termos do Contrato de Investimento, a Ultrapar transferiu 60% do capital social da Ipiranga Química para a Braskem e 40% para a Petrobras; e (ii) a Braskem obrigou-se, em conformidade com a legislação vigente, a realizar uma oferta pública em conjunto com a Petrobras para a compra dos 13,1% remanescentes do capital da Ipiranga Petroquímica não atualmente detidos pela Ipiranga Química.

Conforme o Contrato de Investimento, a Ultrapar ficou obrigada a transferir 33,3% do capital da RPI para a Petrobras, o que ocorreu em março de 2009. A RPI passou então a ser controlada em conjunto e em termos de igualdade pela Braskem, pela Petrobras e pela Ultrapar.

No âmbito do Acordo de Investimento Ipiranga, a Braskem pagou à Ultrapar R\$651,9 milhões em abril de 2007, R\$156,7 milhões em outubro de 2007, R\$47,3 milhões em novembro de 2007 e R\$633,5 milhões em fevereiro de 2008 pelas ações da Ipiranga Química e pelas ações da RPI que a Braskem adquiriu da Ultrapar.

Em 2 de julho de 2007, a totalidade das ações de emissão da Ipiranga Petroquímica passou a ser da Ipiranga Química, tendo sido dispensada, pela CVM, a realização de OPA por alienação do controle da Ipiranga Petroquímica e autorizado o cancelamento de seu registro como companhia aberta.

Em outubro de 2007 uma subsidiária da Braskem, EDSP58, adquiriu 22,7% do capital total e votante da Copesul pelo preço de aquisição de R\$1.294,2 milhões. O capital social da EDSP58 era dividido neste momento entre Braskem, com 60%, e Petrobras, com os 40% remanescentes. Em novembro de 2007, Copesul resgatou todas as ações de sua emissão, exceto aquelas detidas por EDSP58, Ipiranga Petroquímica, Petroquisa e Triunfo. Em dezembro de 2007, EDSP58 foi incorporada pela Copesul, de forma que Braskem passou a ser titular de 39,2% do capital total e votante da Copesul, Ipiranga Petroquímica passou a ser titular de 39,2% do capital total e votante da Copesul, e a Petroquisa e a Triunfo passaram a ser titular de 21,6% do capital total e votante da Copesul.

Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa

A Petrobras, a Petroquisa, a Odebrecht, a Norquisa e a Braskem celebraram, em 30 de novembro de 2007, um Acordo de Investimentos, pelo qual foram acordados os termos e condições para a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petroquisa ou Petrobras, consubstanciados em sua participação, direta ou indireta, no capital social da Copesul, IPQ, da IQ, da PPSA e da Triunfo.

Em cumprimento ao referido acordo, em maio de 2008 a Braskem incorporou as ações da Grust Holding S.A., veículo utilizado para a integração e consolidação das participações que a Petroquisa detinha na Copesul, IQ, IPQ e PPSA, conforme amplamente divulgado à época.

Após tal incorporação seguiram-se a incorporação da Copesul pela IPQ, na data de 11 de setembro de 2008, a cisão parcial da IQ com incorporação da parcela cindida pela Braskem, a incorporação da IPQ e da PPSA pela Braskem, aprovadas pela assembleia geral da Braskem realizada em 30 de setembro de 2008.

Em 30 de abril de 2009, foi aprovada em assembleia geral de acionistas da Braskem a incorporação da Triunfo.

Joint Ventures Pequiven

Em 15 de janeiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o investimento inicial da Braskem na Venezuela para a instalação de unidades de produção, por meio da constituição de *joint ventures* entre a Braskem Europe B.V. e a Pequiven. Será aportado o equivalente a 30% de capital, pela Braskem e Pequiven, em proporções iguais, e cerca de 70% dos projetos será objeto de *project finance*.

Polipropileno Del Sur - Propilsur

A princípio, a Propilsur seria responsável pela construção e operação da unidade de polipropileno com capacidade de 450 mil toneladas por ano, integrada a uma unidade de desidrogenação de propano. A produção comercial dessas unidades estaria prevista para 2013 e o investimento total estimado seria de US\$880 milhões.

Levando em consideração a retração do mercado internacional de crédito ocorrida desde o início da crise de 2008, e os altos custos do projeto mencionado acima, em dezembro de 2009, a estatal petrolífera da Venezuela, PDVSA, apresentou uma alternativa de fornecimento de matéria-prima, a partir do Complexo de Refinação de Paranaguá, no estado de Falcón. Diante da proposta, Pequiven e Braskem decidiram avaliar a mudança de local da planta de polipropileno, e os presidentes do Brasil e da Venezuela assinaram em 28 de abril de 2010 memorando neste sentido.

Acredita-se que o fornecimento da matéria-prima por parte da PDVSA será suficiente para construir uma planta com capacidade para 300 mil toneladas/ano de polipropileno, dispensando a necessidade do investimento na unidade intermediária de desidrogenação de propano. Dessa forma, estima-se que o investimento total seria reduzido para cerca de US\$500 milhões, facilitando a obtenção de financiamento.

Os estudos para a nova configuração do projeto Propilsur começarão no início de maio de 2010, e o início da operação deverá ser mantido para 2013, caso se confirmem as condições propostas por Pequiven, PDVSA e pelo governo venezuelano.

Polietilenos de America - Polimérica

Nos termos da *joint venture*, a Polimérica é responsável pela construção e operação de um cracker de etano a partir de gás natural com capacidade de 1,3 milhão de toneladas por ano de eteno, integrado à produção de 1,1 milhão de toneladas por ano de polietileno, consubstanciada em 3 unidades, sendo uma de 419 kt/ano de polietileno de alta densidade, uma de 309 kt/ano de polietileno de baixa densidade e uma de 440 kt/ano de polietileno de baixa densidade linear. A produção comercial dessas unidades estava prevista para o segundo semestre de 2014 e o investimento total estimado para este projeto era de US\$3,5 bilhões.

Com a nova configuração e mudança de local do projeto de polipropileno da Propilsur, aliada à possibilidade de oferta futura de gás etano e/ou outras fontes de matéria prima pelo Complexo de Refino da PDVSA em Paranaguá, Pequiven e Braskem concordaram em adiar por um ano a continuidade do projeto Polimérica, inicialmente também previsto para o Complexo Petroquímico de José. O adiamento permitirá avaliar as condições e possibilidades de suprimento da matéria-prima ao projeto pelo Complexo Paranaguá, já que essa opção poderá ser mais competitiva que a escolha inicial. Caso esta decisão prevaleça, as operações destas unidades podem ter início em 2015.

Fornecimento de Nafta e Resinas

No contexto da reunião presidencial realizada em 28 de abril de 2010, também foi assinado um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta pela PDVSA à Braskem, ampliando o prazo por mais 2 anos e o volume de 640 mil toneladas/ano para aproximadamente 1 milhão de toneladas/ano. Igualmente, foi formalizado memorando de entendimentos para a Braskem fornecer resinas e petroquímicos básicos à Pequiven.

2º Programa de Recompra de Ações da Braskem

Em 19 de fevereiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou a aquisição de ações preferenciais classe "A" de emissão da própria Braskem para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Até o dia 2 de dezembro de 2008, a Braskem tinha recomprado 10.099.500 milhões de ações do total de 19.862.411 ações previstas para recompra, no valor total de R\$107.405,37 milhões.

Projeto de Polietileno Verde

Em 17 de abril de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o projeto de polietileno verde, com investimentos de R\$1 bilhão nos próximos 3 anos, para a produção de eteno e polietileno a partir de etanol de cana-de-açúcar, com início previsto para 2011 no Pólo de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

As obras iniciaram-se em 2009, e o projeto terá a capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano e um faturamento previsto de US\$400 milhões/ano. A Braskem planeja utilizar 30% de recursos próprios e buscará financiamento para os 70% restantes.

Aquisição e venda de participação na Petroflex

Em agosto de 2007, a Braskem exerceu o direito de preferência para aquisição das ações de emissão da Petroflex, de propriedade da Suzano. Em outubro de 2007, a Braskem adquiriu ações da Petroflex representativas de 13,4% do seu capital total e votante, por um preço de compra de R\$61,0 milhões, após o anúncio da aquisição do controle da Suzano pela Petrobras. Após essa aquisição, a Braskem detém, 33,5% do capital total da Petroflex, incluindo 33,6% do capital votante.

Em dezembro de 2007, a Braskem celebrou um contrato de venda das ações da Petroflex, que era de propriedade da Braskem, para a Lanxess Deutschland GmbH pelo valor de R\$252,1 milhões. Em outubro 2008, foi realizada, pela Lanxess, a OPA para cancelamento de registro da Petroflex.

Projeto Etileno XXI

Em 9 de novembro de 2009, a Braskem anunciou que foi vencedora de leilão promovido pela Pemex Gás, empresa estatal do México, para aquisição de etano que será utilizado para um projeto petroquímico integrado a ser desenvolvido naquele país.

O início do projeto está planejado para ocorrer em 2015 e estará localizado no Complexo Petroquímico de Coatzacoalcos, no estado de Veracruz, tendo como objetivo principal o suprimento do mercado mexicano, que hoje é importador de polietileno.

Em 18 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Braskem aprovou o projeto será implantado e operado por meio de uma *joint venture* a ser constituída entre a Braskem e a IDESA, empresa mexicana que possui 3 áreas de negócios: petroquímica, distribuição e sistema de construção.

O investimento previsto preliminarmente é de US\$2,5 bilhões, ao longo de 5 anos, sendo que o modelo de *project finance* prevê 70% financiado por dívida e o restante com capital próprio dos acionistas.

O Projeto Etileno XXI compreenderá (i) a aquisição, em condições competitivas, de etano da Pemex Gás por 20 anos; (ii) a construção de um *cracker* que utilizará o etano adquirido como matéria prima para a produção de 1 milhão de toneladas por ano de eteno; e (iii) bem como a construção de 3 unidades integradas de polimerização para a produção da mesma quantidade de polietileno.

Aquisição de Sunoco Chemicals

Por meio de sua subsidiária Braskem América, Inc, a Braskem celebrou, em 1º de fevereiro de 2010, um contrato de compra e venda de ações com a sociedade Sunoco, Inc. para aquisição, pelo valor de R\$350 milhões, de 14.908 ações, representativas de 100% do capital social votante de Sunoco Chemicals, Inc. sociedade sediada na Filadélfia, no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, com capacidade anual de 950 mil toneladas de polipropileno, representando 13% da capacidade norte-americana.

Em 1º de abril de 2010, a Braskem anunciou que concluiu a aquisição da divisão de Polipropileno (PP) da Sunoco Chemicals.

Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Unipar

A Petrobras, a Petroquisa, a Odebrecht, a Unipar e a Braskem celebraram, em 22 de janeiro de 2010, um Acordo de Investimentos, pelo qual foram acordados os termos e condições por meio dos quais:

(i) em fevereiro de 2010, uma subsidiária da Petrobras, a qual detinha a totalidade das ações de emissão da Braskem detidas pela Petrobras e suas subsidiárias, foi incorporada pela BRK, uma subsidiária da Odebrecht para qual a Odebrecht havia contribuído toda a porção do capital social da Braskem detida pela Odebrecht e suas subsidiárias;

(ii) Odebrecht, OSP, Petrobras e Braskem celebraram um acordo de acionistas da Braskem e BRK tratando, entre outras coisas, dos direitos de voto e transferência das ações;

(iii) Em abril de 2010, (1) Odebrecht e Petrobras contribuíram um valor agregado de R\$3,5 bilhões para o capital social da BRK, e (2) Braskem realizou um aumento de capital por subscrição privada realizada por seus acionistas, por meio do qual aumentou seu capital em R\$3,7 bilhões em razão da emissão de 243.206.530 novas ações ordinárias e 16.697.781 novas ações preferenciais classe A;

(iv) Em abril de 2010, a Unipar vendeu para a Braskem a totalidade das ações ordinárias de emissão da Quattor Participações de que era titular, representando 60% do capital votante da Quattor Participações, pelo valor total de R\$647,3 milhões, acrescido da assunção proporcional da obrigação da Unipar frente ao BNDESPAR, decorrente da opção de venda das ações da RioPol detidas por BNDESPAR. Quattor Participações é uma sociedade de participação (*holding*) que é titular de, direta ou indiretamente, 75% do capital social da RioPol, 99,3% do capital social da Quattor Petroquímica, 100% do capital social da Quattor Química, e 33,3% do capital social da Polibutenos;

(v) Em maio de 2010, a Braskem comprou da Unipar (1) a totalidade do capital social da Unipar Comercial pelo preço de aquisição de R\$27,1 milhões, e (2) 33,3% do capital social e votante da Polibutenos pelo preço de aquisição de R\$22,3 milhões;

(vi) Adicionalmente, em decorrência do direito de *tag along* previsto no estatuto social da Polibutenos, em 31 de maio de 2010, a Braskem adquiriu pelo mesmo preço pago à Unipar 282.448.478 ações ordinárias de emissão da Polibutenos, detidas então pela Chevron Oronite Brasil Ltda. Desta forma, a Braskem passou a deter, direta e indiretamente, 100% do capital votante e total da Polibutenos;

(vii) Em 18 de junho de 2010, foi aprovada, em assembleias gerais da Braskem e da Quattor Participações, a incorporação, pela Braskem, da totalidade das ações de emissão da Quattor Participações detidas então pela Petrobras e Petroquisa;

(viii) Em agosto de 2010, a BNDESPAR exerceu sua opção de venda de 60% das ações da RioPol por ela detidas para a Braskem, por R\$174.6 milhões e 40% das ações da RioPol por ela detidas para a Petrobras, por R\$116.4 milhões;

(ix) Em 30 de agosto de 2010, foi aprovada, em assembleias gerais da Braskem e da RioPol, a incorporação, pela Braskem, da totalidade das ações de emissão da RioPol, detidas então pela Petrobras e pela Quattor Petroquímica; e

(x) Em função da alienação indireta do controle da Quattor Petroquímica, companhia aberta controlada pela Quattor Participações, a Braskem encaminhará à CVM, pedido de registro de oferta pública para aquisição de 7.688 ações ordinárias e 1.542.006 ações preferenciais detidas pelos acionistas minoritários da Quattor Petroquímica, representativas de aproximadamente 0,7% do capital social desta sociedade, pelo preço equivalente a 80% do valor pago pelas ações de controle.

Com a aquisição do controle da Quattor Participações, a Braskem passou a ser a única produtora de etileno, polietileno e polipropileno no Brasil, a maior produtora de resinas petroquímicas nas Américas e a oitava maior produtora de resinas petroquímicas do mundo, com base na capacidade de produção média anual em 2009.

Comperj e Complexo de SUAPE

Em 22 de janeiro de 2010, Odebrecht, Petrobras e Braskem celebraram um acordo de associação cujo objetivo é regular sua relação comercial e societária no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e no Complexo Petroquímico de Suape (Complexo do Suape). Segundo estes acordo, a Braskem assumirá as sociedades que desenvolvem as primeiras e segundas gerações petroquímicas do COMPERJ, e gradativamente a participação nas sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo do Suape.

Reorganização do Grupo Quattor

Conforme referido acima, em maio de 2010, a Braskem adquiriu 33,3% do capital social da Ploibutenos da Chevron Oronite do Brasil Ltda., pelo valor de R\$22,5 milhões. Em razão dessa aquisição, a Polibutenos tornou-se uma subsidiária integral da Braskem.

Em junho de 2010, a Braskem adquiriu da Quattor Participações todas as ações representativas do capital social da RioPol e da Quattor Petroquímica de titularidade da Quattor Participações e o capital da Braskem na Quattor Participações foi reduzido em R\$2.578,4 milhões. Como resultado dessa transação, a RioPol e a Quattor Petroquímica transformaram-se em subsidiárias diretas da Braskem.

Em agosto de 2010, a BNDESPAR exerceu sua opção de venda de 60% das ações da RioPol por ela detidas em favor da Braskem, por R\$174,6 milhões e 40% das ações da RioPol por ela detidas em favor da Petrobras, por R\$116,4 milhões. O pagamento das ações adquiridas pela Braskem será feito em 3 prestações anuais, começando em Junho de 2015, sendo que o montante de cada parcela será reajustado pela TJLP mais 2,5% ao ano a partir de junho de 2008 até a respectiva data de pagamento.

Em agosto de 2010, a Braskem completou um processo de incorporação de ações no qual ela emitiu 2.434.890 ações preferenciais classe "A" em favor dos titulares das ações da RioPol que não eram de sua titularidade em troca de suas ações da RioPol. Como resultado dessa transação, a RioPol se transformou em uma subsidiária integral da Braskem.

Em setembro de 2010, a Plobutenos e a Quattor Química foram incorporadas à Quattor Participações.

Capital Social

O capital social da Braskem, em 20 de setembro de 2010, era de R\$8.038.951.826,24, dividido em 801.267.442 ações, sendo 451.669.063 ações ordinárias, 349.004.561 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B".

O quadro abaixo indica os principais acionistas da Braskem nesta data:

	Ações							
	Ordinárias		Preferenciais classe "A"		Preferenciais classe "B"		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	420.761.481	93,1%	-	-	-	-	420.761.481	52,5%
Odebrecht Serviços e Participações S.A.	-	-	79.182.486	22,6%	-	-	79.182.486	9,9%
BNDESPAR	-	-	44.317.452	12,7%	-	-	44.317.452	5,5%

Em 18 de outubro de 2007, as ações pertencentes à Construtora Norberto Odebrecht S.A. foram transferidas em sua totalidade para a empresa Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em decorrência da incorporação da Triunfo, em 5 de maio de 2009 o capital social da Braskem foi aumentado em R\$117.989.288,35, mediante a emissão de 13.387.157 novas ações preferenciais classe "A", devidamente distribuídas aos antigos acionistas de Triunfo.

Em 31 de dezembro de 2009: (i) Odebrecht transferiu 1.406.173 ações ordinárias que detinha em Braskem para Belgrávia em troca por 1.406.173 ações preferenciais classe A que Belgrávia detinha em Braskem; (ii) Odebrecht transferiu 87.646.298 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP; (iii) Norquisa transferiu 29.639.199 ações ordinárias e 2.185.246 ações preferenciais classe A detidas em Braskem para OSP; (iv) Belgravia transferiu 1.406.173 ações ordinárias e 77.106.500 ações preferenciais classe A de Braskem para OSP; e (v) OSP transferiu 118.691.670 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP e troca por 118.691.670 ações de BRK.

Em 31 de dezembro de 2009, Petroquisa transferiu 59.014.254 ações ordinárias que detinha na Braskem para WBW.

Em 8 de fevereiro de 2010, WBW foi incorporada por BRK e BRK emitiu 59.014.503 ações ordinárias para Petroquisa em troca pelas ações de WBW.

Em 30 de março de 2010, OSP contribuiu R\$1.000 milhões para BRK pela emissão de 26.170.847 ações ordinárias da BRK. Em 5 de abril de 2010, Petroquisa contribuiu R\$2.500 milhões para BRK pela emissão de 65.425.867 ações ordinárias de BRK.

Em abril de 2010, foi realizado um aumento de capital na Braskem, por meio de subscrição privada pelos acionistas, da qual resultou a contribuição de R\$3.742.622.078,40 pela emissão de 243.206.530 ações ordinárias e 16.697.781 ações preferenciais classe A da Braskem. Neste aumento de capital, BRK subscreveu 243.055.556 ações ordinárias.

Em junho de 2010, foi realizada assembleia geral para realizar um aumento de capital na Braskem em decorrência da incorporação das ações da Quattor Participações pela Braskem. Neste sentido, foi aumentado o capital social da Braskem em R\$199.356.374,97, sendo R\$34.612.788,72 destinados à reserva de capital e R\$164.743.586,24 destinados ao capital social, através da emissão de 18.000.087 novas ações ordinárias, subscritas pela Petrobras e pela Petroquisa.

Em agosto de 2010, foi realizada assembleia geral para realizar um aumento de capital na Braskem em decorrência da incorporação das ações da RioPol pela Braskem. Neste sentido, foi aumentado o capital social da Braskem em R\$103.086.765,11, sendo R\$80.801.733,34 destinados à reserva de capital e R\$22.285.031,77 destinados ao capital social, através da emissão de 2.434.890 novas ações preferências classe "A", subscritas pela Petrobras e pela Quattor Petroquímica.

Acionistas Controladores

O acionista controlador da Braskem atualmente é a BRK Investimentos Petroquímicos S.A., a qual é titular de 53,9% do capital social da Braskem, incluindo 420.461.481 ações ordinárias com direito a voto (ou 93,1% do capital votante da Braskem). BRK é controlada pela (1) OSP, que é titular de 53,8% do capital social e votante da BRK; (2) Petroquisa, que é titular de 21,9% do capital social e votante da BRK; e (3) Petrobras, que é titular de 24,3% do capital social e votante da BRK.

A Odebrecht é um membro de um grupo de sociedades controlado pela família Odebrecht, conhecido como o Grupo Odebrecht. O Grupo Odebrecht é, um dos 10 maiores conglomerados do setor privado detidos por

brasileiros, com base em sua receita líquida de vendas do ano de 2009 (último ano cujas informações comparativas foram disponibilizadas).

A Petrobras é uma companhia integrada de gasolina e gás, que é a maior companhia do Brasil e uma das maiores companhias da América Latina em termos de receita líquida de vendas. A Petrobras opera em sua maioria dos gases e combustíveis produzidos no Brasil, detém um grande base de reservas aprovadas e uma infraestrutura completamente desenvolvida, opera substancialmente toda a capacidade de refinamento do Brasil, participa na maioria dos aspectos do mercado Brasileiro de gás natural e é ativa em outros 28 países.

Odebrecht, OSP, Petrobras, Petroquisa e BRK são partes de uma acordo de acionistas que regula a participação destas sociedades, direta ou indiretamente, em Braskem.

Acordo de Acionistas

Odebrecht, OSP, Petrobras e Petroquisa, sendo a Braskem e BRK como partes intervenientes, celebraram em 8 de fevereiro de 2010, com prazo de vigência de 35 anos.

Segundo este acordo de acionistas, a Petrobras e a Petroquisa: (i) possuem o direito de, em conjunto, indicar membros do conselho de administração da Braskem e seus suplentes, conforme descrito abaixo; (ii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de menos de 30% e mais do que 18% das ações com direito a voto, terão em conjunto o direito de veto de certas ações da Braskem e, em alguns casos, das subsidiárias da Braskem; (iii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 18% ou mais das ações com direito a voto, terão em conjunto direito de veto com relação às operações com partes relacionadas de determinados valores limites.

Com relação à indicação de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, a Petrobras e a Petroquisa podem indicar em conjunto: (i) 4 membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais das no capital votante; (ii) 3 membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% do capital votante; (iii) a maioria dos membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais do capital votante; e (iv) 2 membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% no capital votante da Braskem. Enquanto a Petrobras e a Petroquisa tiverem o direito de indicar 3 ou 4 membros do conselho de administração, um destes indicados ocupará o cargo de vice-presidente do conselho de administração.

Adicionalmente, as partes do acordo de acionistas concordaram em: (i) exceto por algumas exceções, não constituir gravas ou ônus sobre as ações que detém na Braskem; (ii) conceder direito de preferência e direito de venda conjunta às demais partes em caso de venda de qualquer das ações da Braskem; e (iii) permitir que uma parte eventualmente diluída adquira ações da parte que causou sua diluição de forma que as participações sejam restabelecidas.

Outras Subsidiárias e Participações Societárias Relevantes

A Braskem detém, ainda, participações societárias em outras empresas, inclusive a Cetrel e a Borealis Brasil S.A., com as quais mantém relações comerciais tais como contratação de serviço de tratamento de água e resíduos orgânicos gerados pela Braskem, e venda de polipropileno e polietileno.

Administração

O Conselho de Administração e a Diretoria da Braskem são responsáveis por operar seus negócios.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Braskem é composto por 11 membros e seus respectivos suplentes. O Conselho de Administração é um órgão deliberativo responsável por, entre outras coisas, determinar políticas e diretrizes para os negócios, subsidiárias integrais e companhias controladas da Braskem.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos na assembleia geral de acionistas por mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente é de 1 ano, permitida a reeleição. Os mandatos de todos os membros atuais se encerram na assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Marcelo Bahia Odebrecht	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Cláudio Melo Filho	30.04.2010	2 anos	Suplente
José de Freitas Mascarenhas	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
José Carlos Grubisich Filho	30.04.2010	2 anos	Suplente
Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
André Amaro da Silveira	30.04.2010	2 anos	Suplente
Álvaro Fernandes da Cunha Filho	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Felipe Montoro Jens	30.04.2010	2 anos	Suplente
Newton Sérgio de Souza	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Adriano Chaves Jucá Rolim	30.04.2010	2 anos	Suplente
Paulo Henyan Yue Cesena	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Carla Gouveia Barreto	30.04.2010	2 anos	Suplente
Paulo Roberto Costa	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Antonio Aparecida de Oliveira	30.04.2010	2 anos	Suplente
Almir Guilherme Barbassa	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Pedro Augusto Bonesio	30.04.2010	2 anos	Suplente
Francisco Pais	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Andrea Damiani Maia	30.04.2010	2 anos	Suplente
Maria das Graças Silva Foster	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Arão Dias Tisser	30.04.2010	2 anos	Suplente
Eduardo Rath Fingerl	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Marcos Luiz Abreu de Lima	30.04.2010	2 anos	Suplente

Diretoria

A Diretoria da Braskem é um órgão executivo de administração. Os diretores são representantes legais da Braskem e são responsáveis pela organização interna, operações cotidianas e pela implementação das políticas gerais e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração.

O Estatuto Social da Braskem determina que a Diretoria seja formada por no mínimo 4 e no máximo 10 membros, sendo um Diretor Presidente e cada um responsável pelos negócios de uma área determinada pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos correspondentes aos mandatos dos membros do conselho de administração, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os atuais Diretores se encerram em 2012. A tabela abaixo lista os atuais membros da Diretoria:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Bernardo Afonso de Almeida Gradin	06.05.2010	2 anos	Diretor Presidente
Décio Fabrício Oddone da Costa	06.05.2010	2 anos	Diretor
Edmundo José Correia Aires	06.05.2010	2 anos	Diretor
Manoel Carnaúba Cortez	06.05.2010	2 anos	Diretor
Marcela Aparecida Drehmer Andrade	06.05.2010	2 anos	Diretora de Relações com Investidores
Maurício Roberto de Carvalho Ferro	06.05.2010	2 anos	Diretor
Patrick Horbach Fairon	06.05.2010	2 anos	Diretor

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Braskem e de seus auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas.

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas.

O Estatuto Social da Braskem determina que o Conselho Fiscal seja composto por até 5 membros e seus suplentes e funcione de forma permanente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição acontece sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

O mandato atual de todos os conselheiros se encerra em 2011. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Ismael Campos de Abreu	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Afonso Celso Florentino de Oliveira	30.04.2010	1 ano	Suplente
Aluizio da Rocha Coelho Neto	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Jayme Gomes da Fonseca Júnior	30.04.2010	1 ano	Suplente
Antônio Luiz Vianna de Souza	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Marcílio José Ribeiro Júnior	30.04.2010	1 ano	Suplente
Marcos Antonio Silva Menezes	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Sérgio José de Barros	30.04.2010	1 ano	Suplente
Manoel Mota Fonseca	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Ana Patrícia Soares Nogueira	30.04.2010	1 ano	Suplente

Atividades

Unidade de Insumos Básicos

A Unidade de Insumos Básicos, respondeu por R\$7.001,2 milhões no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010 e R\$11.144,2 milhões em 2009, ou 50,0% e 54,5%, respectivamente, da receita líquida de vendas de todos os segmentos. As vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem respondeu por R\$2.894,8 milhões no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010 e R\$5.065,1 milhões em 2009, ou 41,3% e 45,5%, respectivamente, da receita líquida de vendas da Unidade de Insumos Básicos. Sua Unidade de Insumos Básicos produz:

- olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno, para-xileno e orto-xileno;
- combustíveis, tais como gasolina automotiva e GLP; e
- ETBE, Solvente C9 e C9 Pirólise.

A Braskem fornece, adicionalmente, utilidades a outras plantas localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari e presta serviços às operadoras dessas plantas. Em 31 de dezembro de 2009, 83,9% das vendas de sua Unidade de Insumos Básicos (inclusive vendas entre empresas do mesmo grupo) foram provenientes da venda de petroquímicos básicos, 5,4% da venda de condensado, 5,2% da venda de combustíveis, de 4,7% da venda de utilitários e serviços e 0,8% da venda de caprolactama e produtos relacionados.

A Unidade de Insumos Básicos fabrica ampla gama de petroquímicos básicos principalmente para emprego na fabricação de produtos petroquímicos intermediários, inclusive os fabricados por suas outras unidades de negócio. A Braskem acredita que sua Unidade de Insumos Básicos encontra-se bem posicionada para tirar proveito da crescente demanda por produtos petroquímicos básicos no Brasil, tanto por parte de suas outras unidades de negócio como por parte de terceiros. A Braskem prevê que o crescimento de longo prazo da demanda por esses produtos no Brasil perdurará em razão da crescente utilização de bens de consumo baseados em plástico, da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel por plástico, bem como crescimento econômico de modo geral do Brasil.

O quadro a seguir apresenta os principais produtos fabricados pela Unidade de Insumos Básicos, seus produtos derivados intermediários e seus usos finais mais comuns.

Produtos Petroquímicos Básicos	Produtos Intermediários Derivados de seus Produtos Petroquímicos Básicos	Usos Finais Comuns
Olefinas		
Eteno	Poliétileno de baixa densidade/de baixa densidade linear ⁽¹⁾	Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel
	Poliétileno de alta densidade ⁽¹⁾	Garrafas plásticas moldadas por sopro (como garrafas de leite)
	Óxido de eteno, usado para produzir etilenoglicol	Fibras de poliéster e resina PET
	Dicloroetano, usado para produzir PVC ⁽²⁾	Tubos, revestimentos de paredes, estofamento, revestimentos de piso
	Etilbenzeno, usado para produzir SM e a seguir os	Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto

Propeno (grau polímero e grau químico)	Polipropileno ⁽¹⁾	Base para carpetes, malas, garrafas, fraldas, sacaria de rafia
	Acrlonitrila	Vestuário, plásticos
	Óxido de Propeno	Espumas de poliuretano para mobiliário e isolamento, compostos de limpeza e revestimentos
Butadieno	Borracha sintética, elastômeros, resinas	Pneus, calçados, mangueiras, luvas cirúrgicas
Buteno-1	Poliétileno de baixa densidade linear ⁽¹⁾	Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel
Aromáticos		
Benzeno	Etilbenzeno (usado na fabricação de monômero de estireno/poliéstereno)	Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto
	Cumeno	Epóxis
	Cicloexano e ciclohexanona	Nylon
	Alquil Benzeno Linear	Detergentes
	Caprolactama	Nylon
	Sulfato de Amônio	Fertilizantes
Isopreno	Estireno-isopreno-estireno (SIS)	Adesivo
Tolueno	Tolueno di-isocianato (TDI)	Espumas de uretano
		Solventes
Para-xileno		Filme e fibras de poliéster
Orto-xileno	Anidrido ftálico e plastificantes	Produtos flexíveis de PVC
Outros		
MTBE		Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Solvente C9		Solventes e tñeres
C9 Pirólise		Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Combustíveis		
Gasolina automotiva		Combustível para motores de combustão interna
GLP		Gás de cozinha

(1) Produzido pela Unidade de Poliolefinas.

(2) Produzido pela Unidade de Vinílicos.

Unidade de Poliolefinas

Em 31 de dezembro de 2009, as instalações de produção de poliolefinas da Braskem tinha a maior capacidade de produção anual de todos os produtores de poliolefinas de segunda geração da América Latina. A Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$3.845,1 milhões durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010 e R\$7.216,9 milhões durante 2009, ou 27,5% e 35,3%, respectivamente, da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

A Unidade de Poliolefinas produz:

- polietileno, inclusive PEBD, PEBDL, PEMD, PEAD, PEUAPM e EVA; e
- polipropileno.

A Braskem fabrica ampla gama de produtos de polietileno e polipropileno para utilização em aplicações em bens de consumo e industriais, inclusive:

- filmes de plástico para embalagem de produtos alimentícios e não-alimentícios;
- garrafas, sacolas de compras e outros recipientes para bens de consumo;
- autopeças; e
- utilidades.

A Braskem possui a maior participação no mercado brasileiro de polietileno e participação no de polipropileno, com base em volumes de vendas. A Braskem prevê que o crescimento da demanda interna por esses produtos continuará aumentando em razão:

- do maior consumo de bens de consumo baseados em plástico considerando o consumo de bens de consumo baseado em plástico per capita no Brasil é baixo se comparado com o dos Estados Unidos da América e com muitos países europeus; e
- da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel, por plásticos.

A Braskem acredita estar bem posicionada para aumentar suas vendas de produtos de poliolefinas com base na crescente demanda por esses produtos no Brasil.

Unidades Industriais da Unidade de Poliolefinas

A Braskem acredita que a variedade de processos tecnológicos empregados em suas plantas de poliolefinas lhe fornece uma vantagem competitiva na satisfação das necessidades de seus clientes. Atualmente, a Braskem detém e opera 11 plantas localizadas na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2009, suas plantas apresentavam capacidade de produção anual total de 1.090 toneladas de polipropileno e 1.995 toneladas de polietileno.

Unidade de Vinílicos

A Unidade de Vinílicos é a principal produtora de PVC do Brasil, com base no volume de vendas de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, as instalações de produção de PVC da Braskem apresentaram a maior capacidade de produção anual da América Latina. A Unidade de Vinílicos respondeu por R\$824,8 milhões no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010 e R\$1.536,4 milhões em 2009, ou 5,9% e 7,5%, respectivamente, da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

A unidade de Vinílicos da Braskem é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Sua produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica e vende soda cáustica, EDC e cloro. Em 31 de dezembro de 2009, 68,7% da receita líquida de vendas da Unidade de Vinílicos foram gerados pela venda de produtos de PVC, 25,6% foram gerados pela venda de soda cáustica e 2,6% da venda de EDC e o restante da venda de outros produtos.

Em 31 de dezembro de 2009, a Braskem tinha uma fatia de aproximadamente 49,5% do mercado brasileiro de PVC em volume de vendas.

Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos da Braskem é a maior distribuidora de produtos químicos e petroquímico do Brasil, com uma fatia de aproximadamente 10% do mercado. Esta Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos manufaturados pela Unidade de Poliolefinas da Braskem, pela Unidade Quattor, assim como produtos de mais de 90 companhias nacionais e estrangeiras. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos em vários segmentos de mercado, incluindo agroquímico, borracha e químicos para propósitos em geral; cosméticos e farmacêuticos, domésticos e outros segmentos industriais; transformação de plásticos, e tintas, resinas, adesivos e construção civil. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos respondeu por R\$348,2 milhões durante o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2010 e R\$548,9 milhões em 2009, ou 2,5% e 2,7%, respectivamente, da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

Unidade Quattor

A Quattor Participações e a RioPol produzem uma variedade de produtos petroquímicos similar à produzida pela Unidade de Insumos Básicos da Braskem. Ademais, a Quattor Participações é a única produtora brasileira de cumeno, o qual é fornecido para a Rhodia Polyamide para o emprego na produção de fibras de nylon e bisphenol A, matéria prima para a produção de resinas de policarbonato. A Quattor Participações e a RioPol fornecem etileno e propileno para suas unidades de produção de polietileno, àquelas da Quattor Petroquímica e a outros produtores petroquímicos. A Quattor Participações também vende butadieno, cumeno e uma variedade de aromáticos, incluindo produtos BTX, a outros produtores petroquímicos para o emprego como matéria prima na produção de uma variedade de produtos de segunda geração. A Unidade Quattor respondeu por R\$1.424,5 milhões, ou 10,2% da receita líquida de vendas no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2010.

Unidade Braskem Américas

Os ativos da Braskem Américas incluem unidades de polipropileno nos Estados Unidos da América localizadas em La Porte, Texas; Marcus Hook, Pennsylvania; e Neal, West Virginia, bem como uma unidade de pesquisa de petroquímicos em Pittsburgh, Pennsylvania. A Braskem Américas respondeu por R\$557,1 milhões, ou 4,0% da receita líquida de vendas no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2010.

Meio Ambiente

Legislação Ambiental

A Braskem está sujeita à legislação brasileira federal, estadual e municipal que rege a descarga e emissão de efluentes no meio ambiente, o manejo e a disposição de resíduos industriais, assim como à legislação de outra forma relacionada à proteção do meio ambiente.

A Braskem acredita que suas operações atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. De tempos em tempos, os estudos ambientais que a Braskem contrata indicam casos de contaminação ambiental e emissões atmosféricas em algumas de suas plantas. A Braskem e algumas de suas controladas e diretores e de suas controladas recebem notificações eventuais de violações ambientais e estão sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem os sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras. A Braskem está tratando de todas as questões ambientais das quais tem ciência e acredita que nenhuma dessas questões terá efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira ou operações.

Segurança e Controle de Qualidade

A Braskem adota uma política que torna todos os seus diretores, conselheiros e empregados responsáveis pela segurança de seus funcionários e pela preservação do meio ambiente.

A Braskem participa do programa "Atuação Responsável", que estabelece normas internacionais para práticas ambientais, de saúde e segurança ocupacionais para fabricantes de produtos químicos. Por meio de sua participação nesse programa, a Braskem adota políticas e procedimentos que exigem sua observância a instruções detalhadas quanto a questões de saúde, segurança e meio ambiente. A Braskem procura manter esses padrões ambientais, tendo qualificado cada uma de suas plantas para receber os certificados NBR-ISO 9001 e 14001, que incluem práticas internacionais de gerenciamento ambiental. Atualmente, a Braskem está procurando obter o certificado OHSAS 18000 de observância ambiental, de saúde e segurança para todas as suas plantas.

Ofertas Públicas

Ofertas de Aquisição de Ações

Não houve ofertas públicas de aquisição de ações ou debêntures da Braskem efetuada por terceiros ou pela própria Braskem no último exercício social ou no atual exercício social. Em relação à Copesul, em 5 de outubro de 2007, a Braskem adquiriu 34.040.927 ações ordinárias da Copesul representativas de mais de 2/3 das ações em circulação, durante o leilão de OPA da Copesul.

Em 26 de maio de 2010, a Braskem protocolou na CVM pedido de registro que oferta pública de aquisição de ações para adquirir 7.688 ações ordinárias e 1.542.006 ações preferenciais da Quattor Petroquímica de titularidade de acionistas minoritários, tendo em vista a alteração de controle desta companhia. Essas ações representavam 0,68% do capital social total da Quattor Petroquímica. O pedido da Braskem ainda encontra-se sob análise da CVM.

Ofertas Públicas de Distribuição

Em setembro de 2006, a Braskem ofertou publicamente debêntures em número equivalente a R\$500,0 milhões.

Em maio de 2008, a Braskem emitiu US\$500 milhões em eurobônus com cupom de 7,250% ao ano e vencimento em 2018, precificando a 99,127% o valor de face.

Operações de Securitização

Em 18 de março de 2008, foi registrado na CVM o Chemical III, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 300.000 quotas seniores e 24.000 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00, totalizando o montante total de R\$300.000.000,00 e R\$24.000.000,00, respectivamente.

Em 29 de maio de 2009, foi registrado na CVM o Chemical IV, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 227.000 quotas seniores e 18.000 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00, totalizando o montante total de R\$227.000.000,00 e R\$18.000.000,00, respectivamente.

Em 29 de junho de 2010, foi registrado na CVM o Chemical V, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 272.400 quotas seniores e 21.600 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00, totalizando o montante total de R\$272.400.000,00 e R\$21.600.000,00, respectivamente.

Contingências Judiciais e Administrativas

A Braskem e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios. Em 30 de junho de 2010, o provisionamento total para contingências judiciais era de R\$86,2 milhões, todas relativas a ações trabalhistas, tributárias e indenizatórias.

Questões de Defesa da Concorrência

A aquisição da Quattor Participações e a aquisição da Sunoco estão sujeitas a aprovação final das autoridades concorrenciais brasileiras. A lei brasileira permite que estas operações sejam consumadas antes mesmo do recebimento da aprovação final, porém caso o CADE emita um ato de prevenção, o qual bloqueia a operação e exige que as partes celebrem um acordo segundo o qual os efeitos das operações podem ser revertidos, o término das operações poderá atrasar. A Braskem e a Petrobras submeteram os termos e condições da operação de aquisição da Quattor Participações para revisão das autoridades concorrenciais brasileiras em 5 de fevereiro de 2010. Os termos e condições referentes à operação de aquisição da Sunoco foram submetidos às autoridades concorrenciais brasileiras em 24 de fevereiro de 2010. As autoridades concorrenciais determinarão se estas operações impactam negativamente as condições competitivas dos mercados nos quais a Braskem compete ou se afetam de forma adversa os consumidores destes mercados. Não há qualquer garantia de que as autoridades concorrenciais aprovarão as aquisições da Quattor Participações e da Sunoco como atualmente estruturadas ou que estas autoridades não imporão condições adicionais a estas operações.

Em 22 de setembro de 2010, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE) divulgou parecer em que recomenda que a compra da Quattor Participações pela Braskem seja aprovada sem restrições pelo CADE.

Demonstrações Financeiras da Braskem

As Demonstrações Financeiras auditadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 são incorporadas por referência a este Prospecto, estando disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

www.cvm.gov.br

www.braskem.com.br/ri (neste *website* mover o cursor até "Informações Financeiras" e clicar em "Release de Resultados". No *website* que abrirá, selecionar o ano 2007, 2008 ou 2009, conforme o caso, e clicar no item 4T07, 4T08 ou 4T09, conforme o caso, na DFP desejada.

Quattor Participações

Atividades

A Quattor Participações subsidiária integral da Braskem, cujo objeto social envolve (i) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação, a exportação, o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos, bem como subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (ii) a locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como

atividade meio para o objeto social preconizado na alínea "i" acima; e (iii) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

Capital Social

O capital social da Quattor Participações é de R\$3.717.157.798,71, dividido em 248.919.198 ações ordinárias, todas detidas pela Braskem.

Quattor Petroquímica

Atividades

A Quattor Petroquímica é uma sociedade controlada pela Quattor Participações, cujo objeto social envolve (i) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação, a exportação, o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos, bem como subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (ii) a locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio para o objeto social preconizado na alínea "i" acima; e (iii) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

Capital Social

O capital social da Quattor Participações é de R\$826.282.910,44, dividido em 97.375.446 ações ordinárias e 129.319.934 ações preferenciais, sendo 99,9% do capital votante e 99,3% do capital total detidas pela Quattor Participações.

RioPol

Atividades

A RioPol é uma sociedade controlada pela Braskem, que tem como objeto social (i) a implantação e exploração de indústrias petroquímicas, visando a produção e o comércio de resinas termoplásticas e outros produtos petroquímicos, bem como suas matérias primas, produtos derivados e correlatos, compreendendo a fabricação, processamento, beneficiamento, industrialização, mistura, importação, exportação, compra, distribuição e venda desses produtos; (ii) a prestação, a terceiros, de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa relacionados a essas atividades; (iii) a representação comercial autônoma; e (iv) a participação, como sócia quotista ou acionista, no capital de outras empresas.

Capital Social

O capital social da RioPol é de R\$1.469.806.511,63, dividido em 1.271.897.730 ações ordinárias e 300 ações preferenciais, todas detidas pela Braskem.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

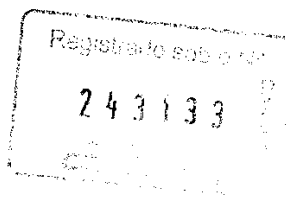
Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1. Por este instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (“BEM DTVM”)**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001.00, na qualidade de instituição administradora (“Administradora”), resolve:
 - a. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 (“Instrução CVM nº 356/01”), em regime de condomínio fechado, que será denominado Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica (“Fundo”);
 - b. Aprovar o regulamento do Fundo (“Regulamento”), que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. André Bernardino da Cruz Filho, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade n.º 35.331.675-1/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 192.221.224-53, com endereço comercial na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, para ser o diretor do Administrador responsável pela supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - d. Assumir as funções de administração do Fundo;
 - e. Nomear **BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.375.134/0001-44, para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo;
 - f. Contratar o **Banco Bradesco S/A** para prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos do Fundo;





Bradesco
BEM DTVM

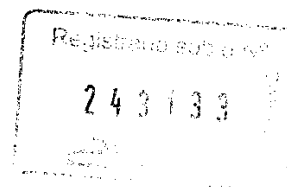
- g. Contratar a **Moody's América Latina Ltda.**, agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das cotas seniores e das cotas subordinadas do Fundo.
 - h. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM nº 356/01 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo.
2. Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Osasco, 28 de setembro de 2010.

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

04.206 - Ademar Ruffino dos Santos

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP
Rua Dante Battiston, 249
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 243133 DO LIVRO B
Osasco, 28 de setembro de 20 10
ANDREA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA
PROTOCOLO N.º 242133
Total Pago R\$ 464,59. Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre
R\$ 289,90 devido ao Oficial.



Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO
CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

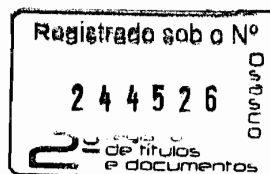
Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de administrador ("Administrador") do CHEMICAL VI – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, um fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.610.493/0001-60, cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133 ("Fundo" e "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) As Quotas do Fundo não serão negociadas no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX;
- (B) foi realizado, em 11 de novembro de 2010, o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") para definição (i) do Fator *Spread* das Quotas Seniores; e (ii) do Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (C) o Administrador deseja alterar o Regulamento do Fundo para refletir (i) a exclusão das referências ao mercado de negociação da BM&F Bovespa; e (ii) o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; e
- (D) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembléia geral de quotistas;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Primeiro Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:




- I. alterar a seção de definições para elidir as definições da BM&F Bovespa, do BOVESPAFIX e da SOMAFIX.
- II. alterar a Cláusula 12 do Regulamento para refletir que não serão emitidas Quotas Seniores Adicionais e/ou Quotas Seniores Suplementares, bem como Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais e/ou Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares.
- III. alterar a Cláusula 16.2 para suprimir a possibilidade das quotas do Fundo serem negociadas no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX.
- IV. alterar os modelos de "Suplemento Único - Quotas Seniores" e "Suplemento Único - Quotas Subordinadas Mezanino", constantes do Anexo I e do Anexo II, respectivamente, os quais passarão a ter o conteúdo dos anexos a este Primeiro Aditamento; e
- V. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas no item acima, submetendo à CVM este Primeiro Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas seniores e de quotas subordinadas mezanino do Fundo.

Este Primeiro Aditamento e o Regulamento consolidado do Fundo, com seus anexos, deverão ser averbados às margens do registro do Regulamento perante o 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.


Osasco, 11 de novembro de 2010

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: 97239 - Fabiano Bottignon Kosaka
Cargo:


Nome: 53.579 - José Donizetti de Oliveira
Cargo:

Testemunhas:

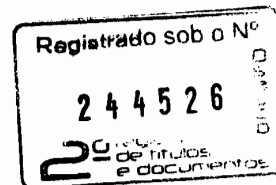

Nome: Celina Sodré Lopes
CPF: RG: 43.941.229-8
CPF: 340.170.328-50


Nome: Diego Pires da Costa Nascimento
CPF: RG.: 52.858.036-9
CPF: 111.681.947-33

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP
Rua Dante Battiston, 249
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030
PRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
PROFILMADO SOB N.º 244526, DO LIVRO B
Osasco, 12 de novembro de 2010

ANDRÉA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA
PROTOCOLO N.º 244526

Total Pago R\$ 464,59. Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART. Previdência do IPESP, sobre
R\$ 284,88 devido ao Oficial.



"REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

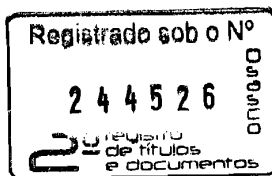
ANEXO I

SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$544.800.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais)
Quantidade de Quotas Seniores:	544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas)
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas
Data de Resgate:	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	1,20%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"
-------------------------	---

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do
Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado).



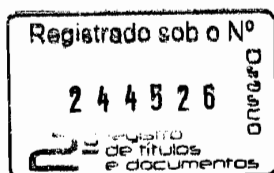
"REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$43.200.000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil reais)
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	43.200 (quarenta e três milhões e duzentas)
1ª Data de Emissão	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino	4,90%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do
Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado).





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO
CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de administrador ("Administrador") do CHEMICAL VI – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, um fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.610.493/0001-60, cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133 ("Fundo" e "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembléia geral de quotistas; e
- (B) o Administrador deseja alterar o Regulamento do Fundo para atender a exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Segundo Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

- I. alterar a seção de fatores de risco para incluir fator de risco relacionado à política de concessão de crédito adotada pelos Cedentes; e
- II. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas no item acima, submetendo à CVM este Segundo Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas seniores e de quotas subordinadas mezanino do Fundo.

Este Segundo Aditamento e o Regulamento consolidado do Fundo, com seus anexos, deverão ser averbados às margens do registro do Regulamento perante o



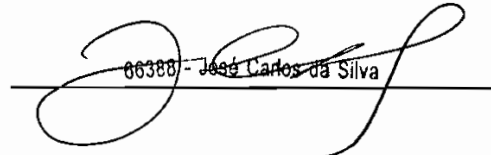
Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do
Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de
São Paulo.

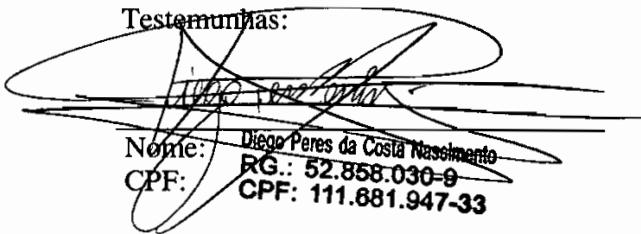
Osasco, 2 de dezembro de 2010

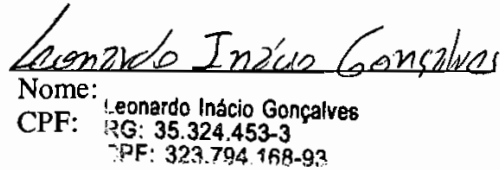
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.




06388 - José Carlos da Silva

Testemunhas:


Nome: Diego Peres da Costa Nascimento
CPF: RG: 52.858.030-9
CPF: 111.681.947-33


Nome: Leonardo Inácio Gonçalves
CPF: RG: 35.324.453-3
CPF: 323.794.168-93



2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 245123, DO LIVRO B
Osasco, 02 de Dezembro de 2010

ANDRÉA C. S. DE ALMEIDA / KATIANE DA M. EVANGELISTA
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 245123

Total Pago R\$ 464,59. Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre
R\$ 289,90 devido ao Oficial.



ANEXO A

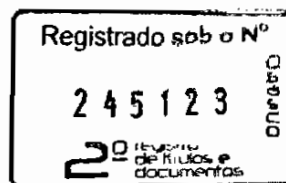
REGULAMENTO

DO

CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Datado de

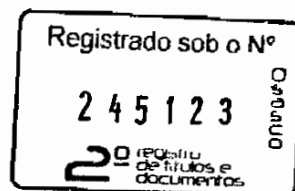
2 de dezembro de 2010



REGULAMENTO DO
CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ÍNDICE

1. Definições	1
2. Fundo	9
3. Prazo de Duração do Fundo	10
4. Administrador	10
5. Responsabilidades do Administrador	12
6. Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira	18
7. Fatores de Risco	20
8. Critérios de Elegibilidade e Aquisição dos Direitos Creditórios	31
9. Inclusão de Novos Clientes	32
10. Originação, Cessão e Cobrança dos Direitos Creditórios	33
11. Taxa de Administração e Encargos do Fundo	34
12. Quotas	36
13. Emissão, Integralização e Valor das Quotas	39
14. Amortização e Resgate das Quotas e Reserva de Amortização e Resgate	43
15. Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Quotistas	46
16. Registro para Negociação e Negociação das Quotas	47
17. Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	47
18. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação	48
19. Amortização Extraordinária	54
20. Enquadramento aos Índices de Cobertura	54
21. Ordem de Alocação de Recursos	57
22. Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo	58
23. Custodiante	59
24. Assembleia Geral	62
25. Demonstrações Financeiras	66
26. Patrimônio Líquido	67
27. Publicidade e Remessa de Documentos	67
28. Classificação de Risco	68
29. Disposições Finais	68



REGULAMENTO DO
CHEMICAL VI – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1. DEFINIÇÕES

"Administrador": é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.

"Agência de Classificação de Risco": é a Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

"Agente Escriturador": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

"Alocação Mínima": é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), nos termos do item 6.3 abaixo.

"Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.

"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 abaixo, e previstas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

"Anexos": são os anexos a este Regulamento.

"Assembleia Geral": é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 abaixo.

"Ativos Financeiros": são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido, conforme constantes do item 6.4 deste Regulamento.

"Aviso de Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.



"Aviso de Vencimento": é o bloqueto de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.

"Bacen": é o Banco Central do Brasil.

"Bancos Cobradores": são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Safra S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e das Cedentes, para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.

"Base de Dados": é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.

"Braskem": é a Braskem S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70.

"Cedente Líder": é a Braskem.

"Cedentes": são a Braskem, Quattor Participações, Quattor Petroquímica e Riopol (respeitada quanto à Riopol, a condição suspensiva prevista no item 14.1. do Contrato de Cessão) e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 abaixo.

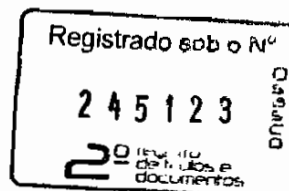
"CETIP": é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

"Clientes": são os compradores de Produtos cadastrados pelas Cedentes e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido.

"CNPJ/MF": é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Cobrança Bancária": é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.

"Cobrança Judicial e Extrajudicial": é a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pelas Cedentes com relação aos Direitos Creditórios por elas cedidos, nos termos do Contrato de Cobrança.



"Conta Corrente Autorizada do Fundo": é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.

"Contas Correntes Autorizadas das Cedentes": são as contas correntes de titularidade de cada Cedente referidas na Cláusula 7 do Contrato de Cessão, ou outras contas correntes que vierem a ser indicadas pela Cedente para recebimento de valores pela respectiva Cedente.

"Contraprestação": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão.

"Contrato de Cessão": é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e as Cedentes, com a interveniência do Custodiante, que poderá sofrer alterações entendidas como pertinentes, por meio de aditivo, desde que autorizado por Assembleia Geral, conforme definido nos itens 5.3.1, II e 5.3.2, abaixo.

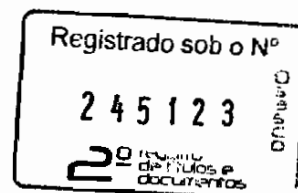
"Contrato de Cobrança": é o "Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e as Cedentes, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Contrato de Colocação": é o "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino de Emissão do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, as Cedentes, o BB-Banco de Investimento S.A., o Banco Bradesco BBI S.A. e o Banco Votorantim S.A.

"Contrato de Custódia": é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência das Cedentes, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Contrato de Depósito": é o "Contrato de Depósito e Outras Avenças", celebrado entre o Custodiante e as Cedentes, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior": é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Braskem, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.



"Convênios de Cobrança Bancária": são os convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, e das Cedentes, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Critérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 abaixo.

"Custodiante": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º Andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356/01, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.

"CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Aquisição e Pagamento": é a data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição a cada Cedente.

"Data de Disponibilidade": é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

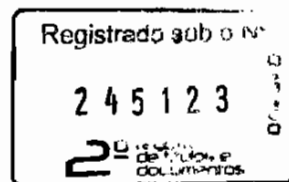
"Data de Emissão": é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 abaixo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

"Data de Verificação de Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.8 abaixo.

"Data de Verificação dos Índices de Cobertura": é, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.

"Datas de Amortização": são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 14.2 abaixo.

"Datas de Resgate": são as datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.



"Dia Útil": significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

"Direitos Creditórios": são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que as Cedentes detêm e/ou virão a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes por cada Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.

"Direitos Creditórios Elegíveis": são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

"Direitos Creditórios Permutáveis": são os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula 6 do Contrato de Cessão.

"Diretor Designado": é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

"Disponibilidades": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

"Documentos Comprobatórios": são os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.

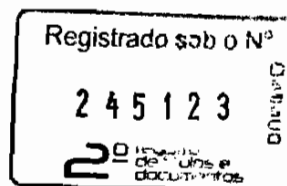
"Duplicata": tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1, inciso I abaixo.

"Empresa de Auditoria": é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.

"Encargos do Fundo": tem o significado que lhe é atribuído no item 11.2 abaixo.

"Eventos de Avaliação": são os eventos definidos no item 18.1 abaixo.

"Eventos de Liquidação": são os eventos definidos no item 18.2 abaixo.



"Eventos de Resilição": eventos que correspondem a um dos Eventos de Liquidação e que estão indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.

"Eventos de Revisão": eventos que correspondem a um dos Eventos de Avaliação e que estão indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.

"Excesso de Cobertura": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.2 abaixo.

"Fator Spread das Quotas Seniores": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item 12.1.4 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.

"Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item 12.2.4 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.

"Fundo": é o Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.

"Gestor": é a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.375.134/0001-4.

"IGP-M": é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"Índice de Cobertura Mezanino", "Índice de Cobertura Sênior" e "Índices de Cobertura": têm o significado que lhes é atribuído no item 20.1 abaixo.

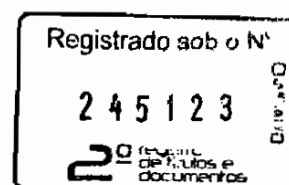
"Instituições Autorizadas": são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.

"Instrução CVM 356/01": é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM 409/04": Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Investidores Qualificados": são aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409/04, e os fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

"MDA": é o Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP.



"Nota Fiscal Fatura": é o documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre cada Cedente e seu respectivo Cliente.

"Novo Cliente": é o comprador de Produtos cadastrado por cada Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 abaixo.

"Partes Relacionadas": são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.

"Patrimônio Líquido": é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 abaixo.

"Percentual de Inadimplência": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 abaixo.

"Plano Contábil": é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular n.º 1.273 do Bacen, de 29 de dezembro de 1987, conforme alterada, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

"Prazo de Duração": é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 abaixo.

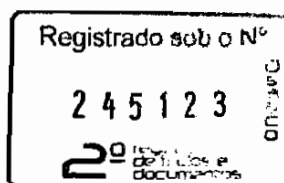
"Prazo Máximo de Atraso": é o prazo de 8 (oito) dias, contado da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.

"Preço de Aquisição": é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

"Produtos": são os produtos fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus respectivos atos constitutivos.

"Prospecto": é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.

"Quattor Participações": é a Quattor Participações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89.



"Quattor Petroquímica": é a Quattor Petroquímica S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 960, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.705.090/0001-77.

"Quotas": são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.

"Quotas Seniores": são as quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.

"Quotas Subordinadas Junior": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.

"Quotas Subordinadas Mezanino": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.

"Quotistas": são os titulares de Quotas.

"Regulamento": é o regulamento consolidado do Fundo, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

"Relação de Clientes": é a relação de Clientes, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente Líder.

"Relatório Especial de Revisão": tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 abaixo.

"Reserva de Amortização e Resgate": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

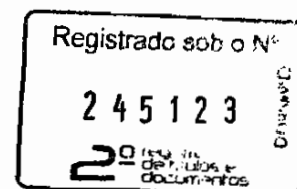
"Riopoli": é a Rio Polímeros S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61.

"SERASA": significa a SERASA S.A.

"SELIC": é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

"SF": significa o SF - Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"Suplemento": é o suplemento das classes de Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino, que contém as seguintes informações relativas à classe de Quotas à qual se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator *Spread*, preparado conforme os modelos constantes dos Anexos I e II deste Regulamento.



"Taxa DI": é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Taxa DI Futura": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

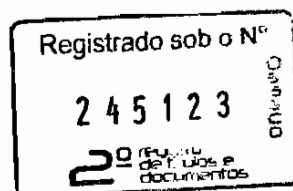
"Termo de Cessão": é o documento preparado na forma do Anexo VI ao Contrato de Cessão.

"Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento": é o documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo; e (ii) aderem ao Regulamento.

"Valor Unitário de Emissão": é o valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.

2. FUNDO

- 2.1 O CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
- 2.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no item 1 acima, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 2.3 No prazo de até 20 (vinte) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento e os Suplementos; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
 - 2.3.1 As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; e (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356/01.
- 2.4 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto no item 18.2 abaixo.
- 2.5 É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos dos itens 14 abaixo e 19 abaixo ou por decisão da Assembleia Geral.



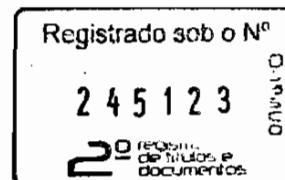
- 2.6 Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, os Investidores Qualificados.

3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 3.1 Prazo de duração regular do Fundo será de 48 (quarenta e oito) meses contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, sem prejuízo do disposto nos itens 3.2 e 3.3 abaixo e no item 18.2 abaixo.
- 3.2 O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.
- 3.3 Na hipótese do Prazo de Duração não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.
- 3.4 Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1022, de 05 de abril de 2010, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.

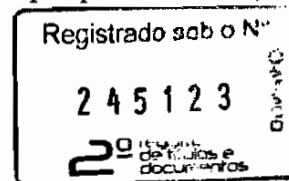
4. ADMINISTRADOR

- 4.1 O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.
- 4.1.1 O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.
- 4.1.2 O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 4.1.3 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e observada a regulamentação aplicável, o Administrador ou prestadores de



serviços por este contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, podem:

- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no item 22 abaixo;
 - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
 - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
 - IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356/01.
- 4.1.4 Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.
- 4.2 O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, na forma do item 24 abaixo, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.
- 4.3 O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico referido no item 27.1 abaixo e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 abaixo, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.
- 4.3.1 Na hipótese prevista no item 4.3 acima, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme

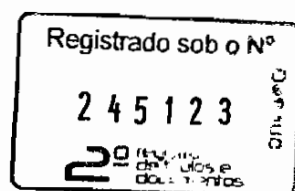


determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

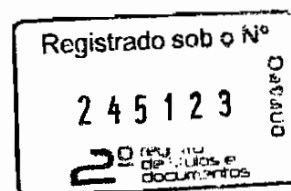
- 4.3.2 Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo estabelecido no item 4.3.1 acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.
- 4.3.3 Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do próprio Administrador.
- 4.4 O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

5. RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

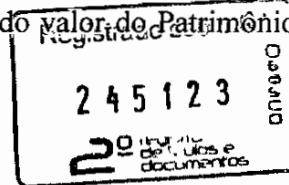
- 5.1 São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:
- I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal: (a) a documentação relativa às operações do Fundo; (b) o registro dos Quotistas; (c) o livro de atas de Assembleias Gerais; (d) o livro de presença de Quotistas; (e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública; (f) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo; (g) os registros contábeis do Fundo; e (h) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
 - II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;



- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Prospecto e dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como dar-lhes ciência do (a) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- IV. sem prejuízo da divulgação de informações a que se refere o item 27.2 abaixo, divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, e manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco;
- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VI. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no item 27.4 abaixo;
- VIII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- IX. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização das classificações de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- X. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo;
- XI. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no item 6 abaixo;
- XII. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos serviços do Custodiante, do Gestor, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Cobrança, do Contrato de Colocação, do Contrato de Depósito e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;



- XIII. executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XIV. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas das Cedentes; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (c) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (d) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XV. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Administrador, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- XVI. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do item 2.3 acima;
- XVII. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- XVIII. comunicar aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, a ocorrência da hipótese prevista no item 4.1.4 acima;
- XIX. franquear acesso à Agência de Classificação de Risco, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, (i) aos relatórios referidos nas alíneas (c), (d), (e), e (g), do inciso I, da Cláusula Décima do Contrato de Custódia; (ii) aos relatórios relativos aos Índices de Cobertura (com a especificação do valor do Patrimônio



Líquido, o número de Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em circulação e respectivos valores), à média do Percentual de Inadimplência, aos índices a que se referem os incisos XIV e XV do item 18.1 abaixo; e (iii) aos demonstrativos contábeis de lucros e perdas do Fundo;

- XX. elaborar e enviar informativo quinzenal às Cedentes e à Agência de Classificação de Risco, indicando a evolução dos Índices de Cobertura;
- XXI. comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- XXII. no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial de qualquer dos Bancos Cobradores, do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo; e
- XXIII. atualizar o "Anexo III – Política de Crédito das Cedentes" caso haja alteração pelas Cedentes da sua política de concessão de crédito, sendo que tal atualização será processada pelo Administrador, conforme previsto no item 10.1. e 10.1.1 abaixo.

5.2 É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

5.2.1 As vedações de que tratam o item 5.2 acima abrangem os recursos próprios das Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

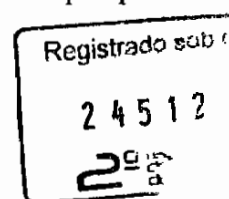
5.2.2 Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes das carteiras do Fundo.

5.3 É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;



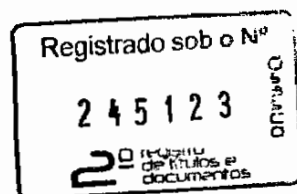
15



- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no item 6 abaixo;
- III. aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e/ou neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- X. efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- XI. criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- XII. emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

5.3.1 Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços além daqueles autorizados por este Regulamento;
- II. celebrar aditamentos ao Contrato de Cessão, salvo conforme previsto no Contrato de Cessão; e
- III. proceder à abertura de contas correntes bancárias ou de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.



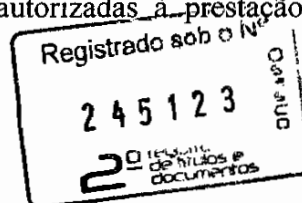
- 5.3.2 Não obstante o disposto no inciso II do item 5.3.1 acima, a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3, à Cláusula 6 e/ou à Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão, dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no item 24.4.2 abaixo.
- 5.4 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, que evidencie: (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios por amostragem estatística adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso; (iv) os resultados da última verificação do lastro dos Direitos Creditórios, realizada por amostragem estatística pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados; (v) eventuais alterações na natureza dos Direitos de Crédito, na política de cobrança adotada pelas Cedentes ou na Política de Crédito das Cedentes; (vi) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos do Fundo; (vii) forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo (a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (b) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão; (viii) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira dos eventos de pré-pagamento, bem como análise do impacto dos eventos de pré-pagamento; (ix) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos Creditórios, incluindo: (a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e (b) motivação da alienação; (x) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas: (a) pelas Cedentes; (b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou (c) por pessoas a eles ligadas; (xi) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no inciso "x" deste item 5.4; (xii) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e (xiii) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.
- 5.4.1 Os demonstrativos referidos no item 5.4 acima devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.



6. OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA
- 6.1 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste item 6, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou coobrigação destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes às Cedentes, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.
- 6.2 Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste item 6 e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.
- 6.3 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade ("Alocação Mínima").
- 6.4 O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:
- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
 - II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
 - III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.
- 6.4.1 Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356/01, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.4 acima será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido por instituição ou entidade.
- 6.5 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.



- 6.6 Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor, cuja remuneração compõe a taxa de administração, prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356/01.
- 6.7 Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pelas Cedentes e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.
- 6.8 O Fundo não poderá realizar:
- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
 - II. operações em mercado de derivativos;
 - III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) qualquer das Cedentes; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
 - IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 6.9 O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Instrução CVM 356/01.
- 6.10 O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.
- 6.11 As Cedentes, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. Cada Cedente é responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.
- 6.12 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse

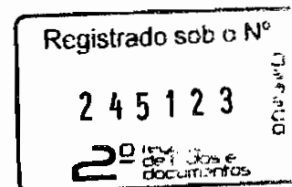


serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento.

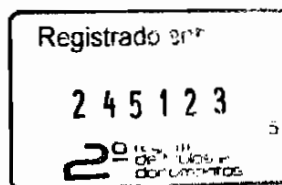
- 6.13 Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados pelas Cedentes nos termos do Contrato de Depósito.
- 6.14 Os percentuais e limites referidos neste item 6 serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 6.15 As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

7. FATORES DE RISCO

- 7.1 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas. Por este Regulamento, exclusivamente na hipótese a que se refere o item 22.2 abaixo, pode existir a necessidade de realização de aportes de recursos ao Fundo pelos Quotistas, caso aprovado pelos Quotistas nos termos daquele item. As Cedentes, o Administrador, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.
- 7.2 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:
 - I. Modalidade de investimento sofisticada. No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Braskem, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

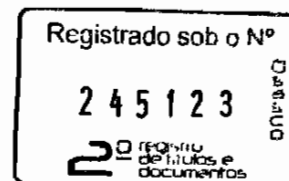


- II. Limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no item 18.4 abaixo. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.
- IV. Amortização e resgate condicionado das Quotas. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- V. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos no item 18 abaixo. Na



ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.

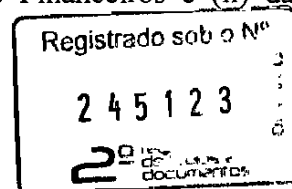
- VI. Riscos de mercado e fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste item 7, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- VII. Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos itens 13.4 e 13.5 abaixo. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser



considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, das Cedentes e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

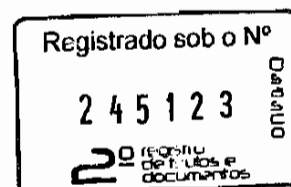
VIII. Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

IX. Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no item 17 abaixo. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto nos itens 13.4 e 13.5 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das



Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

- X. Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas. Conforme previsto nos itens 12, 18 e 19 abaixo, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- XI. Risco de Descontinuidade do Fundo por insuficiência de Originação de Direitos Creditórios. Não há garantia de que as Cedentes conseguirão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 14.4 abaixo.
- XII. Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- XIII. As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do item 19.1 abaixo, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se



impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- XIV. Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

7.3 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- I. Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da consequente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra as Cedentes, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- II. Risco de crédito dos Clientes (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios. Cada Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais por ela cedidos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da

Registrado sob o nº

2 4 5 1 2 3

2º de 2 documentos



carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade de cada Cedente para o período compreendido entre 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010 (totalizando 36 (trinta e seis) meses).

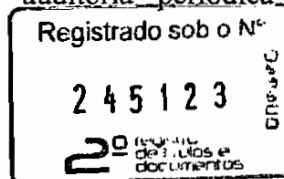
- III. Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes, conforme o caso, na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis das Cedentes, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes, a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.
- IV. Constituição sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Cedentes ao Fundo depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Braskem prioritariamente ao Chemical III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, ao Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica e ao Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, enquanto houver quotas desses fundos em circulação. As Cedentes dispõem da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou



comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção das Cedentes e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial de qualquer das Cedentes, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pelas Cedentes.

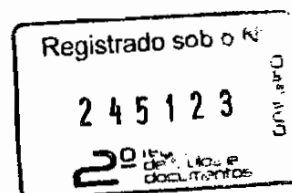
- V. Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembleia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da respectiva Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, as Cedentes têm a opção de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo que tenham sido por elas respectivamente cedidos ao Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembleia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma do item 22.2 abaixo, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- VI. Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará auditoria periódica para



verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos neste Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

- VII. Riscos operacionais e de manutenção dos Documentos Comprobatórios pelas Cedentes e/ou terceiros. As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pelas Cedentes, bem como nos mecanismos de comunicação entre as Cedentes, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, cada Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por ela cedidos, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelas Cedentes, ou por terceiros por elas contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes.
- VIII. Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente às Cedentes. Na hipótese de os Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para as Cedentes, tanto no caso de cobrança administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, as Cedentes deverão repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que as Cedentes repassarão tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.



- IX. Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pelas Cedentes para Concessão de Crédito. Este Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão ser originados e formalizados de acordo com a "Política de Crédito das Cedentes" estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida política de concessão de crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos Creditórios são originados no âmbito de operações de venda mercantil a prazo de Produtos das Cedentes a seus Clientes. Para que um Cliente possa adquirir Produtos a prazo é realizada uma análise qualitativa e financeira dos Clientes, utilizada para determinação do limite para a realização de compras a prazo, conforme estabelecido na "Política de Crédito das Cedentes" constante do Anexo III deste Regulamento. As Cedentes não podem garantir que não haverá fraudes na prestação de informações pelos Clientes ou erros ou falhas no processo de análise e concessão de crédito aos Clientes. Tais erros ou falhas poderão ensejar o inadimplemento de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- X. Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito das Cedentes, constante do "Anexo III – Política de Crédito das Cedentes", é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito das Cedentes. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito das Cedentes não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis das Cedentes. Tais alterações não impedem a aquisição pelo Fundo de novos Direitos Creditórios. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito de alguma das Cedentes poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- XI. Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes inadimplentes. Todavia, as Cedentes foram contratadas pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios por elas cedidos, e as Cedentes dispõem de poderes para cobrar os Clientes inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de



controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que as Cedentes consigam receber dos Clientes devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

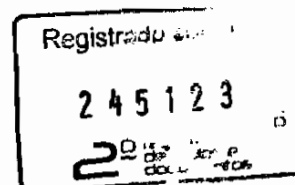
XII. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.

Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e de cada Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa das Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco abaixo.

XIII. Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. O

Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações das Cedentes e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos

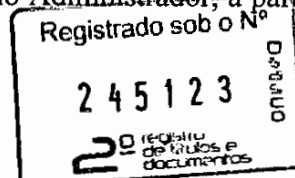


Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1 O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):

- I. sejam créditos em reais representados por duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- II. depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);
- III. não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- IV. sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento: (a) conste da Relação de Clientes; (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados; (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias; (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª

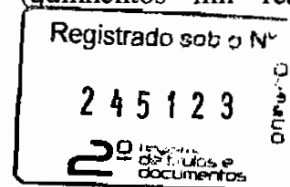


Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
(f) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido
ou decretado contra si.

- 8.1.1 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.
- 8.1.2 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.
- 8.1.3 Caso a Cedente Líder, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original deste Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente Líder, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente Líder, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente Líder, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento. As Cedentes e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

9. INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

- 9.1 Para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes, a Cedente Líder deverá encaminhar ao Custodiante um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente, apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório ("Relatório Especial de Revisão"): (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; e (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento.
- 9.1.1 Após receber as informações mencionadas no item 9.1 acima, o Custodiante verificará, com base no Relatório Especial de Revisão, se o Novo Cliente: (i) apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto), respeitado o Prazo Máximo de Atraso; (ii) não tenha atrasado mais de 20% (vinte por cento) do total faturado para o respectivo Novo Cliente; (iii) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais),

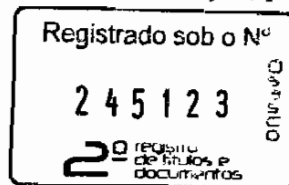


atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e (iv) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si. O Custodiante terá até 10 (dez) Dias Úteis, a partir do recebimento do Relatório Especial de Revisão, para realizar os procedimentos de verificação mencionados acima e, desde que satisfeitas as condições aqui previstas, incluir o Novo Cliente na Relação de Clientes.

- 9.1.2 Na hipótese de (i) fusão de um Cliente com uma ou mais empresas que não constem da Relação de Clientes; ou (ii) incorporação de um Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão (1) da empresa que resultar da fusão; ou (2) da incorporadora, na Relação de Clientes, observará o procedimento estabelecido neste item para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.
- 9.2 Na hipótese de fusão ou incorporação de 2 (dois) ou mais Clientes que constem da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes que lhe deram origem, constantes da Base de Dados.
- 9.3 Na hipótese de fusão, incorporação, aquisição ou outro processo de reestruturação societária envolvendo uma Cedente e outra sociedade ou companhia que resulte num número relevante de novos Clientes potenciais, a Cedente poderá, por iniciativa e custos próprios, incluir tais novos Clientes na Relação de Clientes, mediante o procedimento estabelecido no item 9.1 acima.

10. ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 10.1 A política de crédito das Cedentes com relação aos Clientes é aquela que consta do "Anexo III – Política de Crédito das Cedentes", observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pelas Cedentes ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco.
- 10.1.1 O Administrador atualizará o "Anexo III – Política de Crédito das Cedentes" por ocasião da primeira Assembleia Geral subsequente ao recebimento da informação mencionada no item 10.1 acima, observado que tal atualização não será objeto de deliberação pelos Quotistas.
- 10.2 Os procedimentos de oferta, aquisição e cobrança dos Direitos Creditórios observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e o disposto nos itens abaixo.
- 10.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento, ocasião em que o Custodiante enviará por meio eletrônico, ao Fundo e à respectiva Cedente, o Termo de Cessão, observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios serão considerados cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, no momento da confirmação, por meio

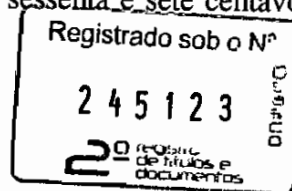


eletrônico, do recebimento do Termo de Cessão pela Cedente. O Contrato de Cessão, nos termos do qual a promessa e a cessão de Direitos Creditórios são formalizadas, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos para fins de validade perante terceiros, sendo que nenhum outro documento (inclusive o Termo de Cessão) será registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e nenhum procedimento adicional será necessário para a perfeita cessão dos Direitos Creditórios.

- 10.4 A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes.
- 10.5 Em virtude da relação comercial existente entre as Cedentes e os Clientes, a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita por cada Cedente com relação aos Direitos Creditórios por ela cedidos conforme o Contrato de Cobrança, observado o disposto no Item 22.2 abaixo.
- 10.6 As Cedentes adotarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, dentre os quais se incluem: (a) ligação telefônica e/ou e-mail de cobrança no caso dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis; (b) protesto dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis; e (c) Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 (noventa) Dias Úteis.
- 10.7 Nos termos da Cláusula 6.4 do Contrato de Cessão, cada Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido que tenham sido por ela cedidos pelo seu valor nominal mediante a utilização de moeda corrente nacional ou Direitos Creditórios Elegíveis.
- 10.8 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos títulos representativos dos Direitos Creditórios a protesto, ou pela inserção dos Clientes inadimplentes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por seu Administrador, ou terceiro por ele indicado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

11. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

- 11.1 O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 (um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) por

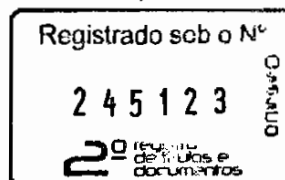


mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais). A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

11.2 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 abaixo;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- X. honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

11.3 Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, em um período de 12 (doze) meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador



convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador.

- 11.4 Quaisquer despesas não previstas neste item 11 como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.
- 11.5 O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 acima.
- 11.6 Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

12. QUOTAS

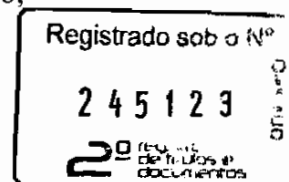
- 12.1 O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única, de 544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas) Quotas Seniores, mediante preenchimento do respectivo Suplemento, na forma do Anexo I a este Regulamento.

- 12.1.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 81.720 (oitenta e um mil setecentas e vinte) Quotas Seniores suplementares, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Suplementares"), não tendo havido tal emissão.

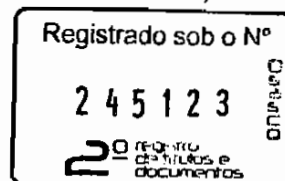
- 12.1.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 108.960 (cento e oito mil novecentas e sessenta) Quotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

- 12.1.3 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- I. prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
 - II. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais);
 - III. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.4 abaixo;



- IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições deste Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- V. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 12.1.4 Fator *Spread* das Quotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.
- 12.1.5 As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Junior e as Quotas Subordinadas Mezanino, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, aos Índices de Cobertura. Na hipótese de durante o período de distribuição não serem subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores estabelecido neste item 12.1, o saldo de Quotas Seniores excedente ao número de Quotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral. As Quotas Seniores passíveis de subscrição sem a violação dos Índices de Cobertura que não forem colocadas junto a investidores serão integralmente subscritas pelos Coordenadores.
- 12.2 O Fundo emitirá duas classes de quotas subordinadas, sendo: (i) 43.200 (quarenta e três mil e duzentas) Quotas Subordinadas Mezanino, que também serão objeto de distribuição pública; e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Braskem e/ou suas Partes Relacionadas.
- 12.2.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 6.480 (seis mil quatrocentas e oitenta) Quotas Subordinadas Mezanino suplementares, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares"), não tendo havido tal emissão.
- 12.2.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 8.640 (oito mil seiscentas e quarenta) Quotas Subordinadas Mezanino adicionais, nas mesmas



condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

12.2.3 As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- I. subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- II. serão amortizadas e resgatadas conforme o item 14.3.2 abaixo e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;
- III. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais); e
- IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.5 abaixo;
- V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;
- VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinada Mezanino;
- VII. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

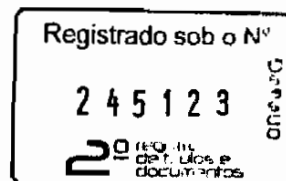
12.2.4 O Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.

12.2.5 Os termos e condições das Quotas Subordinadas Mezanino devem estar, necessariamente, previstos no respectivo Suplemento, na forma do Anexo II a este Regulamento.

12.2.6 O saldo não colocado das Quotas Subordinadas Mezanino durante o período de distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

12.3 As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

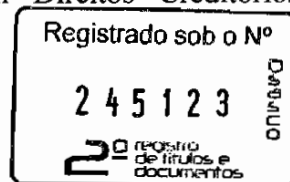
- I. subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;



- II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;
 - III. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais);
 - IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.6 abaixo;
 - V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto; e
 - VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.
- 12.4 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.
- 12.5 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do item 18.2 abaixo.
- 12.6 O somatório do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.
- 12.7 O somatório do valor total das Quotas Subordinadas Junior e das Quotas Subordinadas Mezanino deverá representar, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento).

13. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

- 13.1 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos itens 13.4, 13.5 e 13.6 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, exclusivamente na Conta Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.
- 13.1.1 Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente Líder também em Direitos Creditórios Elegíveis.



- 13.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriurador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no item 13.1 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.
- 13.2.1 Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos deste Regulamento, quando aplicável.
- 13.2.2 O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 13.3 Não serão cobradas taxas de performance, ingresso ou de saída pelo Administrador.
- 13.4 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

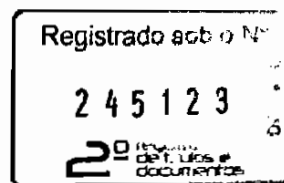
VQS_T valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e



$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 1,30% ao ano, então $Spread_{Sn} = 1,30$.

- 13.5 Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Mz}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQSM_T$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

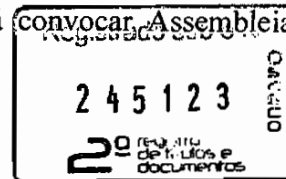
$VQSM_{T-1}$ valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSM_{T-1}$ será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;

$VAPM_{T-1}$ valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

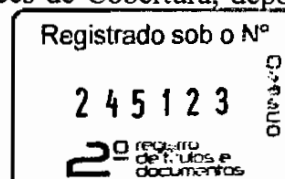
$Spread_{Mz}$ Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 5,70% ao ano, então $Spread_{Mz} = 5,70$.

- 13.5.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.
- 13.5.2 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia



Geral, dentro de 2 (dois) Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.5 abaixo. Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.4.2 abaixo. Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

- 13.5.3 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos itens 13.4 e 13.5 acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, das Cedentes, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, respectivamente, nos itens 13.4 e 13.5 acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.
- 13.6 Nas mesmas datas referidas nos itens 13.4 e 13.5 acima, as Quotas Subordinadas Junior terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor total das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, pelo número de Quotas Subordinadas Junior em circulação.
- 13.7 O Fundo somente poderá emitir as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, pro forma, às referidas emissões.



14. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

- 14.1 Observadas as disposições deste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.
- 14.2 A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no item 14.3 abaixo, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos ("Datas de Amortização").
- 14.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:

14.3.1 para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

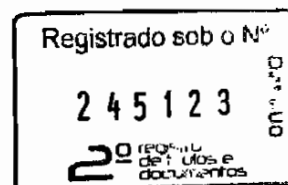
SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AMT apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$



14.3.2 para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$ valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$VQSM_T$ valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$ somatório de AMM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPM_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

AMM_T AMM_T apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$

14.3.3 As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, pro forma, o Índice de Cobertura Sênior.

14.3.4 Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, pro forma, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item (b) acima considerando a data do efetivo pagamento como data "T".

14.3.5 Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.

14.4 Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 19.1 abaixo, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do item 20 abaixo.

14.5 Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.



14.6 O Administrador deverá constituir reserva monetária ("Reserva de Amortização e Resgate") formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ("Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

- I. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
- II. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

14.6.1 Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

14.7 Observado o disposto neste item 14, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

14.8 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso, ("Data de Verificação de Amortização"), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no item 14.6 acima.

14.8.1 Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 14.6 acima, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de

Registrado sob o nº

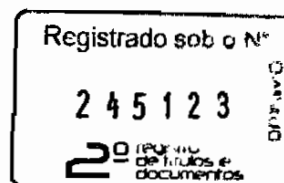


Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 14.6 acima. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 14.6 acima, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

- 14.8.2 Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

15. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- 15.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, o Administrador deverá, conforme o caso, transferir ou creditar, na Data de Disponibilidade, as Disponibilidades (i) segregadas na Reserva de Amortização e Resgate; (ii) depositadas na Conta Corrente Autorizada do Fundo; sendo que as verbas ali creditadas serão transferidas aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas respectivas Datas de Amortização ou Datas de Resgate, conforme o caso, no montante apurado conforme os itens 13.4, 13.5 e 14.3 acima.
- 15.1.1 O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.
- 15.1.2 Os recursos depositados nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.
- 15.1.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item 18.4 abaixo, mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em circulação,



conforme o caso. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

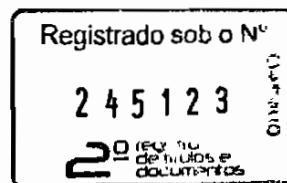
- 15.1.4 Caso a Data de Disponibilidade não seja um Dia Útil, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

16. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 16.1 As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica dessas quotas.
- 16.2 As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.
- 16.2.1 Caso as Quotas Seniores e/ou as Quotas Subordinadas Mezanino sejam registradas nos termos do item 16.2 acima, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.
- 16.3 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 17.1 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.
- 17.2 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.
- 17.3 A provisão de perda dos Direitos Creditórios do Fundo será calculada aplicando-se os dispositivos do Plano Contábil. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser

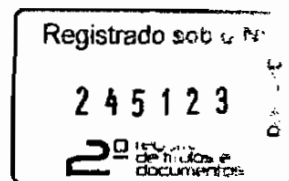


integralmente provisionados no 20º (vigésimo) dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

- 17.4 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.
- 17.4.1 Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.
- 17.5 As perdas e provisões, com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.
- 17.6 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo, de informações que abranjam, além daqueles previstos na Instrução CVM 356/01 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, os seguintes aspectos:
- (i) atendimento, pelo Fundo, aos Índices de Cobertura, nos termos deste Regulamento, e à Alocação Mínima, no período a que se referirem as respectivas demonstrações financeiras; e
 - (ii) comportamento e perfil de inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

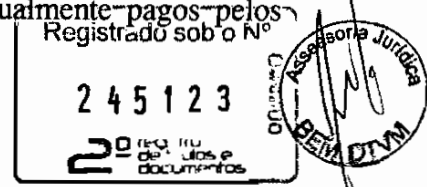
18. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- 18.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:
- I. inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
 - II. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo



Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;

- III. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- IV. ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;
- V. aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;
- VI. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas dentro do último período de 12 (doze) meses contados da última Data de Verificação de Amortização;
- VII. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- VIII. amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- IX. resilição do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- XI. não observância, por parte das Cedentes, dos seus respectivos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- XII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou por 3 (três) vezes alternadas dentro do último período de 12 (doze) meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos



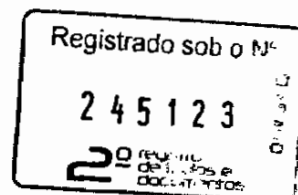
Clientes diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela respectiva Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v), da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;

XIII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou por 3 (três) vezes alternadas dentro do último período de 12 (doze) meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pelas Cedentes, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;

XIV. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou por 3 (três) vezes alternadas dentro do último período de 12 (doze) meses contados da última Data de Verificação dos Índices de Cobertura, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pelas Cedentes, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou superior a 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e

XV. não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 19 abaixo.

18.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do item 27.1 abaixo, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.



- 18.1.2 O Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos itens 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.3 abaixo.
- 18.1.3 Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 acima, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.
- 18.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356/01 ("Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:
- I. não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;
 - II. cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
 - III. caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto nos itens 13.5.1 e 13.5.2 acima;
 - IV. caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 abaixo, na forma ali estabelecida;
 - V. rescisão do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;

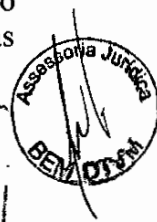


- VI. caso as Cedentes deixem de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
 - VII. caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 18.1.2 acima;
 - VIII. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 acima;
 - IX. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 acima;
 - X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão;
 - XI. caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% (dois por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
 - XII. não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 abaixo; e
 - XIII. redução de mais de 3 (três) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de 2 (dois) níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um nível, de dois níveis ou de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação. Da mesma forma a redução de um nível ou de dois níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.
- 18.2.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no item 27.1 abaixo; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens 18.2.2 abaixo e seguintes.
- 18.2.2 Na ocorrência da hipótese prevista no item 18.2.1 acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá



observar o quorum estabelecido no item 24.4.4 abaixo. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 acima.

- 18.2.3 Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do item 18.2.2 acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.
- 18.2.4 Observada a ordem de alocação dos recursos definida no item 21 abaixo e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta Corrente Autorizada do Fundo.
- 18.3 Os procedimentos descritos no item 18.2 acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 acima.
- 18.4 Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.
- 18.4.1 Para fins do disposto no item 18.4 acima, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as



classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

- 18.4.2 Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

19. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

- 19.1 O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no item 20 abaixo e no item 14.4 acima, respectivamente ("Amortização Extraordinária"). O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do item 13.2.1 acima ("Aviso de Amortização Extraordinária"), da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

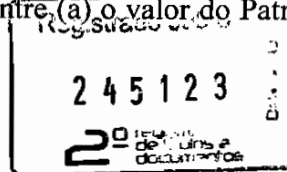
- 19.1.1 A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária, observado, no que for aplicável, o disposto nos itens 15 acima, 20 e 21 abaixo.

- 19.1.2 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

- 19.1.3 Na hipótese prevista no item 19.1 acima, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor nominal da respectiva Quota.

20. ENQUADRAMENTO AOS ÍNDICES DE COBERTURA

- 20.1 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Sênior") e, da mesma forma, (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio



Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Mezanino" e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Senior, "Índices de Cobertura"), estabelecidos nas tabelas abaixo:

Índice de Cobertura Sênior	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
110%	$MI(\%) < 1,5\%$
112%	$1,5\% \leq MI(\%) < 2,0\%$
115%	$MI(\%) \geq 2,0\%$
*: MI(%) - é a média aritmética do I(%) dos últimos 3 (três) meses.	

Índice de Cobertura Mezanino	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
102,041%	Não aplicável

20.1.1 A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão ("Percentual de Inadimplência"):

$$I(\%) = \frac{D_j}{D_i}$$

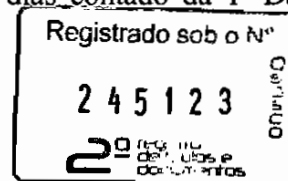
onde:

$I(\%)$ é o Percentual de Inadimplência;

D_j é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos há mais de 19 (dezenove) dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos há mais de 19 (dezenove) dias que foram aceitos, pelas Cedentes, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e

D_i é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.2 O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% (cento e dez por cento) no período de 90 (noventa) dias contado da 1ª Data de



Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.3 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda a qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Braskem, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior ("Aviso de Desenquadramento"). A Braskem deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

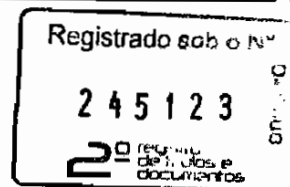
- I. que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (a) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (b) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- II. que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- III. que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura.
- IV. que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

20.1.4 Na hipótese dos incisos I e II do item 20.1.3 acima, a integralização das Quotas Subordinadas Junior será efetivada na forma indicada pela Braskem e observados os procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, de forma que considerada, pro forma, a integralização pretendida, o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.1.5 Na hipótese do inciso IV do item 20.1.3 acima, o Administrador procederá à liquidação antecipada do Fundo, conforme os procedimentos estabelecidos nos itens 18.2.1 a 18.2.4 acima.

20.1.6 Caso a Cedente Líder não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos do item 20.1.3 acima, o Administrador adotará os procedimentos previstos no item 19 acima com vistas à Amortização Extraordinária das Quotas Seniores até que o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.2 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação a que se refere o item (ii) do item 20.1 acima seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino ("Excesso de Cobertura"), o



Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

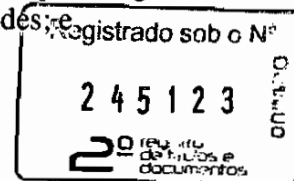
- I. adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 acima; e
- II. desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

20.2.1 O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no inciso II acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.

21. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

21.1 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

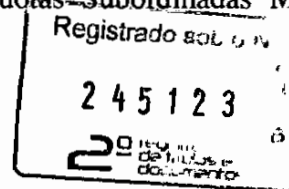
- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo nos termos do item 22 abaixo, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- IV. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- VI. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 acima;
- VII. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- VIII. pagamento do Preço de Aquisição;
- IX. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;



- X. pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

22. CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

- 22.1 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 abaixo, não estando as Cedentes, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 abaixo.
- 22.2 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento e observado o disposto no item 21 acima. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino



poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

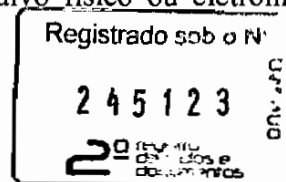
22.2.1 Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 22.2 acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item 22.

22.2.2 Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item 22.2 acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

23. CUSTODIANTE

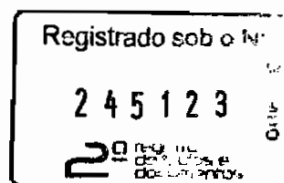
23.1 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a



documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:

- (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas das Cedentes;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida na alínea (ii) acima identificada por Cliente;
- V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a estes ativos;
- VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pelas Cedentes ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pelas Cedentes;
- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;



- XI. notificar o Administrador, no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas respectivas obrigações originárias do Contrato de Cessão ou do Contrato de Custódia ou, no caso da Braskem, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
- XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos estabelecidos no item 23.1.1 abaixo.

23.1.1 A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do item XII do item 23.1 acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_0^2}}{N + \frac{1}{E_0^2}}$$

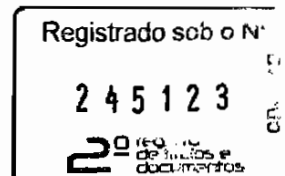
onde:

E_0 Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10,0% (dez por cento), considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

23.2 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Administrador:

- I. a abrir e movimentar, em nome do Fundo, (i) as Contas Correntes Autorizadas do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;



- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto e observado o disposto no item 21 acima.

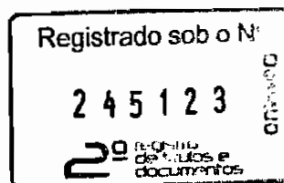
24. ASSEMBLEIA GERAL

24.1 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quora de deliberação definidos neste Regulamento:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

24.1.1 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

24.2 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 acima, e, a critério do Administrador, por meio de



aviso publicado no periódico mencionado no item 27.1 abaixo, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

24.2.1 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

24.2.2 A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

24.2.3 A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.

24.2.4 Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 abaixo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

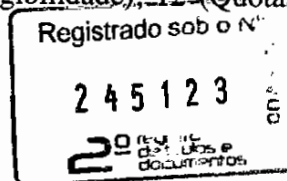
24.2.5 Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

24.3 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

24.4 Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.4 abaixo e no item 24.5 abaixo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

24.4.1 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- I. 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13

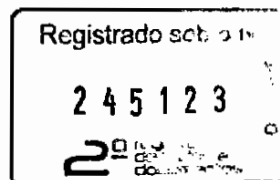


(Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 acima (Amortização e Resgate), deste inciso I e do inciso II abaixo;

- II. 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
 - (a) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto no inciso I acima;
 - (b) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 acima (Ordem de Alocação de Recursos); e
 - (c) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 acima.
- III. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 acima (aporte adicional de recursos);
- IV. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e
- V. mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores para o qual não exista outro quorum previsto no presente Regulamento.

24.4.2 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- I. as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 acima (aporte adicional de recursos);
- II. a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração às Cláusulas 1.3 (promessa de cessão de Direitos Creditórios em quantidades mínimas), 6 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- III. a aprovação de alterações nos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características das Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas



Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Datas de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 acima (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e neste item 24.4.2;

IV. ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 acima; e

V. o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

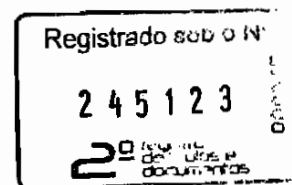
24.4.3 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- I. deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 acima (substituição ou renúncia do Administrador);
- II. aprovação de alteração ao item 11 acima (Taxa de Administração e Encargos do Fundo); e
- III. aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.

24.4.4 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral prevista no item 18.2.2 acima dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas presentes.

24.4.5 Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade das Cedentes e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso as Cedentes e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

24.5 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a deliberação a que se refere o item 13.5.2 acima (extinção da Taxa DI), o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos

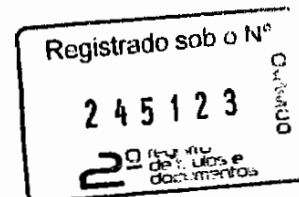


de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

- 24.6 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quora estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 24.7 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.
- 24.8 Ao tratar dos quoruns aplicáveis para a aprovação de matérias pela Assembleia Geral, as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contrato de Cessão estão acompanhadas de textos explicativos inseridos entre parênteses, os quais possuem finalidade meramente elucidativa. Havendo conflito entre tais textos explicativos e as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contrato de Cessão, deverão prevalecer as referências a tais itens e cláusulas.

25. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 25.1 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.
- 25.2 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:
- I. opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
 - II. demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
 - III. notas explicativas contendo as informações referidas no item 17.6 acima e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.
- 25.2.1 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item 5.4 acima.
- 25.3 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 28 de fevereiro de cada ano.



26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do item 17 acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos itens 17.3 e 17.5 acima.

26.1.1 Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

27. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

27.1 A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

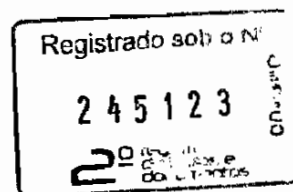
27.1.1 As publicações referidas no item 27.1 acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

27.1.2 Qualquer mudança no periódico referido no item 27.1 acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum residual da alínea V do item 24.4.1 acima.

27.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- I. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

27.3 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar as notas conferidas pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.



27.4 O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- I. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II. de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

27.5 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM, devendo observar as regras aplicáveis sobre publicidade de informações relativas ao Fundo.

28. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

28.1 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Seniores Mezanino. As classificações de risco deverão ser atualizadas, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

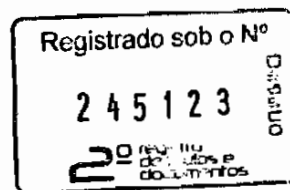
28.1.1 Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 Não obstante o previsto no item 13.5.3 acima, em caso de recebimento, pelo Fundo, de quaisquer valores pagos pelas Cedentes a título de penalidade, conforme previsto na Cláusula 11 do Contrato de Cessão, o Administrador deverá repassar diretamente tais valores aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, na proporção das respectivas participações no Fundo.

29.2 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.

29.3 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

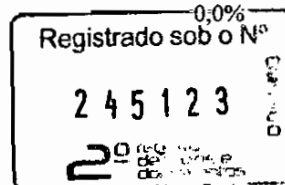
ANEXO I

SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$544.800.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais)
Quantidade de Quotas Seniores:	544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas)
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas
Data de Resgate:	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	1,20%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"
-------------------------	---

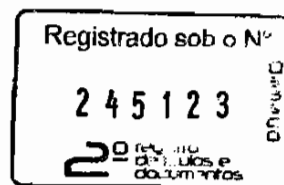
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%



8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado.)



REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

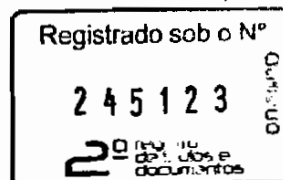
SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$43.200.000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil reais)
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	43.200 (quarenta e três milhões e duzentas)
1ª Data de Emissão	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino	4,90%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
-------------------------	--

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%

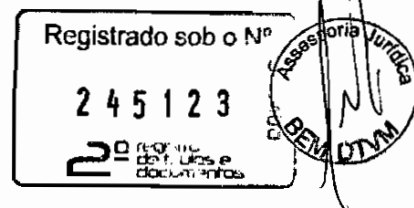
71



5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado.)



REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO III

POLÍTICA DE CRÉDITO DAS CEDENTES

1. Política de Concessão de Crédito da Cedente Líder:

A política de crédito da Cedente Líder é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

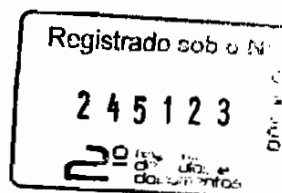
Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito

Comitê formado pelo Diretor Presidente ("DP"), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios ("RUN"), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores ("RFRI"), pela Diretora Financeira ("DF"), pelo responsável pela Gestão de Crédito ("RGC"), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico ("RAFI") e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúnem periodicamente, tendo por objetivos:

1. atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
2. deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
3. definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
4. acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
5. analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

Comitês de Alçada

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos clientes. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:



Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC +DF	RUN + RFRI	DP
1 - Até R\$800 mil	X	X				
2 - Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
3 - Entre R\$5 milhões e R\$12 milhões	X	X	X	X		
4 - Acima de R\$12 milhões	X	X	X	X	X	
5 - Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada ⁴	X	X	X	X	X	X

AC – Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta , RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF -Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Resp. por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

Procedimentos para a Concessão do Crédito

O processo de concessão de crédito da Cedente inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- (i) coleta das informações cadastrais dos clientes;
- (ii) levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

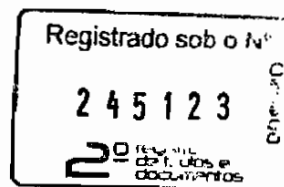
Definição do Risco Técnico dos Clientes

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.



Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do cliente, combinada com o resultado do *score* financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- (i) Modelo **SERASA**: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- (ii) Modelo **Braskem**: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos dois modelos.

Para análise do *score* financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

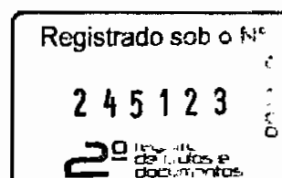
O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo *score* financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<u>Nível de Risco</u>	<u>Grau de Risco</u>
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto

Definição do Limite Técnico do Cliente

O limite técnico é o resultado da menor de três variáveis:

- (i) necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;



- (ii) capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pode utilizar do produto fornecido pela Cedente; e
- (iii) pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

Relação entre Risco e Limite

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável da Cedente, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final.

Risco Aceitável (RA)

É a perda provável máxima aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

Segmentação da Carteira de Clientes

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- (i) Segmentação por porte;
- (ii) Segmentação por origem de capital;
- (iii) Segmentação por área de negócio;
- (iv) Segmentação por região de atuação; e
- (v) Aplicação do cliente.

Operacionalização da liberação de crédito

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

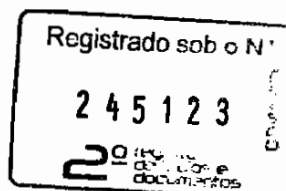
Operações dentro do limite de crédito

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de 5 (cinco) dias.

Operações fora do limite de crédito

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

2. Política de Concessão de Crédito da Quattor Participações, Quattor Petroquímica e Riopol:



Nesta data, a política de concessão de crédito da Quattor é determinada por seus comitês de crédito, com representantes das áreas financeiras e comercial, que avaliam e definem as alçadas de decisão, estabelecem padronização das ferramentas utilizadas na definição de risco e avaliação de crédito da carteira de clientes e promovem a reavaliação do limite de crédito de toda carteira de clientes.

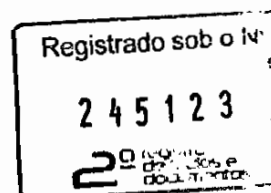
O processo de concessão de crédito da Quattor inclui a realização de análise qualitativa e financeira dos clientes, utilizada para definição do risco técnico dos clientes e determinação do limite técnico para a realização de compras a prazo, e inicia-se com o seguinte fluxo:

- (i) coleta das informações cadastrais dos clientes;
- (ii) levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

A política de concessão de crédito da Quattor Participações, Quattor Petroquímica e Riopol está em fase de adaptação à política de crédito utilizada pela Cedente Líder, sendo que a referida adaptação está prevista para ser concluída até março de 2011.

Eventuais alterações nas políticas de concessão de crédito descritas acima deverão ser informadas pelas Cedentes ao Administrador para inclusão nos demonstrativos trimestrais mencionados no item 5.4 acima que serão enviados à CVM e mantidos à disposição dos Quotistas.

* * * *



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

São partes deste "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"):

I. como cedentes:

BRASKEM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Cedente Líder" ou "Braskem");

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("QuattorPar");

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 960, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.705.090/0001-77, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("QuattorPQ");

RIO POLÍMEROS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("RioPol") e, em conjunto com Braskem, QuattorPar e QuattorPQ, "Cedentes" ou, individualmente, "Cedente";

II. como cessionário:

CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.610.493/0001-60 ("Fundo" e, em conjunto com as Cedentes, "Partes", ou, individualmente, "Parte"), neste ato representado na forma de seu regulamento por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Administrador"); e

III. como interveniente anuente:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o



n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Custodiante");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado ("Regulamento").)

resolvem celebrar este Contrato de Cessão, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 1.1 Cada Cedente declara e assegura que é legítima e única titular dos direitos creditórios que detém e que venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Faturas, conforme o modelo constante do Anexo I a este Contrato de Cessão ("Direitos Creditórios"), cujas duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") serão transmitidas por meio eletrônico, conforme arquivo cujo *layout* consta do Anexo II a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido *layout* serão definidas de comum acordo entre as Partes, desde que atendidos, no referido *layout*, os requisitos legais que identifiquem o documento como Duplicata, e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se, a partir de então, o novo *layout* no Anexo II a este Contrato de Cessão.
- 1.2 Cada Cedente, neste ato e em regular forma de direito, promete, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo os Direitos Creditórios, representados pelas Duplicatas, e o Fundo se obriga a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão e no Regulamento.
- 1.3 Para os fins da Cláusula 1.2 acima, cada Cedente obriga-se, também em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo (observada, no caso da Braskem, a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, do Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e do Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica) Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do



disposto na Cláusula 10 abaixo e de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa das Cedentes estabelecidos neste Contrato de Cessão.

- 1.4 As Duplicatas serão cobradas pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, diretamente ou por meio de outras instituições financeiras habilitadas pelas Cedentes, conforme o caso, que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e das respectivas Cedentes, para proceder à Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária ("Bancos Cobradores"), por meio de bloqueto de cobrança ("Aviso de Vencimento"), conforme modelo constante do Anexo III a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se tal modelo, a partir de então, no Anexo III a este Contrato de Cessão.
- 1.5 Para os fins do artigo 290 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, do Brasil ("Código Civil"), o Aviso de Vencimento servirá como notificação aos Clientes acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e será emitido, pelo Custodiante ou diretamente pelos Bancos Cobradores, com as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: "DIREITO DE CRÉDITO CEDIDO AO CHEMICAL VI - FIDC" e "PAGÁVEL SOMENTE EM BANCO". Nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, o pagamento das Duplicatas referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será diretamente direcionado para a conta corrente do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador.
- 1.6 As Cedentes, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. Cada Cedente é responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato de Cessão.
- 1.7 A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão, observada a existência de recursos e a ordem de alocação de recursos estabelecida no item 21 do Regulamento, é condicionada ao integral cumprimento, pelas Cedentes, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão.
- 1.8 Os Direitos Creditórios compreendem, além do direito de crédito decorrente de operações de venda mercantil a prazo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes à Cedente em questão.



2. DECLARAÇÕES DAS PARTES

2.1 Cada Cedente, por si e não solidariamente com as demais Cedentes, declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento (conforme abaixo definido) que:

- (i) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e, conforme o caso, com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;
- (ii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem e não dependerão de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (assembleia geral, conselho de administração e diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede;
- (iii) os seus representantes legais que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram e terão os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor por ocasião das respectivas assinaturas;
- (iv) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo (a) foram devidamente constituídos de acordo com a legislação brasileira, são de sua legítima e exclusiva titularidade, não estão passíveis a quaisquer discussões comerciais, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos; (b) são representados por Documentos Comprobatórios (conforme definido no item 4.7 abaixo); (c) não foram objeto de cessão a terceiros; e (d) referem-se a Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados pela Cedente;
- (v) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não foram objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Clientes e/ou por quaisquer terceiros, que possa, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;



- (vi) os respectivos instrumentos contratuais por meio dos quais os Direitos Creditórios foram constituídos não têm qualquer restrição, proibição ou condição para a realização da cessão dos Direitos Creditórios objeto do presente Contrato de Cessão;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão;
- (viii) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não estão sujeitos a qualquer desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo Cliente, quando da cessão ao Fundo;
- (ix) não há quaisquer protestos legítimos de títulos contra a Cedente, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), que será atualizado na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de protesto, a Cedente tiver comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (x) seu sistema eletrônico para emissão de Notas Fiscais Fatura e Duplicatas dispõe de controles que não permitem a emissão sem lastro e/ou em duplicidade dos referidos documentos;
- (xi) os arquivos preparados de acordo com o modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante não são e não serão emitidos sem a correspondente operação mercantil subjacente e não são e não serão passíveis de envio em duplicidade para o Custodiante e/ou para terceiros;
- (xii) seus auditores independentes efetuam a revisão limitada trimestral e auditoria anual da conciliação, elaborada pela Cedente, do saldo contábil com o saldo de contas a receber relativo a todas as suas vendas a prazo;
- (xiii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora, ou o vencimento antecipado de



quaisquer obrigações assumidas pela Cedente decorrentes de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;

- (xiv) exceto pelo registro deste Contrato de Cessão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e pela notificação aos Clientes a ser realizada por meio dos Avisos de Vencimento, nos termos da Cláusula 1.5 acima, a Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por esta assumidas nos termos deste Contrato de Cessão;
- (xv) todos os Direitos Creditórios prometidos à cessão pela Cedente (a) têm e terão origem em legítimas e efetivas operações de venda mercantil a prazo de Produtos, realizada com estrita observância aos procedimentos estabelecidos no Anexo IV a este Contrato de Cessão ("Procedimentos de Venda"); e (b) foram e serão gerados pelo sistema eletrônico a que se referem os itens "x" e "xi";
- (xvi) todos os Clientes da Relação de Clientes da Cedente que constitui o Anexo II ao Contrato de Custódia encontram-se por esta cadastrados e identificados pelo correspondente número de inscrição no CNPJ/MF;
- (xvii) a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre as Cedentes, entre qualquer das Cedentes e o Fundo e entre qualquer das Cedentes e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Clientes;
- (xviii) não há em curso nenhum Evento de Revisão com relação à Cedente e não tem conhecimento da ocorrência de nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo na data de assinatura deste Contrato de Cessão e/ou na Data de Aquisição e Pagamento, conforme o caso;



- (xix) não há qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial, ou ainda controvérsias, dúvidas e/ou contestações de qualquer espécie pendentes contra si, ou sobre os Direitos Creditórios e/ou no qual a Cedente esteja envolvida ou seja parte interessada, que de qualquer forma impliquem ou possam implicar impedimento à celebração do presente Contrato de Cessão;
 - (xx) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações indispensáveis ao seu funcionamento e cuja falta possa causar um impacto nas atividades da Cedente, inclusive as licenças ambientais relevantes, foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados; e
 - (xxi) este Contrato de Cessão é, e os Termos de Cessão serão, por ocasião de sua celebração, validamente celebrados, constituindo obrigação legal, válida e vinculante, sendo exequível contra a Cedente de acordo com os seus termos.
- 2.2 O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, em seu próprio nome, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento, que:
- (i) o Fundo é uma comunhão de interesses validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, estando apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
 - (ii) é uma sociedade limitada, equiparada a instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
 - (iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
 - (iv) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
 - (v) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e



registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e

- (vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios de uma ou mais Cedentes se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Críticos de Elegibilidade"):

- (i) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- (ii) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);
- (iii) não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (a) ao encerramento do Prazo de Duração ou (b) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- (iv) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:
 - (a) conste da Relação de Clientes;
 - (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;
 - (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias;



- (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
 - (e) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.
- 3.2 Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.2, 5.3 e 5.4 abaixo.
- 3.3 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento, será definitiva.
- 3.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.2 acima, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato de Cessão que, por qualquer razão e a qualquer tempo, após a respectiva aquisição, deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade, não poderão ser reclamados, a qualquer título, pelo Fundo perante a Cedente.
- 4. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
 - 4.1 Cada Cedente, na data em que ofertar Direitos Creditórios ao Fundo, deverá enviar ao Custodiante, através da Cedente Líder, até as 15h (quinze horas), arquivo em formato eletrônico contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis ofertados para cessão ao Fundo.
 - 4.2 O Administrador deverá informar à Cedente Líder, mediante envio de correio eletrônico, para que esta comunique às demais Cedentes, o montante de recursos disponíveis para aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo.
 - 4.2.1 Caso em determinada data haja oferta de Direitos Creditórios por mais de uma Cedente, o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, decidir acerca do percentual de alocação dos recursos disponíveis do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios das diferentes Cedentes; podendo inclusive optar por alocar até 100% (cem por cento) de tais recursos em Direitos Creditórios ofertados por apenas uma das Cedentes.
 - 4.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis de uma Cedente para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da confirmação, pelo Custodiante,



do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) do pagamento do Preço de Aquisição ("Data de Aquisição e Pagamento").

- 4.4 Na Data de Aquisição e Pagamento, o Custodiante enviará ao Fundo e à respectiva Cedente, por meio eletrônico, relatório de cessão preparado na forma do modelo constante do Anexo V a este Contrato de Cessão ("Termo de Cessão"). As rotinas e procedimentos operacionais relativos ao envio e recebimento dos Termos de Cessão são aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, observado que a Cedente em questão e o Fundo deverão assinar, no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, os Termos de Cessão com a relação aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no mês anterior ao da respectiva assinatura.
- 4.5 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1 abaixo, a cessão formalizada será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a respectiva Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, exceto quanto a quaisquer garantias outorgadas pelos Clientes à respectiva Cedente.
- 4.6 Para fins de atendimento do artigo 290 do Código Civil, a notificação aos Clientes observará o disposto na Cláusula 1.5 acima.
- 4.7 O Fundo, por intermédio do Custodiante, neste ato, constitui cada uma das Cedentes como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil e sob as penas ali previstas, e cada Cedente obriga-se a manter os documentos abaixo relacionados, por Direito Creditório adquirido pelo Fundo da respectiva Cedente ("Documentos Comprobatórios"), nos termos do Contrato de Depósito e Outras Avenças, firmado entre as Cedentes e o Custodiante, com a interveniência do Fundo ("Contrato de Depósito"):
- (i) "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
 - (a) Nota Fiscal Fatura; e
 - (b) tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes;
 - (ii) "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
 - (a) Nota Fiscal Fatura;
 - (b) Conhecimento de Embarque dos Produtos; e
 - (c) comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e



- (iii) "Vendas por Tubovia":
 - (a) Nota Fiscal Fatura; e
 - (b) relatório de leitura do medidor da tubovia.

5. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

5.1 Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação a qualquer das Cedentes, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (os itens abaixo, em conjunto, "Condições Resolutivas da Cessão"):

- (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente em virtude de:
 - (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento por uma Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios;
 - (b) não recebimento dos Produtos; e/ou
 - (c) apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade de uma das Cedentes;
- (ii) dos Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela respectiva Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo;
- (iii) dos Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo; ou
- (iv) dos Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.

5.2 Sem prejuízo da resolução da cessão operar-se de pleno direito e sem qualquer outra formalidade, cada Cedente deverá notificar o Fundo e o Custodiante da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão ou de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme o caso, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a ocorrência tiver efetivamente chegado a seu conhecimento.



- 5.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão ou de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, estará a respectiva Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.
- 5.4 Para os efeitos desta Cláusula e da Cláusula 3.2, cada Cedente desde já autoriza o Custodiante, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir recursos líquidos de sua respectiva Conta Corrente Autorizada de Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo até o integral pagamento do montante devido de acordo com a Cláusula 5.3 acima, conforme autorizações firmadas nas respectivas agências bancárias onde cada Cedente mantém sua respectiva Conta Corrente Autorizada de Cedente.

6. PREÇO DE AQUISIÇÃO E CONTRAPRESTAÇÕES

- 6.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à respectiva Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_{y,T} = \frac{VN_y}{\left[\left(1 + \frac{DIFT}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\left(\frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn,T}}{100} \right) + \left(\frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz,T}}{100} \right)}{M_{Sn,T} + M_{Mz,T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}}$$

onde:

$y = 1, 2...n$ Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PA_{y,T}$ Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";

VN_y valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;

$DIFT$ cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII a este Contrato de Cessão ("Taxa DI Futura"), a que pertence o respectivo " d_y ", negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva



	Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então DIFT = 12,00;
$Spread_{Sn}$	Fator Spread das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento, equivalente a 1,20;
$M_{Sn;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$Spread_{Mz}$	Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento, equivalente a 4,90;
$MMz;T$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
C	$C = 2,00$; e
d_y	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

6.2 Para o pagamento do Preço de Aquisição à respectiva Cedente, o Fundo deverá, compulsoriamente e com estrita observância da ordem aqui prevista, realizar as seguintes contraprestações ("Contraprestações"):

- (i) dação em pagamento de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso ("Direitos Creditórios Permutáveis"), observados os seguintes procedimentos:
 - (a) o Fundo oferecerá às Cedentes, por meio da Cedente Líder, no Dia Útil imediatamente posterior à data em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo tornarem-se Direitos Creditórios Permutáveis, por meio de carta preparada na forma do Anexo VI a este Contrato de Cessão ("Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis"), enviada por meio eletrônico, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência epistolar, constituindo-se, a partir de então, no Anexo VI a este Contrato de Cessão, todos os Direitos Creditórios Permutáveis de que dispuser na data da oferta, observado o disposto nas alíneas (g) e (h) abaixo;
 - (b) as Cedentes poderão, a seu exclusivo juízo, aceitar ou não a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima;



- (c) caso uma ou mais Cedentes aceitem, total ou parcialmente, a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima, a Cedente Líder deverá devolver a Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis ao Fundo, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados da data do seu recebimento, indicando quais dos Direitos Creditórios Permutáveis listados no referido documento são aceitos como Contraprestação;
- (d) decorrido o prazo referido na alínea (c) acima sem manifestação da Cedente Líder, considerar-se-ão recusados todos os Direitos Creditórios Permutáveis oferecidos pelo Fundo;
- (e) caso as Cedentes, expressa ou tacitamente, recusem a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, o Fundo, após 15 (quinze) dias da data de vencimento da respectiva Duplicata, tomará as providências definidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança para cobrança dos valores relativos aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- (f) os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos pelas Cedentes serão utilizados como Contraprestação pelo seu valor nominal na data da devolução da Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, se for uma Data de Aquisição e Pagamento, ou na Data de Aquisição e Pagamento imediatamente subsequente à referida data de devolução, quando a cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à respectiva Cedente será considerada perfeita e acabada;
- (g) a utilização dos Direitos Creditórios Permutáveis no pagamento do Preço de Aquisição realizar-se-á sempre a partir daquele com vencimento mais antigo para o mais recente;
- (h) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá acrescer moeda corrente nacional a este somatório, até que a soma do valor das duas Contraprestações seja igual ao Preço de Aquisição a ser pago; e
- (i) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja superior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá excluir Direitos Creditórios Permutáveis até que este somatório atinja valor imediatamente inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, aplicando-se, então, o disposto na alínea (h) acima; e/ou



- (ii) moeda corrente nacional.
- 6.3 A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis, seja em virtude de sua aceitação pela respectiva Cedente como Contraprestação, seja em virtude do exercício da opção a que se refere a Cláusula 6.4 abaixo, será considerada irrevogável e irretratável, com a transferência para a respectiva Cedente, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Permutáveis, juntamente com todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.
- 6.4 Qualquer Cedente poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir do Fundo Direitos Creditórios Permutáveis, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal.
- 6.5 Caso qualquer das Cedentes exerça a opção de compra a que se refere a Cláusula 6.4 acima, a Cedente Líder deverá notificar o Fundo, por intermédio do Custodiante, de sua decisão de adquirir Direitos Creditórios Permutáveis, informando quais os Direitos Creditórios Permutáveis que pretende adquirir. A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à Cedente será considerada perfeita e acabada na data do recebimento, pelo Custodiante, da referida notificação, o qual fica, desde já, autorizado a transferir, no Dia Útil imediatamente posterior ao recebimento da referida notificação, recursos líquidos da Conta Corrente Autorizada de Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo no valor exato do montante total de Direitos Creditórios Permutáveis adquiridos pela Cedente, sem qualquer dedução ou retenção, a qualquer título, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, inclusive no que se refere à quitação do pagamento.
- 6.6 As Cedentes poderão, a qualquer tempo entre a data de cessão de qualquer Direito Creditório Elegível ao Fundo e o último dia, inclusive, do Prazo Máximo de Atraso, adquirir tal Direito Creditório pelo seu respectivo valor nominal, mediante (i) pagamento em moeda corrente nacional, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.4 acima e na Cláusula 7 abaixo; ou (ii) dação em pagamento de novos Direitos Creditórios Elegíveis, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.1 acima, na Cláusula 6.2 acima, alíneas (h) e (i), e na Cláusula 6.4 acima.

7. FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.3 abaixo, todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados por uma Cedente ao Fundo e por este a uma Cedente em razão das obrigações previstas neste Contrato de Cessão deverão ser efetuados por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, para as seguintes contas correntes:



- (i) quando devidos ao Fundo, mediante crédito na conta corrente n.º 0640605/P, mantida na agência n.º 2856 do Custodiante, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e, após o efetivo crédito, como recibo de quitação;
 - (ii) quando devidos à Braskem, mediante crédito na conta corrente de n.º 18741-0, mantida na agência n.º 3203 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação;
 - (iii) quando devidos à QuattorPar, mediante crédito na conta corrente de n.º 6332-5, mantida na agência n.º 2372 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação;
 - (iv) quando devidos à QuattorPQ, mediante crédito na conta corrente de n.º 228180-5, mantida na agência n.º 2372 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e
 - (v) quando devidos à RioPol, mediante crédito na conta corrente de n.º 283-6, mantida na agência n.º 2373 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 7.2 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não as expressamente relacionadas na Cláusula 7.1 acima ou em qualquer conta corrente de titularidade do Fundo ("Contas Correntes Autorizadas do Fundo") ou da Cedente que vierem a ser expressamente indicadas, respectivamente, pelo Administrador ou pela respectiva Cedente ("Contas Correntes Autorizadas de Cedente") e, conjuntamente com as Contas Correntes Autorizadas do Fundo, "Contas Correntes Autorizadas") será considerado ineficaz em relação ao beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o depositante ficará sujeito à repetição do pagamento na respectiva Conta Corrente Autorizada. No caso dos pagamentos efetuados em cheque, a quitação do pagamento ficará condicionada à efetiva compensação e liquidação do respectivo cheque pelo sistema de compensação.
- 7.3 Quaisquer valores devidos a uma Cedente, pelo Fundo, a qualquer título, poderão ser pagos mediante a utilização de "cheque OP" ou outro tipo de ordem de pagamento bancária, desde que autorizado pela Cedente Líder, nas respectivas datas em que forem devidos nos termos deste Contrato de Cessão, valendo, nessa hipótese, a confirmação da liquidação da respectiva ordem de pagamento como recibo de quitação.
- 7.4 Quaisquer valores devidos ao Fundo, por uma Cedente, e por aquele a esta, nos termos deste Contrato de Cessão e, no caso da Cedente Líder, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior,



desde que líquidos, certos e exigíveis, poderão ser compensados, nas respectivas datas de pagamento, com créditos que a Parte devedora tenha contra a Parte credora.

- 7.5 O(s) valor(es) que não for(em) compensado(s), no todo ou em parte, será(ão) pago(s) pela respectiva Cedente ao Fundo ou por este àquela, nas respectivas datas de pagamento, ficando o Custodiante, desde já, expressamente autorizado pela Cedente e pelo Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de mandatário, a transferir recursos líquidos entre as respectivas Contas Correntes Autorizadas da Cedente e do Fundo, desde que tenha comunicado, por meio de aviso de débito, à respectiva Cedente e à Cedente Líder ou ao Fundo, conforme o caso, com antecedência de 1 (um) Dia Útil da data do débito. Caso a Cedente em questão ou o Fundo não disponham de recursos nas Contas Correntes Autorizadas suficientes para débito do(s) respectivo(s) valor(es) não compensado(s), tal Cedente ou o Fundo, conforme o caso, deverão, no mesmo prazo, efetuar o pagamento ao Fundo ou à Cedente, em moeda corrente nacional.
- 7.6 Operada a compensação prevista na Cláusula 7.4 acima, o Custodiante enviará comunicação, no prazo de 1 (um) Dia Útil, à respectiva Cedente, à Cedente Líder e ao Fundo, informando (i) o valor compensado; e (ii) contra quais créditos foi operada a compensação. A entrega da comunicação referida nesta Cláusula valerá como recibo de quitação do pagamento feito por compensação.
- 7.7 A compensação de que trata a Cláusula 7.4 acima será efetuada somente entre créditos cujos valores tenham sido creditados nas respectivas Contas Correntes Autorizadas de Cedente e/ou nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo.

8. OBRIGAÇÕES DAS CEDENTES

- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, cada Cedente expressamente obriga-se a:
- (i) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula 2.1 acima, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração, se o caso;
 - (ii) não ceder a terceiros os Direitos Creditórios Elegíveis prometidos à cessão para o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão e não alterar os termos e condições dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo;



- (iii) comunicar ao Fundo a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão (conforme definido abaixo) e/ou Eventos de Resilição (conforme definido abaixo) de que venha a tomar conhecimento;
- (iv) cumprir e fazer com que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços cumpram os Procedimentos de Venda e todos os termos e condições deste Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e do Contrato de Custódia;
- (v) transferir ao Fundo e comunicar ao Custodiante, por meio eletrônico, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da verificação do seu recebimento, por meio da Cedente Líder, quaisquer valores que eventualmente venha a receber de Clientes com relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que cada Cedente aceita sua nomeação como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência;
- (vi) permitir ao Fundo e ao Custodiante, ou a quem for por estes indicado, por escrito, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, dos Procedimentos de Venda, sem qualquer custo para a Cedente;
- (vii) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, com a mesma diligência que aplica aos próprios créditos, para que os Clientes honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança;
- (viii) encaminhar ao Fundo (a) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do encerramento de cada trimestre do exercício social em curso, cópias de suas demonstrações financeiras trimestrais; e (ii) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado;
- (ix) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato de Cessão, cópia (a) do seu estatuto social; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes conferidos a seus representantes para assinatura deste Contrato de Cessão;
- (x) sem prejuízo da obrigação a que se refere o item "xii" abaixo, entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato e sempre que houver uma atualização, cópia (a) do seu estatuto social atualizado; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes



conferidos a seus representantes que representarem a Cedente na assinatura de cada Termo de Cessão;

- (xi) encaminhar ao Fundo, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, cópia do parecer jurídico favorável de seu assessor legal contratado para a assessoria jurídica na constituição do Fundo, abordando os aspectos relativos à (a) regularidade da constituição do Fundo, e (b) regularidade dos documentos que formalizam a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- (xii) encaminhar ao Fundo, no prazo de 15 (quinze) dias de sua aprovação, cópias (a) das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto social preponderante; e (b) de qualquer alteração nos instrumentos comprobatórios de poderes nos termos deste Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou, no caso da Cedente Líder, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- (xiii) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 3 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato de Cessão;
- (xiv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros ou cópia do pedido de recuperação judicial por si ajuizado;
- (xv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- (xvi) entregar ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, cópia da sua política de crédito vigente e, se alterada, notificar o Administrador e entregar ao Fundo cópia da respectiva alteração, no prazo de até 15 (quinze) dias do início da vigência da referida alteração;
- (xvii) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços façam cumprir, no que tange à concessão de crédito a Clientes, a sua política de crédito e cobrança vigente;
- (xviii) efetuar, de acordo com as práticas contábeis praticadas no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irretroatável dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo; e
- (xix) observar os procedimentos para inclusão de Novo Cliente conforme estabelecidos no item 9 do Regulamento.



- 8.2 As obrigações previstas na Cláusula 8.1 acima para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente Líder, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula 13 abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

9. EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RESILIÇÃO

- 9.1 São considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) descumprimento, por qualquer das Cedentes, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer deste Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que tal Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;
- (ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Cedentes;
- (iii) protesto legítimo de títulos contra qualquer Cedente ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo. Para os fins deste item e dos itens abaixo, considera-se "Controlada" qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica (1) na qual a respectiva Cedente detenha, direta e isoladamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota com direito a voto; e (2) em relação à qual a respectiva Cedente detenha o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da respectiva sociedade, entidade ou pessoa jurídica;
- (iv) não pagamento por qualquer Cedente ou por qualquer Controlada, de qualquer Dívida (conforme definido abaixo) cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou



prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato), ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte da Cedente ou Controlada (conforme o caso). Para os fins deste item, considera-se "Dívida" qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional, conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da respectiva Cedente, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM; e

- (v) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação, nos termos do Regulamento.

9.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.1 e seguintes do Regulamento para os Eventos de Avaliação do Fundo e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

9.2 São considerados eventos de resilição ("Eventos de Resilição"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) decretação de falência de qualquer Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer Cedente;
- (ii) dissolução e/ou liquidação de qualquer Cedente, exceção feita aos casos de fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reestruturação que possa ter como resultado a dissolução e/ou liquidação de uma ou mais Cedentes onde a entidade sobrevivente seja uma das demais Cedentes;
- (iii) existência de evidências de que qualquer Cedente tenha (a) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Notas Fiscais Fatura e/ou Duplicatas sem lastro e/ou em duplicidade; ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo;
- (iv) decretação de falência de qualquer das sociedades controladoras de qualquer Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer uma das sociedades controladoras de qualquer Cedente, de modo a, necessariamente, a critério da Administradora e dos Quotistas reunidos em assembleia geral, (a) implicar na incapacidade técnica da respectiva Cedente em continuar suas atividades industriais e, por consequência, afetar a geração de Direitos Creditórios Elegíveis



para cessão ao Fundo; (b) causar prejuízos notórios e comprovados à imagem e à credibilidade da respectiva Cedente perante seus investidores, afetando a atratividade do Fundo perante o mercado; (c) obstar ou impedir a capacidade da controladora da respectiva Cedente em aportar os recursos financeiros de que a respectiva Cedente efetivamente necessite para viabilizar a continuidade de suas atividades industriais durante o prazo de vigência do Fundo; ou (d) obstar ou impedir, à luz da legislação vigente, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pela respectiva Cedente; ou

- (v) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.

9.2.1 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição facultará ao Fundo a imediata resilição deste Contrato de Cessão, devendo este observar o disposto nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.

9.2.2 O exercício da faculdade referida na Cláusula 9.2.1 acima não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato de Cessão, das penalidades previstas na Cláusula 11 abaixo, cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato de Cessão.

10. RESILIÇÃO PELAS CEDENTES

10.1 Qualquer Cedente poderá resilir este Contrato de Cessão mediante comunicação enviada pela Cedente Líder ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para qualquer Cedente, somente na hipótese de:

- (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas neste Contrato de Cessão;
- (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em assembleia geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para tal Cedente; ou
- (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pelas Cedentes.



- 10.2 O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula 10 não eximirá a respectiva Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Na hipótese de rescisão nos termos desta Cláusula 10, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.

11. PENALIDADES

- 11.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato de Cessão caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.
- 11.2 Nenhuma Cedente será, todavia, penalizada em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante e/ou ao Fundo.
- 11.3 O inadimplemento pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato de Cessão só será penalizado na forma da Cláusula 11.1 acima se a Cedente em questão comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no descumprimento de tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.
- 11.4 O inadimplemento, por qualquer Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, obrigará tal Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$1.000,00 (um mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no



cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, na Cláusula 9 acima e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento e que excederem o valor da multa convencional.

12. CONFIDENCIALIDADE

- 12.1 Cada uma das Partes e o Custodiante (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato de Cessão e do Regulamento ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão ("Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 12.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 12.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa e desde que tais determinações não exijam sigilo específico com relação à outra Parte Obrigada, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.



- 12.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato de Cessão.
- 12.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, se o caso, (ii) elaboração de quaisquer documentos relacionados à constituição ou ao regular funcionamento do Fundo; ou (iii) a cobrança em juízo e/ou execução do presente Contrato de Cessão.
- 12.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 12 sobreviverá ao término deste Contrato de Cessão pelo prazo de 5 (cinco) anos, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato de Cessão.

13. COMUNICAÇÕES

- 13.1 Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato de Cessão, deverão ser encaminhados para os endereços descritos no Anexo VIII a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações em referidos endereços serão definidas de comum acordo entre as Partes, e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se, a partir de então, o novo Anexo VIII a este Contrato de Cessão.
- 13.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 13.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via *e-mail* ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à



identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

14. CONDIÇÃO SUSPENSIVA

- 14.1 A eficácia deste Contrato de Cessão com relação a direitos e obrigações da RioPol está sujeita a que tal Cedente venha a ter, ainda que parcialmente, disponibilidade sobre seus direitos creditórios oriundos de operações comerciais e vendas de produtos, os quais nesta data encontram-se onerados como garantia de financiamentos de projetos de tal Cedente. Desta forma, o presente contrato só produzirá efeitos em relação à RioPol a partir do recebimento pelas demais Partes, de notificação da RioPol confirmando a implementação da condição, qual seja, que os direitos creditórios de sua titularidade previamente onerados como garantia de financiamentos de projetos de tal Cedente estejam então livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, podendo então ser tratados como Direitos Creditórios nos termos deste Contrato.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As Partes reconhecem este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 15.2 Para os fins deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 15.3 Observados os prazos específicos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Cessão que não tenham prazo específico estipulado serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, por uma Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias, incluindo à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o item 16.2 acima.
- 15.4 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada na Cláusula 15.3 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.
- 15.5 O presente Contrato de Cessão vigorará pelo Prazo de Duração do Fundo.



- 15.6 Caso uma Cedente, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original do Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao de tal Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente Líder, uma Cedente para todos os fins e efeitos deste Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente Líder, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições deste Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições deste Contrato de Cessão e do Regulamento. As Partes deverão celebrar aditamento a este Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.
- 15.7 Em caso de inclusão de nova Cedente nos termos da Cláusula 15.6 acima, cada uma das Cedentes será solidariamente responsável, nos termos dos artigos 264, 265 e 275 e seguintes do Código Civil, pelo cumprimento das obrigações assumidas pelas demais nos termos deste Contrato de Cessão.
- 15.8 Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo Fundo, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser adquiridos por uma Cedente nos termos deste Contrato de Cessão, poderão ser utilizados livremente por tal Cedente em qualquer tipo de transação ou negócio.
- 15.9 Cada Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, uma cópia autenticada (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato de Cessão, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela respectiva Cedente nos termos deste Contrato de Cessão.
- 15.10 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 1.1, 1.4, 6.2, item (i), alínea (a), 7.2 e 13.1 acima, toda e qualquer modificação deste Contrato de Cessão somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante, salvo as promovidas nos Anexos II, III, VI e VIII, que poderão ser substituídos, desde que devidamente firmados por todas as Partes e pelo Custodiante.
- 15.11 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato de Cessão não cria nem estabelece qualquer outra relação comercial entre as Cedentes e o Fundo.
- 15.12 As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.



- 15.13 Os anexos a este Contrato de Cessão ("Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato de Cessão e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.
- 15.14 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão.
- 15.15 O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.
- 15.16 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos, ressalvado que, para fins deste Contrato de Cessão, não será considerada como cessão a terceiros aquela decorrente de incorporações, fusões, cisões ou outras reestruturações societárias ou operações de transferências de bens e/ou ativos dentro do mesmo grupo econômico das Cedentes.
- 15.17 Este Contrato de Cessão e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia (às expensas da Braskem), da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (às expensas de QuattorPar e RioPol), da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo (às expensas de QuattorPQ) e da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo (às expensas do Fundo), dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data das respectivas assinaturas.
- 15.18 Todas as disposições contidas neste Contrato de Cessão que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 15.19 As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato de Cessão foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 15.20 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irreversível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das



demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato de Cessão ou de qualquer Termo de Cessão.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato de Cessão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.


Osasco, 11 de novembro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 7 (sete) páginas seguintes.)




Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 1/7).

BRASKEM S.A.



Nome:
Cargo: **Marcela Drehmer**
Vice-Presidente Financeira e
de Relação com Investidores




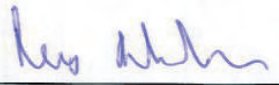
Nome:
Cargo: **Decio Oddone**
Vice Presidente Executivo
Investimentos




Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 2/7).

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

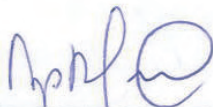

Nome: FERNANDO MUSA
Cargo: DIRETOR


Nome: FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO ALCANTARA
Cargo: DIRETOR

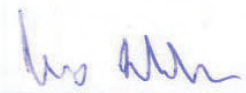


Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 3/7).

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.



Nome: **Alexandre Perazzo**
Cargo: **Director de Tesouraria**

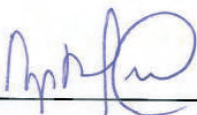


Nome: **FERNANDO JOSÉ FAIVRE DE LENCASTRE**
Cargo: **DIRECTOR**



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 4/7).

RIO POLÍMEROS S.A.


Nome: _____
Cargo: **Alexandre Perazzo**
Diretor de Tesouraria


Nome: _____
Cargo: **Rodrigo Menck**
CPF 251.675.168-03

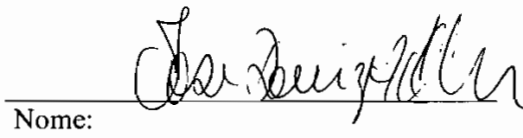



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 5/7).

CHEMICAL VI- FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
(Representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)


Nome: _____
Cargo: _____

97239 - Fabiano Bottignon Kosaka

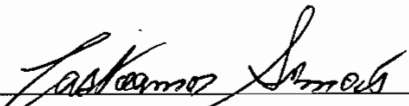

Nome: _____
Cargo: _____


36.308 - José Donizetti de Oliveira



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 6/7).

BANCO BRADESCO S.A.

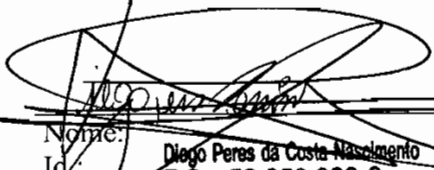

Nome: _____
Cargo: 87051 - Castoamor Simões


140089 Marcelo Ronaldo Poli

Nome: _____
Cargo: _____



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 11 de novembro de 2010 entre Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e Chemical VI - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 7/7).

Testemunhas:


Nome: **Diogo Peres da Costa Nascimento**
Id.: **RG.: 52.858.030-9**
CPF/MF: **CPF: 111.681.947-33**




Nome: **Celina Sodré Lopes**
Id.: **RG: 43.941.229-8**
CPF/MF: **CPF: 340.170.328-50**



NOTAS FISCAIS FATURA DAS CEDENTES



RECEBEMOS DE RIO POLIMEROS S/A OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL NF-e Nº. 0040019 SÉRIE 3		RETIRAMOS DE RIO POLIMEROS S/A OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL NF-e Nº. 0040019 SÉRIE 3	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DATA DE RETIRADA	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO TRANSPORTADOR

	Identificação do cliente RIO POLIMEROS S/A RUA MARUMBI, 1001 CAMPOS ELÍSEOS DUQUE DE CAXIAS - RJ CEP 25001-970 - (21) 2187-8804	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	
	0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº. 0040019 FL 1 / 1 SÉRIE 3	CHAVE DE ACESSO 3310 0701 2027 9900 0242 5500 3000 0400 1991 5943 9508 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 333100040279957 19/07/2010 15:01:49	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 77390391	INSCRIÇÃO EST. SUBS. TRIBUTÁRIO	CPF 01.202.799/0002-42	

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL COMERCIO E INDUSTRIA REPIATE LTDA		17.352.113/0001-59	19/07/2010
ENDEREÇO ROD BR 262, S/N, KM 7	BARRIO / DISTRITO GORDURAS	CEP 31950640	DATA DA ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG	INSCRIÇÃO ESTADUAL 0620044020090	HORA DE SAÍDA

FATURA/DUPLICATA		FATURA/DUPLICATA		FATURA/DUPLICATA		FATURA/DUPLICATA		FATURA/DUPLICATA	
0040019/1	30/08/2010	0040019/2	06/09/2010	0040019/3	06/09/2010	0040019/4	06/09/2010	0040019/5	06/09/2010

CÁLCULO DO IMPOSTO		CÁLCULO DO IMPOSTO		CÁLCULO DO IMPOSTO		CÁLCULO DO IMPOSTO		CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUTO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS
101.617,50	12.194,10	0,00	0,00	101.617,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR DO DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	5.080,88	106.698,38	5.080,88	106.698,38	5.080,88	106.698,38

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ
NOME / RAZÃO SOCIAL JULIO SIMÕES TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA		0 - EMITENTE 1 - DESTINATÁRIO		0	AAC2075	RJ	52.548.435/0004-11
ENDEREÇO AV. BRASIL, 8191		MUNICÍPIO		RIO DE JANEIRO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
						RJ	81910057
QUANTIDADE	ESPECIE	PALETE	MARKA	RIO POLIMEROS S/A	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
17,00						26.248,000	25.500,000

PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CEP	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	D.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS
NTM-2606 S3 / P POLIETILENO KICALOESTIO		3902.10.10	000	6101	kg	25.500,0000	3,9650	101.617,50	181.637,50	12.294,10	5.080,88	12,00 9,60

CÁLCULO DO ISSQN		CÁLCULO DO ISSQN		CÁLCULO DO ISSQN		CÁLCULO DO ISSQN	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	7689532	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	0,00	VALOR DO ISSQN	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		RESERVADO AO FISCO
EMBARQUE No.: 86718 # DATA DE ENTREGA: 19/07/2010 Item: NTM-2606 S3 / P Lote: 0040019 - 25.500,00 KG LOCAL DE ENTREGA: RodBR 262, KM 7 Bairro/Distrito: Gorduras Município: Belo Horizonte UF: MG Cep: 31950640 Caixa Postal: 31950-000		



**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

ANEXO II

LAYOUT DO ARQUIVO

Layout do Arquivo Remessa Aquisição – "Header Label"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO REMESSA	002 002	N(001)	1
LITERAL REMESSA	003 009	A(007)	REMESSA
CÓDIGO DE SERVIÇO	010 011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012 026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027 046	N(020)	ZEROS ESQUERDA A
NOME DA EMPRESA	047 076	A(030)	
NÚMERO DO BRADESCO NA CAMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	N(003)	237
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080 094	A(015)	BRADESCO
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	101 108	A(008)	
IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA	109 110	A(002)	MX - PAG 19
N.º SEQUENCIAL DO ARQUIVO	111 117	N(007)	SEQUENCIAL – PAG 19
CÓDIGO DO BANCO CUSTODIANTE DOS RECEBÍVEIS	118 120	N(003)	
CÓDIGO DO FUNDO	121 131	A(011)	FDCCHEMICAL
CNPJ/MF DA EMPRESA CEDENTE	132 146	A(015)	
BRANCOS	147 394	A(248)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395 400	N(006)	000001
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	

Layout do Arquivo Remessa Aquisição – Registro Transação "Tipo 1"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	1
AGÊNCIA DE DÉBITO	002 006	N(005)	PAG 19
DÍGITO DA AGÊNCIA DE DÉBITO	007 007	A(001)	PAG 19
RAZÃO DA CONTA CORRENTE	008 012	N(005)	PAG 19
CONTA CORRENTE	013 019	N(007)	PAG 19
DÍGITO DA CONTA CORRENTE	020 020	A(001)	PAG 19
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO	021 037	A(017)	PAG 20
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038 062	A(025)	PAG 20
CÓDIGO DO BANCO A SER DEBITADO NA COMPENSAÇÃO	063 065	N(003)	237
ZEROS	066 070	N(005)	00000
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	071 081	N(011)	NOSSO NUMERO C/ SI/ REGISTRO



NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
DIGITO DE AUTO CONFERENCIA DO NOSSO NÚMERO	082 082	A(001)	DÍGITO N/N PAG 20
DESCONTO BONIFICAÇÃO POR DIA	083 092	N(010)	
CONDIÇÃO PARA EMISSÃO DA PAPELETA DE COBRANÇA	093 093	N(001)	PAG 22
IDENT. SE EMITE PAPELETA PARA DÉBITO AUTOMÁTICO	094 094	A(001)	N OU <> N
IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DO BANCO	095 104	A(010)	
INDICADOR RATEIO CRÉDITO	105 105	A(001)	R PAG 22
ENDEREÇAMENTO PARA AVISO DO DÉBITO AUTOMÁTICO EM C/C	106 106	N(001)	PAG 22
BRANCOS	107 108	A(002)	
IDENTIFICAÇÃO OCORRÊNCIA	109 110	N(002)	PAG 22
N.º DO DOCUMENTO	111 120	A(010)	
DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO	121 126	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	127 139	N(013)	SEM PONTO E SEM VIRGULA
BANCO ENCARREGADO DA COBRANÇA	140 142	N(003)	
AGÊNCIA DEPOSITÁRIA	143 147	N(005)	
ESPECIE DE TÍTULO	148 149	N(002)	NOTA 01
IDENTIFICAÇÃO	150 150	A(001)	A – ACEITO / N – NÃO ACEITO
DATA DA EMISSÃO DO TÍTULO	151 156	N(006)	DDMMAA
1a INSTRUÇÃO	157 158	N(002)	PAG 23
2a INSTRUÇÃO	159 160	N(002)	PAG 23
VALOR A SER COBRADO POR DIA DE ATRASO	161 173	N(013)	PAG 23
DATA LIMITE P/ CONCESSÃO DE DESCONTO	174 179	N(006)	DDMMAA
VALOR DO DESCONTO	180 192	N(013)	
VALOR DO IOF	193 205	N(013)	
VALOR DO ABATIMENTO A SER CONCEDIDO OU CANCELADO	206 218	N(013)	
IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO DO SACADO	219 220	N(002)	
N.º INSCRIÇÃO DO SACADO	221 234	N(014)	CNPJ / CPF
NOME DO SACADO	235 274	A(040)	
ENDEREÇO COMPLETO	275 314	A(040)	
1a MENSAGEM	315 326	A(012)	
CEP	327 331	N(005)	
SUFIXO DO CEP	332 334	N(003)	
SACADOR / AVALISTA OU 2a MENSAGEM	335 394	A(060)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO	395 400	N(006)	
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	

Layout do Arquivo - Remessa – "Registro Trailer"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	"9"
BRANCOS	002 394	A(393)	BRANCOS



NÚMERO SEQUENCIAL DE REGISTRO	395	400	N(006)	N.º SEQUENCIAL DO ÚLTIMO REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

Layout do Arquivo - Retorno - Registro "Header Label"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002 002	N(001)	2
LITERAL RETORNO	003 009	A(007)	RETORNO
CÓDIGO DE SERVIÇO	010 011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012 026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027 046	N(020)	ZEROS
NOME DA EMPRESA	047 076	A(030)	ESQUERDA
NÚMERO DO BRADESCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	N(003)	RAZÃO SOCIAL
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080 094	A(015)	237
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	N(006)	BRASESCO
ZEROS	101 108	N(008)	DDMMAA
N.º AVISO BANCÁRIO	109 113	N(005)	ZEROS
BRANCOS	114 379	(266)	N.º AVISO
DATA DO CRÉDITO	380 385	N(006)	BRANCOS
BRANCOS	386 394	(009)	DDMMAA
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395 400	N(006)	BRANCOS
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	
		000001	

Layout do Arquivo Retorno - Registro de Transação "Tipo 1"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO (*)	001 001	N(001)	1
TIPO DE INSCRIÇÃO EMPRESA (*)	002 003	N(002)	01-CPF / 02 – CNPJ / 99-OUTROS
NÚMERO INSCRIÇÃO DA EMPRESA (*)	004 017	N(014)	CNPJ/CPF N.º FILIAL
ZEROS	018 020	A(003)	CONTROLE
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO (*)	021 037	A(017)	ZEROS
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038 062	A(025)	ZERO / CARTEIRA /
ZEROS	063 070	N(008)	AGÊNCIA / C/C
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	071 082	A(012)	USO DA EMPRESA
USO DO BANCO	083 092	A(010)	ZEROS
USO DO BANCO	093 104	A(012)	ZEROS
INDICADOR DE RATEIO CRÉDITO	105 105	(001)	"R"
ZEROS	106 107	N(002)	ZEROS
CARTEIRA	108 108	N(001)	CARTEIRA
IDENTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA (*)	109 110	N(002)	
DATA OCORRÊNCIA NO BANCO (*)	111 116	N(006)	DDMMAA



NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
NÚMERO DO DOCUMENTO	117 126	A(010)	NÚMERO DO DOCUMENTO
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	127 146	A(020)	
DATA VENCIMENTO DO TÍTULO	147 152	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	153 165	N(013)	VALOR DO TÍTULO
BANCO COBRADOR	166 168	N(003)	CÓDIGO DO BANCO COMPENSAÇÃO
AGÊNCIA COBRADORA (*)	169 173	N(005)	CÓDIGO DA AGÊNCIA BANCO COBRADOR
ESPÉCIE DO TÍTULO	174 175	A(002)	BRANCO
DESPESAS DE COBRANÇA PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA 02 - ENTRADA CONFIRMADA 28 - DÉBITO DE TARIFAS	176 188	N(013)	VALOR DESPESA
OUTRAS DESPESAS CUSTAS DE PROTESTO	189 201	N(013)	VALOR OUTRAS DESPESAS
JUROS OPERAÇÃO EM ATRASO	202 214	N(013)	
IOF DEVIDO	215 227	N(013)	VALOR DO IOF
ABATIMENTO CONCEDIDO SOBRE O TÍTULO	228 240	N(013)	VALOR ABATIMENTO CONCEDIDO
DESCONTO CONCEDIDO	241 253	N(013)	VALOR DESCONTO CONCEDIDO
VALOR PAGO	254 266	N(013)	VALOR PAGO
JUROS DE MORA	267 279	N(013)	JUROS DE MORA
OUTROS CRÉDITOS	280 292	N(013)	
BRANCOS	293 294	A(002)	BRANCOS
MOTIVO DO CÓDIGO DE OCORRÊNCIA 19 (CONFIRMAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROTESTO)	295 295	A(001)	A - ACEITO / D - DESPREZADO
DATA DO CRÉDITO	296 301	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	302 318	A(017)	BRANCOS
MOTIVOS DAS REJEIÇÕES PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA DA POSIÇÃO 109 A 110	319 328	N(010)	MOTIVO
BRANCOS	329 394	(066)	BRANCOS
N.º SEQUENCIAL DE REGISTRO	395 400	N(006)	NÚMERO SEQUENCIAL REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO - CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	



Layout do Arquivo Retorno - Registro "Trailer"

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	"9"
IDENTIFICAÇÃO DO RETORNO	002 002	N(001)	2
IDENTIFICAÇÃO TIPO DE REGISTRO	003 004	N(002)	01
CÓDIGO DO BANCO	005 007	N(003)	237
BRANCOS	008 017	A(010)	BRANCOS
QUANTIDADE DE TÍTULOS EM COBRANÇA	018 025	N(008)	QTDE TÍTULOS DE COBRANÇA
VALOR TOTAL EM COBRANÇA	026 039	N(014)	VALOR TOTAL EM COBRANÇA
N.º DO AVISO BANCÁRIO	040 047	N(008)	N.º DO AVISO BANCÁRIO
BRANCOS	048 057	A(010)	BRANCOS
QTDE DE REGISTROS-OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	058 062	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	063 074	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	075 086	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	087 091	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06	092 103	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10-TÍTULOS BAIXADOS	104 108	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10 - TÍTULOS BAIXADOS	109 120	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	121 125	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	126 137	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	138 142	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	143 154	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	155 159	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	160 171	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 19- CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROTESTO	172 176	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 19 - CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE PROTESTO	177 188	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
BRANCOS	189 362	A(174)	BRANCOS
VALOR TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	363 377	N(015)	VALOR TOTAL RATEIOS
QUANTIDADE TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	378 385	N(008)	QUANTIDADE RATEIOS EFETUADOS
BRANCOS	386 394	A(009)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO	395 400	N(006)	N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO



**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

ANEXO III

AVISOS DE VENCIMENTO

Itaú Banco Itaú S.A. [341-7]						RECIBO DO SACADO
Local de Pagamento: ATÉ O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAÚ APÓS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ						Vencimento
Cedente						Agência/Código Cedente
Data do documento	Nº. do documento	Espécie doc.	Acerto	Data Processamento	Nosso Número	
Uso do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(*) Valor do Documento	
Instruções (Todas informações deste bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente). APÓS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ 40 DIA.						(-) Descontos/Abatimento
Direito de Crédito cedido ao Chemical VI – FIDC Pagável Somente em Banco						(*) More/Multa
						(*) Valor Cobrado
Sacado				CNPJ/CPF		
Sacador/Avalista: BRASKEM S.A.				CNPJ/CPF 042153391000170		

Autenticação mecânica

Itaú Banco Itaú S.A. [341-7] 34191.12879 74663.782931 80121.310009 2 29710004767361						Ficha de Compensação
Local de Pagamento: ATÉ O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAÚ APÓS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ						Autenticação mecânica
Cedente						Agência/Código Cedente
Data do documento	Nº. do documento	Espécie doc.	Acerto	Data Processamento	Nosso Número	
Uso do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(*) Valor do Documento	
Instruções (Todas informações deste bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente). APÓS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ 40 DIA.						(-) Descontos/Abatimento
Direito de Crédito cedido ao Chemical VI – FIDC Pagável Somente em Banco						(*) More/Multa
						(*) Valor Cobrado
Sacado				CNPJ/CPF		
Sacador/Avalista: BRASKEM S.A.				CNPJ/CPF 042153391000170		

Ficha de Compensação
Autenticação mecânica



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO IV

PROCEDIMENTOS DE VENDA E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1. Área Comercial

1.1 Formalização das Ordens

1.1.1 As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes ("Ordens") diretamente aos assistentes de vendas da Cedente ("Assistentes Comerciais"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente ("SAP").

1.1.2 Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Cedente na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente com os gerentes de conta da Cedente ("GC"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

1.2 Bloqueio de Ordens

1.2.1 As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- (i) limite de crédito excedido: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- (ii) títulos em aberto: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens, quando o Cliente possuir Duplicatas em atraso perante a Cedente por prazo superior a 5 (cinco) dias.

1.3 Liberação das Ordens

1.3.1 As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

1.3.2 A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Cedente.



2. Unidades de Produção e Faturamento

2.1 Identificação das Ordens e Contratação do Transporte

2.1.1 As unidades de produção e faturamento da(s) Cedente(s) ("UPF"), atualmente em número total de 26, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

(i) Unidade de Insumos Básicos ou Químicos Básicos

- (a) Vendas Rodoviárias CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- (b) Vendas Rodoviárias FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente;
- (c) Vendas por Cabotagem (usualmente na modalidade CIF): a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e
- (d) Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente através de dutos.

(ii) Unidade de Vinílicos, Unidade de Poliolefinas, Polibutenos:

- (a) Vendas Rodoviárias CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- (b) Vendas Rodoviárias FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente; e
- (c) Vendas por Cabotagem (usualmente modalidade CIF): a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

3. Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

3.1 Transporte em Caminhões

3.1.1 Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.

3.1.2 Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um ticket de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo



entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.

- 3.1.3 No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente no referido comprovante quando da efetiva entrega.
- 3.1.4 No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.
- 3.1.5 A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é realizada seguindo o modelos de Nota Fiscal Eletrônica (NFe). . O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número. Uma cópia da DANFE (Documento Auxiliar da NFe) segue com a carga até o cliente. Este recebe ainda uma cópia no e-mail que foi indicado e consta no cadastro.

3.2 Transporte por Cabotagem

- 3.2.1 Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de embarque.
- 3.2.2 Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Cedente. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes retiram os Produtos.
- 3.2.3 A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.

3.3 Transporte por Tubovia

- 3.3.1 Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.

4. Área Financeira

- 4.1 As vendas a prazo com vencimento superior a 9 (nove) dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode



consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO V

TERMO DE CESSÃO

Termo de Cessão n.º [•]

Cedente:

[•]

Endereço: [•]

CNPJ/MF n.º [•]

Cessionário:

Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria
Petroquímica

CNPJ/MF n.º 12.610.493/0001-60

Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Osasco, SP

CNPJ/MF n.º: 00.066.670/0001-00

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Termo de Cessão que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado ("Regulamento").)

Preço de Aquisição: R\$[•] ([•]).

1. O presente Termo de Cessão, firmado por meio eletrônico entre a Cedente e o Fundo, conforme o disposto na Cláusula 4 do Contrato de Cessão, formaliza a cessão, pela Cedente ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação da Cedente, dos Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos, anexa ao presente Termo de Cessão, pelo Preço de Aquisição acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada de Cedente, pelo que a Cedente outorga ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
2. A entrega dos Documentos Comprobatórios deverá observar os termos e condições do Contrato de Depósito.
3. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Cessão.



4. A Cedente reitera, por meio da assinatura do presente Termo de Cessão, a veracidade, validade e eficácia da totalidade das declarações prestadas ao Fundo na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão.

Sem prejuízo da formalização deste Termo de Cessão por meio eletrônico, as Partes, ora o firmam em 4 (quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, [•] de [•] de [•].

[CEDENTE].

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA(Representado por BEM Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF/MF

Nome:

Id.:

CPF/MF



ANEXO AO TERMO DE CESSÃO N.º [•] DE [•] DE [•] DE [•].

(Nome do Fundo)

(CNPJ da Cedente) (Nome da Cedente)

N.º REGISTRO COBRANÇA BANCÁRIA	CPF/CNPJ	NOME DO SACADO	DATA DE EMIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR FACE (R\$)	VALOR DE AQUISIÇÃO (R\$)
TOTAIS:		Qtde de Títulos: [•]				

TAXA DE DESCONTO: [•],[•]%



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VI

CARTA DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS PERMUTÁVEIS

[LOGO]

[Local e Data]

À [Cedente].

[•]

[•]

At.: [•]

Ref.: Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre a Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A., Rio Polímeros S.A. e o Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. ("Contrato de Cessão").

Serve a presente para apresentar-lhes, nos termos da Cláusula 6.2(i)(a) do Contrato de Cessão, o quadro abaixo contendo a lista dos Direitos Creditórios Permutáveis que oferecemos a V. Sas. para utilização como Contraprestação.

Os Direitos Creditórios Permutáveis que forem aceitos por V. Sas. deverão ser assinalados com um "X" na coluna "De Acordo".

Possível Data de Aquisição e Pagamento: ____/____/____

Sacado	Cedente	Data de Emissão NF	Data de Vencimento da Duplicata	Valor Nominal (R\$)	Data Limite para Utilização	De Acordo
TOTAL						

Ante o exposto, solicitamos a manifestação de V. Sas. acerca dos Direitos Creditórios Permutáveis a serem aceitos como Contraprestação, nos termos da Cláusula 6.2(i)(f) do Contrato de Cessão, por meio do retorno desta



correspondência devidamente assinada, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados do recebimento desta carta.

Os termos e expressões definidas referidos neste instrumento e aqui não definidos, terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão ou no Regulamento.

Sendo o que se apresentava, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CHEMICAL VI – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
(Representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

De Acordo:

[CEDENTE].

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VII

FAIXAS DE VENCIMENTO E TAXA DI FUTURA

Para a definição da Taxa DI Futura que será utilizada para o cálculo do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão, o Administrador observará a tabela a seguir:

Faixas de Vencimento do dy	Referência para Taxa DI Futura
Entre 8 e 37 dias	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 38 e 52 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 30 dias e contratos com prazo de 60 dias
Entre 53 e 67 dias	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 68 e 82 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 60 dias e contratos com prazo de 90 dias
Entre 83 e 90 dias	Contratos com prazo de 90 dias



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VIII

ENDEREÇOS PARA COMUNICAÇÕES

(i) para as Cedentes:

(a) para a Braskem:

Braskem S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Rodrigo Menck
Marcelo Rossini
Julcimar Ferreira
Marcelle Vieira
Mariele de Leon

Fac-símile: (11) 3576-9532

Correio Eletrônico: rodrigo.menck@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
marcelle.vieira@braskem.com.br
mariele.deleon@braskem.com.br

(b) para QuattorPar, Quattor PQ e RioPol:

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Rodrigo Menck
Marcelo Rossini
Julcimar Ferreira
Marcelle Vieira
Mariele de Leon

Fac-símile: (11) 3576-9532

Correio Eletrônico: rodrigo.menck@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
marcelle.vieira@braskem.com.br
mariele.deleon@braskem.com.br



- (ii) para o Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar
06029-900 Osasco, SP
At.: Sr. André Bernardino da Cruz Filho
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bemdtvm@bradesco.com.br

- (iii) para o Custodiante:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
06029-900 Osasco, SP
At.: Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

- (iv) para a Agência de Classificação de Risco (sempre com cópia para o Administrador):

Moody's América Latina Ltda.
Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, cj. 1601
04571-010 São Paulo, SP
At.: Martín Fernández Romero
Fac-símile: (11) 4816.2345
Correio Eletrônico: Martin.Fernandez-Romero@moodys.com



Suplemento Único das Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO I

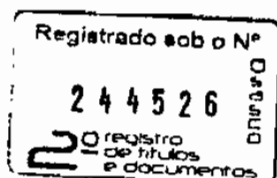
SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$544.800.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos mil reais)
Quantidade de Quotas Seniores:	544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas)
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas
Data de Resgate:	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	1,20%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)

"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%



8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado.)



Suplemento Único das Quotas Subordinadas Mezanino

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO CHEMICAL VI - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$43.200.000,00 (quarenta e três milhões e duzentos mil reais)
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	43.200 (quarenta e três milhões e duzentas)
1ª Data de Emissão	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate	48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino	4,90%
Amortização Periódica:	7 (sete) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 7 (sete) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 7 (sete) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%



5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	0,0%
7ª Amortização	0,0%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização	16,66%
12ª Amortização	16,66%
13ª Amortização (*)	16,7%

(*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2010, sob o n.º 243.133, conforme aditado.)



Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56

DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimentos, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administradora ("Administradora") do **CHEMICAL VI – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA ("FUNDO")**, vem nos termos do artigo 56, da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e posteriores alterações, da Comissão de Valores Mobiliários, DECLARAR que:

- (a) o Prospecto da Oferta: (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas, do Fundo, das Cedentes e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Quotas, no contexto da Oferta;
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecida ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 17 de setembro de 2010.


BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Sergio Scola


Domingos Figueiredo de Abreu



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

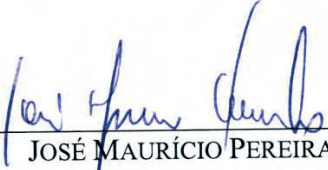
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de 544.800 (quinhentas e quarenta e quatro mil e oitocentas) Quotas Seniores e 43.200 (quarenta e três mil e duzentas) Quotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) ("Oferta"), do "Chemical VI – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à instituição administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito da Oferta e do Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2010.

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.



JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA COELHO
DIRETOR GERENTE



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Moody's

INVESTORS SERVICE

RELATÓRIO DE PRÉ-VENDA

Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Securitização de Duplicatas Comerciais / Brasil

Data Estimada de Fechamento

A ser definida

Conteúdo

RATINGS PRELIMINARES (P)	1
RESUMO DA TRANSAÇÃO	1
PARTICIPANTES DA TRANSAÇÃO	2
RESUMO DOS ATIVOS	2
VISÃO DA MOODY'S	2
PONTOS FORTES E FRACOS	3
ESTRUTURA, ASPECTOS LEGAIS E RISCOS ASSOCIADOS	3
DESEMPENHO DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS DA CEDENTE	6
RESUMO DAS OPERAÇÕES DE ORIGINAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO	7
ANÁLISE DE CRÉDITO	8
PESQUISA CORRELACIONADA	10

Contatos dos Analistas

Johann Grieneisen, CFA
 Assistant Vice President
 55.11.3043.7305
 Johann.Grieneisen@moody's.com

Giuliano Amaral
 Associate Analyst
 55.11.3043.7305
 Giuliano.Amaral@moody's.com

Maria Muller
 Senior Vice President
 1.212.250.4309
 Maria.Muller@moody's.com

ATENDIMENTO A INVESTIDORES:

Nova York: 1.212.553.1653
 Tóquio: 81.3.5408.4100
 Londres: 44.20.7772.5454
 Hong Kong: 852.3551.3077
 Sydney: 61.2.9270.8100
 Singapura: 65.6398.8308

Ratings Preliminares (P)

Classe	Rating	Indicador	Rendimento	Montante (Milhões)	% Dos Ativos	Subordi- Nação (*)	Vencimento Final Legal	Período De Revolução	Período De Amortização
Quotas Seniores	(P)Aaa.br/ (sf) (P)Baa3	CDI+1,3%	BRL 544,8	90,80%	9,20%	48 meses após fechamento	Mês 1 ao 42	Mês 43 ao 48	
Quotas Subordinadas Mezaninas	(P)Ba1.br/ (sf) (P)B2	CDI+5,7%	BRL 43,2	7,20%	2,00%	48 meses após fechamento	Mês 1 ao 42	Mês 43 ao 48	
Quotas Subordinadas Juniores	NR	-	-	BRL 12,0	2,00%	0,00%	-	-	-
Total				BRL 600,0	100%				

Os ratings dizem respeito à perda esperada para investidores até o vencimento final legal. Os ratings da Moody's abordam apenas os riscos de crédito associados à transação. Outros riscos não relacionados ao crédito não foram abordados, mas podem ter efeitos significativos nos rendimentos dos investidores.

* A classe A pode disponibilizar de alguma proteção de crédito adicional devido ao excesso de spread e ao gatilho de subordinação dinâmica.

Resumo da Transação

O FIDC Chemical VI é uma securitização revolvente originada pela Braskem S.A., Quattor Participações S.A., Quattor Petroquímica S.A. e Rio Polímeros S.A. (Grupo Braskem ou as Cedentes ou os Originadores) com vencimento final em 4 anos. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino realizarão pagamentos semestrais de juros durante o período inicial de 42 meses de revolução, seguidos de pagamentos mensais de principal e juros durante o período de 6 meses de amortização. Os ativos do FIDC são duplicatas comerciais de curto prazo originados pela Braskem e três subsidiárias, incluindo a Quattor Participações, Quattor Petroquímica e RioPol, e está de acordo com os critérios de elegibilidade descritos nos documentos da transação.

Este Relatório de Pré-Venda aborda a estrutura e as características da transação proposta e é baseado em informações fornecidas à Moody's até 14 de outubro de 2010. Os investidores devem atentar ao fato de que certos fatores relacionados a este Fundo ainda estão por ser finalizados. Após o recebimento de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, é que a Moody's irá designar um rating definitivo ao Fundo, o qual pode vir a ser diferente do que o rating apresentado neste Relatório de Pré-Venda. A Moody's disseminará o rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores. Este relatório não tem o intuito de ser uma oferta para venda ou uma solicitação de compra de títulos, e não deve ser utilizado ou circulado juntamente com qualquer tipo de oferta ou solicitação.

Participantes da Transação

Emissor:	Chemical VI - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica
Coordenador Líder:	BB Banco de Investimento S/A (líder),
Coordenadores:	Banco Bradesco BBI S.A., Banco Votorantim S.A.
Originador/Cedente/Cobrador Primário dos Direitos Creditórios:	Braskem S.A. – Aa2.br (Escala Nacional Brasileira) e Ba1 (Escala Global em Moeda Local) Quattor Participações (subsidiária integral da Braskem) Quattor Petroquímica (subsidiária integral da Braskem) RioPol (subsidiária integral da Braskem)
Custodiante:	Banco Bradesco S.A. (com rating de depósito bancário de longo prazo A1 na Escala Global em Moeda e Aaa.br na Escala Nacional Brasileira)
Administrador:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (sem rating/ Banco Bradesco)
Gestor:	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. (sem rating/Banco Bradesco Group)
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Auditor Jurídico:	Pinheiro Guimarães Advogados

Resumo dos Ativos

Cedentes/Originadores:	Braskem S.A. (Ba1 / Aa2.br), Quattor Participações, Quattor Petroquímica, RioPol
Agente de Cobrança Primário:	Braskem S.A. (Ba1 / Aa2.br)
Ativos:	Duplicatas comerciais de curto prazo sujeitas ao critério de elegibilidade da transação..
Metodologia Utilizada:	Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions
Modelos Utilizados:	Moody's Term Trade Receivables Model
Volume Total da Transação:	BRL 600,0 milhões
Período de Revolução:	42 meses
Portfólio Analisado :	Aprox. 920.000 duplicatas / R\$63 bilhões originados no período de julho 2007 a junho 2010 e auditados pela KPMG
Concentração por sacado:	3%

Visão da Moody's

Perspectiva para o Setor:	Estável
Característica Exclusiva:	Sem característica exclusiva. A estrutura é representativa de transações de recebíveis de curto prazo e bastante similar à transação anterior.
Nível de Vínculo com o Originador:	Vínculo limitado com o Originador. Presença de algum vínculo em razão de <ul style="list-style-type: none"> » Habilidade do Originador em recomprar recebíveis vencidos e não pagos (até 12% do PL do fundo para 3 períodos alternados/2 períodos consecutivos) » Habilidade dos sacados em efetuarem pagamentos diretamente à conta do cedente (até 5% do PL do fundo)
Histórico de Securitização do Originador:	
# de Transações Anteriores no Setor:	5 (Chemical I até Chemical V). Chemical II, III, IV e V tiveram ratings atribuídos pela Moody's.
% Securitizada do Valor Contábil:	Aproximadamente 50%
Comportamento de Transações Anteriores:	Desempenho estável
Desempenho Relativo da Carteira:	Estável
Sensibilidade Potencial do Rating:	
Fatores que Podem Levar a um Rebaixamento:	i. Um repentino e inesperado aumento na inadimplência ii. Desaceleração econômica severa com repercussão no setor petroquímico brasileiro.
Parâmetro de Sensibilidade:	Nenhum.

Pontos Fortes e Fracos

Pontos Fortes:

- » **Índice de Cobertura (O/C)**, através de cálculo dinâmico, de no mínimo 110% e máximo de 115%;
- » **Parâmetros de elegibilidade adequados** para as duplicatas comerciais a serem adquiridos pelo emissor, incluindo limites de concentração por cliente e níveis de inadimplência;
- » **Giro rápido das duplicatas comerciais.** Em média, o giro da carteira é 35 dias. Caso qualquer gatilho da transação seja quebrado e não remediado pelas Cedentes e/ou Administrador, a transação é rapidamente liquidada, dessa forma protegendo o Quotista Sênior de uma maior deterioração da transação.
- » A habilidade do Banco Bradesco S.A. (com rating de depósito bancário de longo prazo A1 na Escala Global em Moeda & Aaa.br na Escala Nacional Brasileira) em atuar como Custodiante na transação;

- » A estrutura legal da transação, incluindo a imunidade à falência do Emissor e a venda perfeita e acabada de recebíveis da Braskem ao Fundo, a qual está estruturada de acordo com o Código Civil brasileiro.
- » Baixo nível histórico de atrasos.

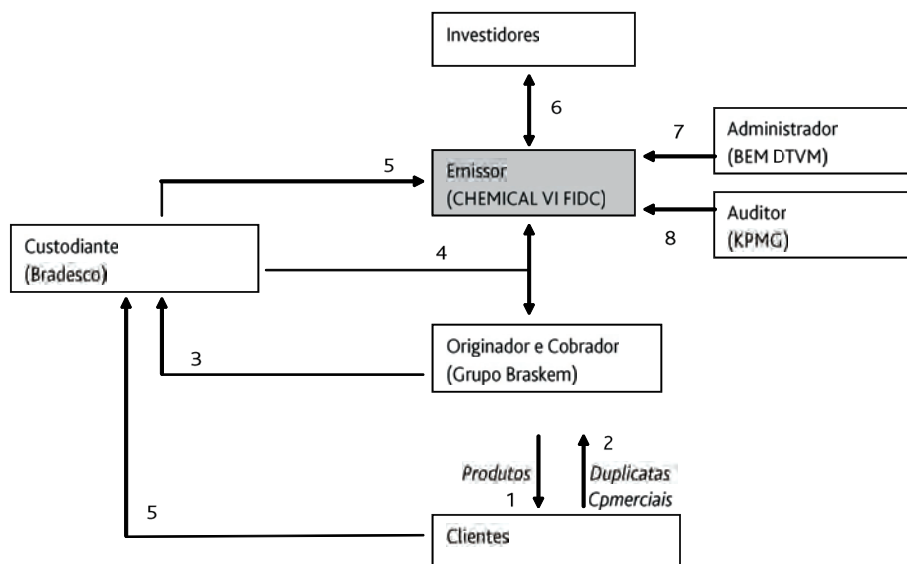
Pontos Fracos e Mitigantes:

Nosso processo de avaliação de crédito, incluindo comitês, foca principalmente o seguinte risco:

- » **Direitos Creditórios da Quattor:** A inclusão de uma nova base de direitos creditórios pode representar risco adicional à operação. Esse risco é mitigado pela revisão do histórico das novas estatísticas de desempenho.

Estrutura, Aspectos Legais e Riscos Associados

Estrutura



1. Os cedentes elegíveis do grupo Braskem emitem notas fiscais a seus clientes advindas de operações de venda de produtos químicos e petroquímicos, gerando duplicatas comerciais. Os pagamentos são recolhidos e depositados em uma conta segregada mantida no Bradesco em nome do Fundo.
2. No momento da venda, as duplicatas comerciais são representadas por duplicatas de venda mercantil a serem sacadas eletronicamente. As notas fiscais geradas pelo Grupo Braskem são impressas em formulários oficiais da Receita Federal Brasileira. Qualquer falsificação ou abuso destes formulários é considerado crime.
3. As Cedentes enviam as notas fiscais das duplicatas comerciais ao Bradesco (Custodiante) eletronicamente, e o Bradesco verifica se tais direitos creditórios estão em conformidade com os critérios de elegibilidade.
4. Após verificar quais direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, o Bradesco, simultaneamente, envia um relatório de cessão ao Emissor e às Cedentes, informando quais direitos creditórios são passíveis de cessão do Fundo. O preço de aquisição é pago ao Grupo Braskem. Simultaneamente, o Bradesco envia um aviso de cobrança aos clientes do Grupo Braskem.
5. Os clientes realizam os pagamentos dos direitos creditórios cedidos ao Fundo diretamente à conta bancária do Emissor.
6. O emissor efetuará pagamentos de juros e/ou principal para os Quotistas através do Bradesco, com os recursos advindos do fluxo de caixa resultante do pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo.
7. BEM DTVM Ltda., é o Administrador do Fundo, sendo civil e criminalmente responsável pelos atos por ordem e conta do Fundo. O administrador do Fundo deve assegurar que todos os participantes da operação executem suas funções adequadamente, além de fornecer relatórios compilados pelo custodiante às agências de rating e investidores.
8. A KPMG periodicamente auditará os demonstrativos financeiros do Fundo de acordo com as exigências legais e documentais do programa de securitização.

Resumo da Estrutura da Transação

O FIDC Chemical VI é um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, direcionado somente a investidores qualificados - os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, companhias seguradoras e outros fundos de

investimento - criado de acordo com a Instrução 356/01 da CVM. O prazo de duração do fundo será de 48 meses a contar a partir da data inicial de emissão das quotas.

A transação terá um período de revolvência de 42 meses e um período de amortização de 6 meses. Durante os 42 meses de período de revolvência não haverá pagamentos de principal nas Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino. Os pagamentos de juros serão realizados semestralmente. Durante os 6 meses do período de amortização final, pagamentos de principal e juros serão realizados mensalmente para as Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino a partir do 43º mês.

O FIDC Chemical VI é o sexto FIDC estruturado pela Braskem. O Chemical I e II integralmente liquidados. O FIDC Chemical III (teve início em 19 de março de 2008), Chemical IV (teve início em julho de 2009) e Chemical V (com fechamento em 30 de junho de 2010) ainda estão em circulação em outubro de 2010. Todas as transações com rating têm apresentado desempenho conforme as expectativas da Moody's e são publicamente monitoradas em uma base trimestral.

Pagamento de Juros e Principal das Quotas Seniores. As quotas seniores possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread anual de 1,3% sobre a taxa de CDI, que será apurado diariamente baseado no montante do principal em circulação. Sete pagamentos semestrais de juros serão realizados durante os quarenta e dois meses de período de revolvência, seguidos de seis pagamentos mensais de principal e juros durante os 6 meses de período de amortização final e até o vencimento legal da transação programado para 48 meses após o início.

Pagamento de Juros e Principal das Quotas Subordinadas Mezanino. As quotas subordinadas mezanino possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread anual de 5,7% sobre a taxa de CDI, que será apurado diariamente baseado no montante do principal em circulação. Sete pagamentos semestrais de juros serão realizados durante os quarenta e dois meses do período de revolvência, seguidos de seis pagamentos mensais de principal e juros durante os 6 meses de período de amortização final e até o vencimento legal da transação programado para 36 meses após o início.

Resgate das Quotas Subordinadas Júnior. As quotas subordinadas júnior somente serão resgatadas após o pagamento integral das quotas seniores e subordinadas mezanino e/ou quando o suporte mínimo de crédito, na forma de sobrecolateralização em benefício das quotas subordinadas mezanino exceder a 102,881%. Se houver suporte de crédito superior ao referido patamar, o Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de quotas

subordinadas júnior até o atendimento do percentual mínimo, conforme definido no regulamento.

Constituição da Reserva de Rendimento e Resgate. Com a finalidade de segregar recursos suficientes para o pagamento de rendimento e resgate de quotas, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá constituir reserva monetária interrompendo, se necessário, a aquisição de recebíveis nos prazos que precedem o pagamento de juros e principal. O Fundo reterá, então, quaisquer fluxos de caixa para depositá-los em uma conta reserva, seguindo as proporções e prazos estipulados na Figura 1:

FIGURA 1

Constituição da Reserva de Rendimento e Resgate

Dias Antes Da Data Do Pagamento De Rendimento E Resgate	% Dos Pagamentos De Rendimento E Resgate
30	30%
10	100%

Ordem de Aplicação de Recursos: Em cada data de distribuição, todos os recursos disponíveis do Fundo serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem simplificada de aplicação de recursos:

Amortização Normal

1. Comissões, impostos e despesas (auditores, agência de rating, administrador, custodiante, despesas legais e administrativas);
2. Reembolso dos montantes eventualmente adiantados pelos cotistas, relacionados ao processo judicial de cobrança;
3. Constituição de Reserva de Rendimento e Resgate para as Quotas Seniores;
4. Pagamento programado de Principal e Juros das Quotas Seniores;
5. Constituição de Reserva de Rendimento e resgate para as Quotas Subordinadas Mezanino;
6. Pagamento programado de Principal e Juros das Quotas Subordinadas Mezanino;
7. Aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Ordem de Alocação upon Early Wind-Down Event

1. Comissões, impostos e despesas (auditores, agência de rating, administrador, custodiante, despesas legais e administrativas);

2. Reembolso dos montantes eventualmente adiantados pelos cotistas, relacionados ao processo judicial de cobrança;
3. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Quotas Seniores;
4. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino;
5. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Quotas Subordinadas Júnior.

Nível de Suporte de Crédito. A Moody's considerou o nível de suporte de crédito da emissão oferecido por meio do Índice de Cobertura, que variará da seguinte maneira:

FIGURA 2

Índice de Cobertura – Quotas Seniores

MI(%) - Atrasos > 19 Dias Em Média Móvel De 3 Meses Sobre O Saldo Da Carteira	Índice De Cobertura Sênior (PL / Quotas Seniores)
MI(%) < 1,5%	110,0%
1,5% < MI(%) < 2,0%	112,0%
MI(%) ≥ 2,0%	115,0%

O Índice de Cobertura para as Quotas Subordinadas Mezanino será calculado da seguinte forma:

FIGURA 3

Índice de Cobertura – Quotas Subordinadas Mezanino

Para qualquer nível de inadimplência	102,041%
--------------------------------------	----------

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar os Índices de Cobertura de crédito das quotas seniores e subordinadas mezanino antes de qualquer nova aquisição de recebíveis. Desta maneira, o administrador irá assegurar que a transação continuará enquadrada, ou seja, que o total de ativos do Fundo excederá as quotas seniores e subordinadas mezanino em circulação, de modo a atender aos Índices de Cobertura.

O Índice de Cobertura da Quota Sênior é calculado como Total de Ativos sobre Quotas Seniores em circulação.

O Índice de Cobertura Mezanino é calculado como Total de Ativos sobre o somatório do saldo das Quotas Subordinada Mezanino e Quotas Seniores em circulação.

Taxa Mínima de Cessão. De forma a assegurar um retorno mínimo para cobrir seus passivos, o Fundo somente poderá comprar recebíveis originados pelo Grupo Eraskem a uma taxa de desconto definida nos documentos da transação. A fórmula da taxa de desconto considera a média ponderada das taxas de juros pagas às quotas seniores e subordinada mezanino, acrescida de 2,0% ao ano.

Recompra de Direitos Creditórios Diluídos ou em Atraso

- » Em caso de diluição, a respectiva Cedente tem a obrigação de recomprar do Fundo tais direitos creditórios diluídos, pelo valor de face correspondente;
- » Em caso de direitos creditórios em atrasos, a Cedente possui a opção - mas não a obrigação - de recomprar do Fundo tais direitos creditórios pelo valor de face correspondente.

Cabe ressaltar que, nos seus pressupostos de modelagem, a Moody's não atribuiu nenhum crédito aos fluxos de caixa advindos das recompras, por opção das Cedentes, de recebíveis atrasados.

Eventos de Liquidação

Na ocorrência dos seguintes eventos, o Fundo deverá interromper a compra de direitos creditórios e todos os recursos deles advindos, incluindo recuperações, serão utilizados para repagar os cotistas sênior e cotistas subordinados mezanino. Dentre os eventos de liquidação, destacamos os seguintes:

- » Decretação de falência de qualquer Cedente, bem como o requerimento de autofalência ou protocolação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer Cedente;
- » Caso não ocorra a substituição do Administrador, na hipótese de sua renúncia;
- » Caso não ocorra a substituição do Custodiante, na hipótese de cessação dos serviços por este prestados;
- » Não pagamento, em até 3 dias, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das quotas seniores e subordinada mezanino;
- » Atrasos acima de 19 dias superiores a 2% (dois por cento) do saldo de recebíveis por duas datas de verificação consecutivas ou três alternadas.

Eventos de Avaliação

Dentre os mais importantes eventos de avaliação, destacamos:

- » O não reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura;
- » Existência de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade em proporção superior a 0,50% do patrimônio líquido;
- » Devoluções / não recebimentos de produtos pelos clientes iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;

- » Pagamentos realizados pelos clientes diretamente à Cedente iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- » Recompra pela Cedente dos títulos com atraso igual ou superior a 12% do patrimônio líquido do Fundo por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- » Não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Rendimento e Resgate, em duas datas de verificação consecutivas ou em três alternadas nos últimos doze meses;
- » Taxa DI seja igual ou superior a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- » Inobservância da ordem de aplicação dos recursos (Figura 2).

Caso ocorra um evento de avaliação, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá comunicar ao Custodiante a ocorrência do evento e suspender, imediatamente, os procedimentos de aquisição de direitos creditórios e os seguintes passos deverão ser observados:

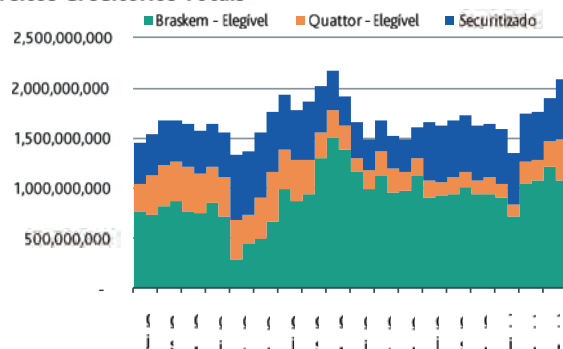
- » Os detentores das quotas deverão receber um comunicado do Administrador;
- » O Administrador deverá convocar uma assembléia geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo;
- » Todos os fluxos de caixa disponíveis, incluindo recuperações, serão utilizados para amortizar antecipadamente as quotas seniores e subordinada mezanino, se houver decisão de liquidar o Fundo.

Desempenho Da Carteira De Recebíveis Da Cedente

A Moody's analisou a carteira de direitos creditórios do Grupo Braskem entre julho de 2007 e junho de 2010 auditada pela KPMG. Neste intervalo, a Braskem e suas subsidiárias originaram direitos creditórios (vendas) no montante de R\$ 63 bilhões de recebíveis de aproximadamente 920 mil notas fiscais diferentes.

O valor dos direitos creditórios elegíveis em circulação (definidos como direitos creditórios denominados em reais livres de diluições, baixas contábeis, concentrações excedentes e aqueles que foram cedidos) atingiu uma média mensal de R\$ 977 milhões, cuja evolução pode ser visualizada na Figura 4.

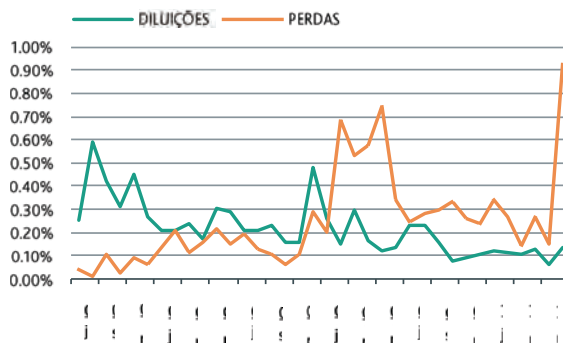
FIGURA 4

Direitos Creditórios Totais

Fonte: KPMG, Braskem, Moody's

A Figura 5 ilustra o desempenho da carteira consolidada do Grupo Braskem em relação a atrasos e diluições. As perdas da carteira são calculadas como sendo os direitos creditórios em atraso por mais de 91 dias sobre a carteira consolidada. Os níveis médios de atraso estão em linha com aqueles das transações anteriores. O pico de atrasos foi observado em junho de 2010. De acordo com a Braskem, 70% desses atrasos se referem a duplicatas comerciais entre o grupo Quattor e a Braskem.

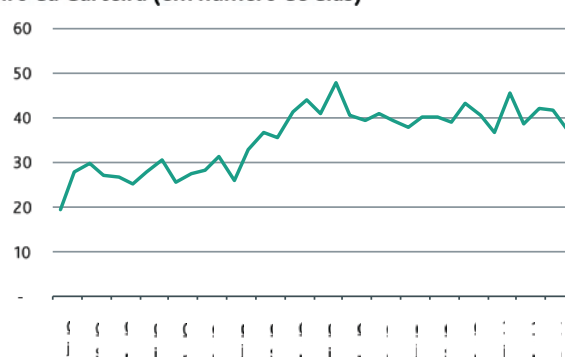
FIGURA 5

Perdas Totais da Carteira (91-120 dias em atraso) e Diluições

Fonte: Braskem

Conforme Figura 6, o giro da carteira de recebíveis permaneceu estável em cerca de 35 dias nos meses anteriores.

FIGURA 6

Giro da Carteira (em número de dias)

Fonte: Braskem

Resumo das Operações de Originação e Cobrança de Crédito

Originação e Aprovação de Crédito

A Braskem é a maior companhia petroquímica no Brasil e na América Latina, operando duas plantas com escala global de craqueamento de nafta e diversas plantas de segunda geração com uma capacidade anual de produção de aproximadamente 11 milhões de toneladas de olefinas, poliolefinas, vinílicos, aromáticos e gasolina automotiva. A Braskem reportou receita líquida consolidada de aproximadamente BRL 24,8 bilhões (USD 13,8 bilhões convertidos pela taxa de câmbio média) nos últimos doze meses encerrados em 30 de junho 2010.

A Braskem é resultado da fusão de várias companhias petroquímicas como parte do processo de consolidação da indústria petroquímica brasileira suportada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (A2, perspectiva estável), que mantém 47,02% do capital votante na Braskem e 35,06% do total.

Os pedidos dos clientes são feitos através da Internet, por e-mail, telefone ou fax, gerando as notas fiscais. A Braskem usa um processo de aprovação de crédito uniforme para seus segmentos de negócios, e o limite de crédito de cada cliente é definido de acordo com a política interna de concessão de crédito. O limite de cada cliente leva em consideração as informações de crédito e os dados de atrasos em pagamentos. Sempre que há uma venda, o limite de crédito do cliente é verificado. Se o cliente ultrapassar seu limite de crédito, ou se estiver em atraso superior a quatro dias no pagamento de qualquer duplicata, o sistema de crédito e cobrança da Braskem automaticamente rejeitará novas vendas a este cliente. Exceções são tratadas caso a caso, e são aprovadas (ou não) de acordo com

o nível de alçada estabelecido pela política interna de concessão de crédito da Braskem.

Critérios de Elegibilidade

O Custodiante verificará individualmente, com base em arquivos eletrônicos, se os direitos creditórios a serem cedidos pelas Cedentes ao Fundo atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos documentos da transação. Tais critérios de elegibilidade incluem:

- » Atrasos acima de 15 dias de clientes elegíveis não ultrapassem 15% do saldo de recebíveis cedido ao Fundo de cada cliente;
- » Concentração máxima por cliente de 3% (cliente regular);
- » Os direitos creditórios passíveis de cessão não tenham data de vencimento inferior a 9 (nove) dias e superior a 90 (noventa) dias;
- » O cliente não pode ter títulos cedidos ao Fundo com atraso superior a 30 dias;
- » O cliente não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

Práticas de Relacionamento com Clientes e Cobrança

Cada Cedente atuará como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos respectivos direitos creditórios cedidos ao Fundo, bem como administrará o relacionamento com estes clientes, seguindo as mesmas práticas de administração de suas vendas a prazo feitas em sua própria carteira. O Fundo, por sua vez, administrará as cobranças adimplentes, as quais serão feitas através dos bancos cobradores.

Cada Cedente gerencia toda a cobrança extrajudicial e judicial usando seu departamento jurídico e de cobrança, e seus procedimentos de cobrança incluem os seguintes passos:

- » Protesto dos direitos creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 dias;
- » Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 dias.

Análise de Crédito

- » **Desempenho de Operações Anteriores:** Aplicável a essa operação dadas as similaridades na estrutura da transação, ativos subjacentes e ambiente econômico estável. A Moody's mantém os ratings dos FIDCs Chemical III, Chemical IV e Chemical V, os quais são estruturalmente similares. Dadas as similaridades nos critérios de

elegibilidade, os sacados do Chemical VI serão os mesmos das transações anteriores, tornando o desempenho das operações anteriores relevante.

- » Consulte as Avaliações de Desempenho trimestrais do Chemical III, IV e V para maiores detalhes sobre o desempenho do fundo.
- » **Quantidade de Dados e Conteúdo:** A qualidade geral dos dados recebidos foi considerada satisfatória tanto pela quantidade quanto pelo conteúdo. Nós recebemos dados agregados de desempenho da carteira demonstrando estatísticas relevantes de desempenho tais como giro da carteira, diluições e perdas de crédito. Além disso, nós continuaremos recebendo dados em uma base mensal como abordado na Seção de Monitoramento.
- » **Premissas:** Fizemos as seguintes premissas principais para servirem de modelo ao analisarmos esta transação (meios de distribuição):

Taxa de Perda da Carteira (% p.m.)	0,25%
Giro da Carteira (em dias)	35
Diluição da Carteira (% p.m.)	0,22%

Metodologia de Rating

- » A metodologia principal utilizada para atribuir rating a essa operação é "[Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions](#)", que pode ser encontrada no website da Moody's, www.moody.com, no diretório "Credit Policy & Methodology", no subdiretório "Methodologies". Outras metodologias e fatores que possam ter sido consideradas neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório "Credit Policy & Methodologies".
- » Ao atribuir os ratings (P)Baa3/(P)Aaa.br às quotas seniores e (P)B2/(P)Ba1.br às quotas subordinadas mezanino, a Moody's considerou o nível de suporte de crédito proporcionado pela subordinação e excesso de spread, assim como o desempenho das duplicatas comerciais elegíveis e passíveis de cessão ao Fundo. Adicionalmente, a Moody's levou em consideração fatores comuns a todas as securitizações de duplicatas comerciais, tais como giro da carteira, pontualidade de pagamento, diluição, comportamento da inadimplência e das perdas.
- » As Figuras 5 e 6 ilustram as principais variáveis utilizadas na modelagem das simulações. A Moody's avaliou a capacidade de repagamento da operação em um cenário de "liquidação antecipada" da carteira de duplicatas comerciais. O rating atribuído a esta operação está

relacionado ao nível de perda esperada resultante de diversas simulações de Monte Carlo.

- » As premissas utilizadas pela Moody's provieram da análise da carteira da Braskem durante o período compreendido entre julho de 2007 a junho de 2010. As perdas atingiram uma média mensal de 0,25%¹; as diluições apresentaram uma média mensal de 0,22% e o giro da carteira atingiu uma média mensal de 35 dias.
- » A análise da Moody's foi baseada nos efeitos que as variáveis mencionadas, simuladas sob estresse, teriam sobre o fluxo de caixa da operação, de modo a se determinar uma perda esperada para cada uma das classes. Essa perda esperada foi analisada em conjunto com outros fatores subjetivos relacionados à operação e à empresa de modo a se determinar um rating apropriado.
- » A Moody's observa que a cedente é obrigada a reportar recompras e substituições ao *Master Servicer*.
- » Os níveis de diluição, pagamentos diretos à Cedente, recompras e atrasos estão sendo monitorados por gatilhos prescritos nos Eventos de Avaliação.
- » A modelagem quantitativa da Moody's tem o objetivo de verificar se a proteção de crédito, mediante subordinação e excesso de spread é suficiente para mitigar as perdas derivadas de atrasos e diluições.

- » Os ratings (P) Baa3 / (P) Aaa.br das quotas seniores e (P) B2 / (P) Ba1.br das quotas subordinadas mezanino foram modeladas em um cenário de stress. A expectativa da Moody's para esses ratings é de permanecer inalterados considerando o seguinte cenário de stress (i) o rebaixamento do rating da Braskem de Ba1 para Ba3 e (ii) a média da distribuição de perdas e diluições dobrar.

Monitoramento

- » Monitoraremos o desempenho da transação de maneira contínua, utilizando as informações presentes em relatórios periódicos de serviços de cobrança ("periodic servicing reports") para determinar se o desempenho está em linha com as expectativas, principalmente no que diz respeito à elevação de perdas, inadimplências, recompras ou outras métricas que evidenciam uma possível deterioração da qualidade de crédito da carteira.

Pesquisa Correlacionada

Para uma explicação detalhada da abordagem da Moody's para este tipo de transação, bem como para transações semelhantes, consulte os seguintes relatórios:

Metodologias Utilizadas

» [Moody's Approach to Rating Trade Receivable Transactions, January 2010 \(SF14091\)](#)

Para acessar qualquer um destes relatórios, clique nos links acima. Note que essas referências são atuais na data de publicação deste relatório e que outros documentos mais recentes podem estar disponíveis. Pode ser que nem todas as pesquisas estejam disponíveis a todos os clientes.

¹ Perdas são calculadas como atrasos de 91 a 120 dias.

Relatório Número: SF222013

Tradução: Carmen Reis

© Direitos autorais 2010, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados.

OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DOS RISCOS FUTUROS RELATIVOS DE PESSOAS JURÍDICAS, CRÉDITOS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. A MIS DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA PESSOA JURÍDICA NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO SEU VENCIMENTO, E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE INADIMPLÊNCIA. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO, SEM EXCLUSÃO DE OUTROS, DE LIQUIDEZ, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE FATOS ATUAIS OU PASSADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO CONSTITUEM ACONSELHAMENTO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, NEM RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS ESPECÍFICOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS EMITE RATINGS DE CRÉDITO BASEANDO-SE NA EXPECTATIVA E NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR FARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR A DETER OU VENDER.

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO, INCLUSIVE A DE DIREITOS AUTORAIS, E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQÜENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas no estado em que se encontram, sem garantia de qualquer tipo. A MOODY'S toma todas as medidas necessárias para que a informação utilizada para a atribuição de ratings de crédito seja de qualidade suficiente e provenha de fontes que considera confiáveis, incluindo, quando apropriado, fontes independentes de terceiros. Contudo, a MOODY'S não é uma auditoria e não pode realizar, em todos os casos, verificação, auditoria ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou outros fatores) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings, análises de relatórios financeiros, projeções e outras observações, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e deverão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários e títulos. Cada usuário das informações aqui contidas deverá realizar seu próprio estudo e avaliação dos valores mobiliários e títulos que considere comprar, deter ou vender. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO.

A MIS, uma agência de rating de crédito, subsidiária integral da Moody's Corporation ("MCO"), neste ato divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificados pela MIS se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MIS, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.500.000. A MCO e a MIS mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website www.moody.com, sob o título "Shareholder Relations—Corporate Governance—Director and Shareholder Affiliation Policy", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission—EJA) deter participação acionária maior que 5% na MCO.

A publicação deste documento na Austrália será feita pela sociedade integrante do grupo da MOODY'S, a Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, detentora da Australian Financial Services License (Licença para Serviços Financeiros da Austrália) nº 336969. Este documento deve ser fornecido apenas para "wholesale clients" (clientes de atacado), de acordo com o significado definido pela section 761G do Corporations Act de 2001 (Lei Societária Australiana de 2001). Ao continuar a acessar este documento a partir da Austrália, você declara e garante à MOODY'S que é, ao acessar este documento, um cliente de atacado ou um representante de um cliente de atacado, e que nem você nem a entidade que representa irão, direta ou indiretamente, disseminar este documento ou seu conteúdo para "retail clients" (clientes de varejo), de acordo com o significado definido pela section 761G do Corporations Act de 2001 (Lei Societária Australiana de 2001).

* Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversas outras línguas, inclusive o português. Em caso de divergência ou conflito entre as versões, a versão original em Inglês prevalecerá.

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FINANCIAL SERVICES

Grupo Braskem

Relatório relativo à revisão especial da carteira de recebíveis
30 de junho de 2010

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

-
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Grupo Braskem. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando todas as informações contidas no prospecto.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

À

Braskem S.A.
São Paulo - SP

8 de outubro de 2010

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 13 de agosto de 2010, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis originados pelas empresas do Grupo Braskem (Braskem S.A. ("Braskem") e Grupo Quattor* ("Quattor")). Tais recebíveis são representados por duplicatas comerciais originadas pelas empresas do Grupo Braskem decorrentes de vendas a prazo, por meio da constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Fundo").

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de *performance* desses recebíveis, originados no período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelos Originadores, para o período compreendido entre 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

* Grupo Quattor é representado por: Quattor Química, Quattor Petroquímica, Quattor Participações e Rio Polímeros.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

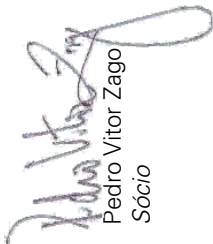
Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório.

Nossos trabalhos foram executados no período de 20 de agosto de 2010 a 6 de outubro de 2010 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Agradecemos o apoio do Grupo Braskem (representado pela Braskem S.A. e Grupo Quattor*) no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Sócio


Ronaldo Fuzinato
Gerente sênior

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Ronaldo Fuzinato
Gerente sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3793
Fax: 55 (11) 2183-3001
rfuzinato@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	4
Apresentação da carteira de recebíveis	5
Seção 3.1 - Conciliação da base de dados	26
Seção 3.2 - Verificação física das faturas	29
Seção 3.3 - Resultado dos testes de aderência às políticas de crédito	30
Anexos	34



Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes do Grupo Braskem, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, as características demográficas e a *performance* de pagamentos dos recebíveis, por parte dos sacados.
- levantar os fluxos de originação e cobrança da Braskem e testar as políticas estabelecidas internamente, por meio de testes por amostragem.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Grupo Braskem, compreendendo recebíveis gerados pelas faturas emitidas pelas empresas dos Originadores, para um período de 36 meses, compreendido entre 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010.
- Desta forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes dos Originadores, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte dos consumidores eleitos, foram definidos, em comum acordo com representantes dos Originadores, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das faturas de venda a prazo, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - *aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da fatura e a data de pagamento pelo consumidor.
 - matriz triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
- Foram elaboradas informações sobre os volumes mensais das vendas a clientes relativas ao período de competência, a distribuição do volume financeiro de vendas por prazo médio de vendas e a distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor para fins de apuração de concentração de clientes, no período sob análise.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de investigação aos responsáveis pelas áreas de Faturamento e Cobrança, bem como de observação dos fluxos de originação executados com base em testes por amostragem.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do faturamento sujeito à securitização (FLS) - Braskem

Descrição	Somatório do valor das faturas - R\$(000)		%	Quantidade de faturas	%
Total Base de Dados	47.403.276	100,00%		749.802	100,00%
Eliminações					
(-) Outros faturamentos não analisados ⁱ	1.563.870	3,30%		16.927	2,26%
Operações Intercompany:					
(-) Copesul - Cia Petroquímica do Sul - CNPJ 88.948.492/0001-92	498.791	1,05%		157	0,02%
(-) Ipiranga Química S.A - CNPJ 62.227.509/0012-81	397.807	0,84%		6.481	0,86%
(-) Ipiranga Comercial Química S.A - CNPJ 62.227.509/0004-71	18.244	0,04%		128	0,02%
(-) Ipiranga Petroquímica S.A - CNPJ 88.939.236/0001-39	39.537	0,08%		219	0,03%
(-) Braskem Distribuidora Ltda. - CNPJ 01.944.031/0003-25	230.789	0,49%		1.858	0,25%
(-) Braskem S/A - CNPJ 42.150.391/0018-19	1.201	0,00%		15	0,00%
(-) Cia. Alagoas Industrial Cinal - CNPJ 08.444.655/0001-60	2.281	0,00%		98	0,01%
(-) Variet Distribuidora - Cnpj Raiz 10140883	73.393	0,15%		1.429	0,19%
(-) Petroquímica Triunfo S.A. - Cnpj Raiz 90751025	189.494	0,40%		450	0,06%
(-) Rio Polímeros S.A.	10.284	0,02%		131	0,02%
(-) Quattor Química S.A.	26.410	0,06%		19	0,00%
(-) Quattor Petroquímica S.A.	160.594	0,34%		102	0,01%
(-) Faturas com referência despadronizada	27.678	0,06%		371	0,05%
(-) Faturas com data vencimento inferior a Data de Emissão	76.349	0,16%		489	0,07%
(-) Faturas canceladas / outras identificadas ⁱⁱ	1.863.183	3,93%		17.444	2,33%
Total FLS	42.223.373	89,07%		703.484	93,82%

(i) Faturas não analisadas com códigos de tipo de documento: DS (recompra), DP (notas manuais - serviços), DA (novação de dívida), DZ (pagamentos parciais), DB (títulos com desconto concedido), entre outros.

(ii) Faturas canceladas identificadas: referem-se a cancelamentos, devoluções ou erros operacionais identificadas na base de dados.



© 2010 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil (KOMS 94048). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.1a - Identificação do faturamento sujeito à securitização (FLS) - Quattor

Descrição	Somatório do		Quantidade de	
	valor das faturas - R\$(000)	%	faturas	%
Total Base de Dados	26.445.694	100,00%	232.953	100,00%
Eliminações				
(-) Outros faturamentos não analisados ⁱ	827.795	3,13%	1	0,00%
Operações Intercompany:				
(-) PETROQUIMICA UNIAO S.A. - CNPJ 61.632.964	105.013	0,40%	5.026	2,16%
(-) QUATTOR PARTICIPAÇÕES S/A. - CNPJ 9.017.802	1.095.821	4,14%	1.956	0,84%
(-) QUATTOR QUIMICA S/A - CNPJ 1.202.799	1.696.095	6,41%	4.319	1,85%
(-) RIO POLIMEROS S.A. - CNPJ 1.202.799	109.980	0,42%	1.254	0,54%
(-) QUATTOR PETROQUIMICA S.A. - CNPJ 4.705.090	1.624.159	6,14%	2.639	1,13%
(-) Faturas canceladas / outras identificadas ⁱⁱ	14.617	0,06%	325	0,14%
Total FLS	20.972.214	79,30%	217.433	93,34%

(i) Fatura devolvida não analisada.

(ii) Faturas canceladas identificadas: referem-se a cancelamentos ou erros operacionais identificadas na base de dados.



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis

Características - Braskem	
Período sob análise	julho de 2007 a junho de 2010 (36 meses)
Somatório do valor das faturas - R\$(000)	42.223.373
Média mensal de origemação - R\$(000)	1.172.871
Quantidade de faturas	703.484
Média de faturas originadas por mês	19.541
Ticket médio das faturas - R\$	60.020
Prazo médio das faturas - em dias	31
Características - Quattor	
Período sob análise	julho de 2007 a junho de 2010 (36 meses)
Somatório do valor das faturas - R\$(000)	20.972.214
Média mensal de origemação - R\$(000)	582.561
Quantidade de faturas	217.433
Média de faturas originadas por mês	6.040
Ticket médio das faturas - R\$	96.454
Prazo médio das faturas - em dias	23

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

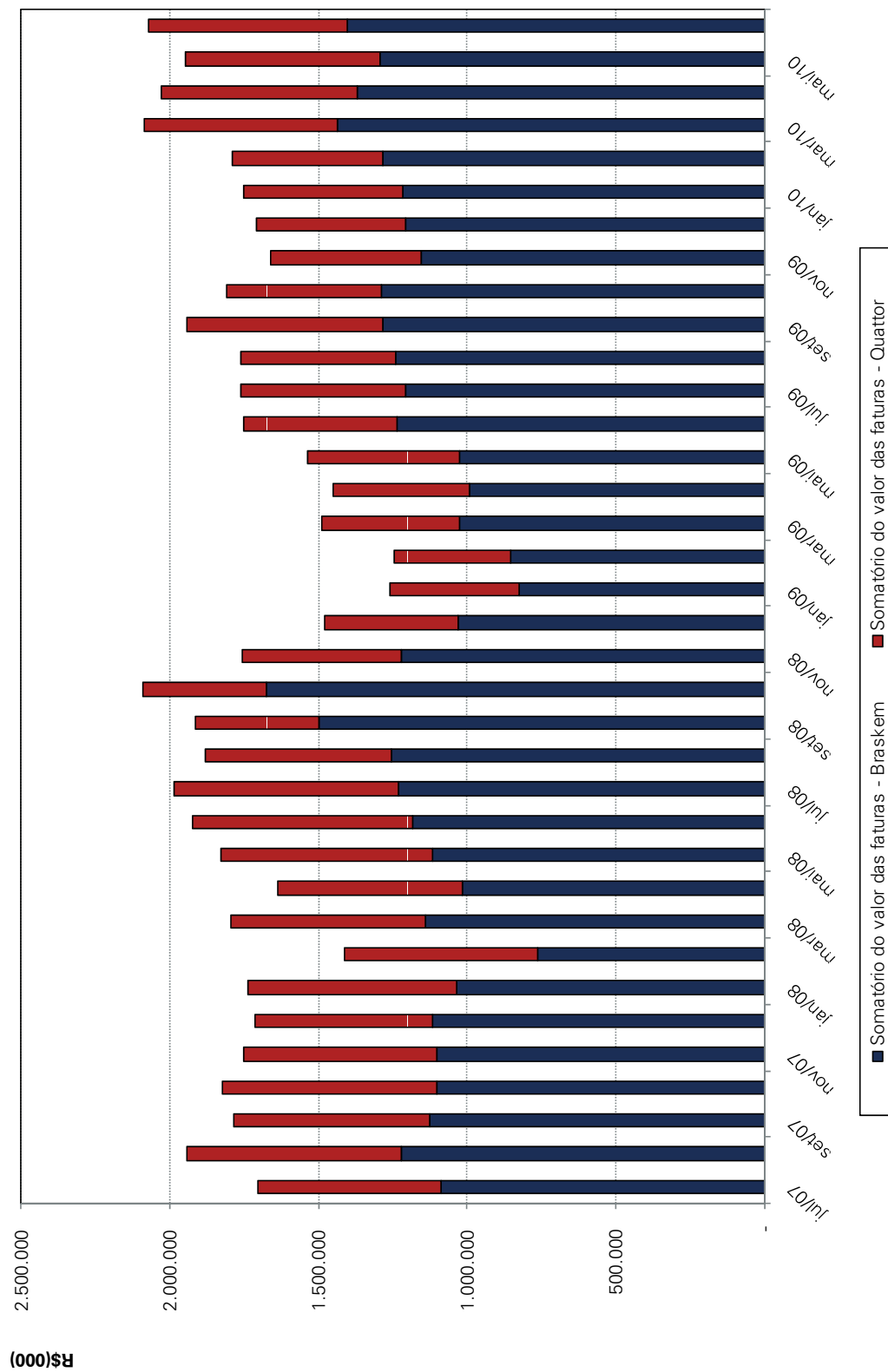
Tabela 2.3 - Distribuição do volume financeiro

Período	Braskem				Quattor				Consolidado				
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)		% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.	Somatório do valor das faturas - R\$(000)		% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.	Somatório do valor das faturas - R\$(000)		Quantidade de faturas
jul/07	1.084.942	2,57%	2,57%	16.326	2,32%	2,32%	619.968	2,96%	2,96%	2,54%	2,54%	1.704.910	21.847
ago/07	1.221.059	2,89%	5,46%	18.694	2,66%	4,98%	720.971	3,44%	6,39%	3,17%	5,71%	1.942.030	25.583
set/07	1.125.475	2,60%	8,13%	15.947	2,27%	7,24%	661.307	3,15%	9,55%	2,92%	8,62%	1.786.782	22.288
out/07	1.099.851	2,60%	10,73%	18.069	2,57%	9,81%	723.953	3,45%	13,00%	3,22%	11,85%	1.823.803	25.075
nov/07	1.102.171	2,61%	13,34%	17.688	2,51%	12,33%	649.997	3,10%	16,10%	2,94%	14,79%	1.752.168	24.083
dez/07	1.113.548	2,64%	15,98%	16.354	2,32%	14,65%	599.744	2,86%	18,96%	2,43%	17,22%	1.713.292	21.638
jan/08	1.035.424	2,45%	18,43%	15.421	2,19%	16,84%	703.467	3,35%	22,31%	3,04%	20,26%	1.738.891	22.035
fev/08	763.821	1,81%	20,24%	11.667	1,66%	18,50%	649.548	3,10%	25,41%	2,72%	22,98%	1.413.369	17.587
mar/08	1.137.138	2,69%	22,93%	18.173	2,58%	21,09%	655.456	3,13%	28,53%	2,67%	25,65%	1.792.594	23.974
abr/08	1.013.378	2,40%	25,33%	15.737	2,24%	23,32%	624.241	2,98%	31,51%	2,58%	28,22%	1.637.619	21.336
mai/08	1.115.442	2,64%	27,98%	17.090	2,43%	25,75%	710.773	3,39%	34,90%	3,17%	31,39%	1.826.215	23.982
jun/08	1.182.825	2,80%	30,78%	19.139	2,72%	28,47%	739.101	3,52%	38,42%	3,19%	34,59%	1.921.926	26.081
jul/08	1.230.292	2,91%	33,69%	16.889	2,40%	30,87%	756.342	3,61%	42,03%	3,12%	37,71%	1.986.634	23.680
ago/08	1.252.014	2,97%	36,66%	17.089	2,43%	33,30%	627.778	2,99%	45,02%	2,47%	40,18%	1.879.792	22.456
set/08	1.496.713	3,54%	40,20%	20.722	2,95%	36,25%	416.395	1,99%	47,01%	1,93%	42,11%	1.913.107	24.922
out/08	1.674.747	3,97%	44,17%	22.850	3,25%	39,50%	415.298	1,98%	48,99%	2,23%	44,34%	2.090.045	27.698
nov/08	1.219.122	2,89%	47,05%	16.343	2,32%	41,82%	535.119	2,55%	51,54%	1,85%	46,19%	1.754.241	20.376
dez/08	1.029.674	2,44%	49,49%	15.785	2,24%	44,06%	449.487	2,14%	53,69%	1,64%	47,83%	1.479.161	19.344
jan/09	822.422	1,95%	51,44%	16.607	2,36%	46,42%	436.974	2,08%	55,77%	2,39%	50,22%	1.259.396	21.809
fev/09	854.573	2,02%	53,46%	18.447	2,62%	49,05%	391.530	1,87%	57,64%	2,46%	52,68%	1.246.103	23.792
mar/09	1.024.056	2,43%	55,89%	22.148	3,15%	52,20%	465.586	2,22%	59,86%	3,01%	55,69%	1.489.643	28.691
abr/09	989.885	2,34%	58,23%	19.650	2,79%	54,99%	461.442	2,20%	62,06%	2,99%	58,69%	1.451.328	26.162
mai/09	1.026.555	2,43%	60,67%	20.510	2,92%	57,90%	509.961	2,43%	64,49%	3,24%	61,92%	1.536.516	27.549
jun/09	1.234.718	2,92%	63,59%	22.539	3,20%	61,11%	515.547	2,46%	66,95%	3,39%	65,32%	1.750.265	29.920
jul/09	1.205.770	2,86%	66,45%	23.156	3,29%	64,40%	552.795	2,64%	69,58%	2,99%	68,31%	1.758.565	29.661
ago/09	1.238.642	2,93%	69,38%	23.308	3,31%	67,71%	519.742	2,48%	72,06%	2,86%	71,18%	1.758.384	29.537
set/09	1.283.172	3,04%	72,42%	24.517	3,49%	71,20%	658.016	3,14%	75,20%	3,54%	74,71%	1.941.188	32.210
out/09	1.285.866	3,05%	75,46%	22.791	3,24%	74,44%	522.803	2,49%	77,69%	2,75%	77,47%	1.808.669	28.775
nov/09	1.154.976	2,74%	78,20%	22.951	3,26%	77,70%	502.924	2,40%	80,09%	2,76%	80,23%	1.657.900	28.957
dez/09	1.206.139	2,86%	81,06%	22.764	3,24%	80,94%	499.663	2,38%	82,47%	2,82%	83,05%	1.705.802	28.902
jan/10	1.217.558	2,88%	83,94%	22.307	3,17%	84,11%	532.722	2,54%	85,01%	2,69%	85,74%	1.750.280	28.157
fev/10	1.283.153	3,04%	86,98%	21.977	3,12%	87,23%	506.461	2,41%	87,43%	2,62%	88,36%	1.789.614	27.681
mar/10	1.435.956	3,40%	90,38%	24.380	3,47%	90,70%	651.744	3,11%	90,53%	2,82%	91,18%	2.087.700	30.509
abr/10	1.368.268	3,24%	93,62%	22.829	3,25%	93,94%	660.565	3,15%	93,68%	2,98%	94,17%	2.028.833	29.317
mai/10	1.291.899	3,06%	96,68%	21.361	3,04%	96,98%	653.845	3,12%	96,80%	2,77%	96,94%	1.945.743	27.394
jun/10	1.402.130	3,32%	100,00%	21.259	3,02%	100,00%	670.947	3,20%	100,00%	3,06%	100,00%	2.073.077	27.909
Total	42.223.373	100,00%		703.484	100,00%		20.972.214	100,00%	217.433	100,00%		63.195.587	920.917

© 2010 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil (KOMS 94048). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição do volume financeiro



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Ticket médio mensal das faturas

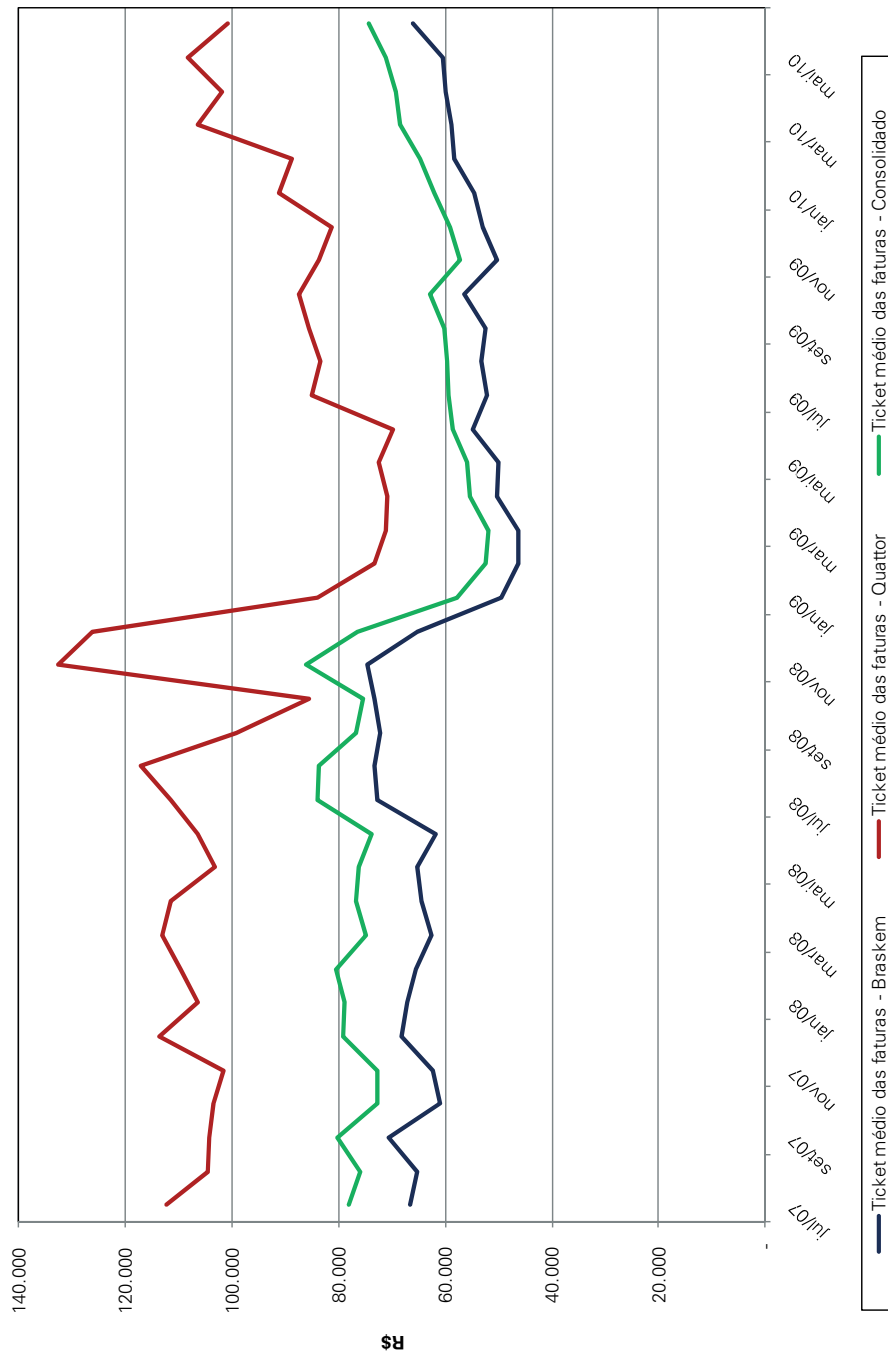
Período	Braskem		Quattor	
	Ticket Médio - R\$	Ticket Médio - R\$	Braskem	Quattor
Período	Ticket Médio - R\$	Ticket Médio - R\$	Ticket Médio - R\$	Ticket Médio - R\$
jul/07	66.455	112.293	46.326	73.252
ago/07	65.318	104.655	46.237	71.158
set/07	70.576	104.291	50.376	70.860
out/07	60.869	103.333	50.051	72.448
nov/07	62.312	101.641	54.781	69.848
dez/07	68.090	113.502	52.072	84.980
jan/08	67.144	106.360	53.142	83.439
fev/08	65.468	109.721	52.338	85.534
mar/08	62.573	112.990	56.420	87.367
abr/08	64.395	111.491	50.324	83.737
mai/08	65.269	103.130	52.984	81.405
jun/08	61.802	106.468	54.582	91.064
jul/08	72.846	111.374	58.386	88.791
ago/08	73.264	116.970	58.899	106.338
set/08	72.228	99.142	59.936	101.813
out/08	73.293	85.664	60.479	108.378
nov/08	74.596	132.685	65.955	100.894
dez/08	65.231	126.296		
jan/09	49.523	84.001		
Total			60.020	96.454

Segundo representantes do Grupo Braskem, no período de setembro e outubro de 2008 ocorreram paradas programadas para manutenção nas plantas da Quattor. Devido a essas paradas, a Quattor antecipou o volume de faturamento no mês de agosto de 2008 e, consequentemente, reduziu o volume de vendas no período das paradas. A compensação pode ser observada no mês seguinte, novembro de 2008.

Ainda segundo representantes do Grupo Braskem, a redução no ticket médio ocorrida a partir de janeiro de 2009 deu-se em função da queda dos preços internacionais do petróleo e de derivados.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Ticket médio mensal das faturas



Segundo representantes do Grupo Braskem, no período de setembro e outubro de 2008 ocorreram paradas programadas para manutenção nas plantas da Quattor. Devido a essas paradas, a Quattor antecipou o volume de faturamento no mês de agosto de 2008 e, consequentemente, reduziu o volume de vendas no período das paradas. A compensação pode ser observada no mês seguinte, novembro de 2008. Ainda segundo representantes do Grupo Braskem, a redução no ticket médio ocorrida a partir de janeiro de 2009 deu-se em função da queda dos preços internacionais do petróleo e de derivados.

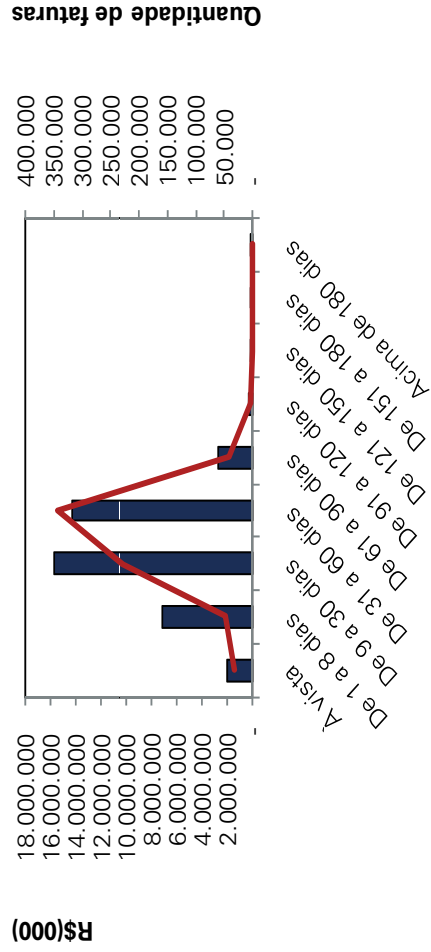
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 e Gráfico 2.3 - Distribuição do volume financeiro das vendas por prazo médio de vendas - Braskem

Prazo médio (Em dias)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)				Braskem			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)		%	% Acum.	Quantidade de faturas		%	% Acum.
À vista	2.082.136	4,93%	4,93%		32.016	4,55%	4,55%	
De 1 a 8 dias	7.124.119	16,87%	21,80%		49.320	7,01%	11,56%	
De 9 a 30 dias	15.694.445	37,17%	58,97%		229.344	32,60%	44,16%	
De 31 a 60 dias	14.256.341	33,76%	92,74%		345.030	49,05%	93,21%	
De 61 a 90 dias	2.682.229	6,35%	99,09%		42.459	6,04%	99,24%	
De 91 a 120 dias	346.057	0,82%	99,91%		4.819	0,69%	99,93%	
De 121 a 150 dias	19.707	0,05%	99,96%		308	0,04%	99,97%	
De 151 a 180 dias	6.032	0,01%	99,97%		51	0,01%	99,98%	
Acima de 180 dias	12.308	0,03%	100,00%		137	0,02%	100,00%	
Total	42.223.373	100,00%			703.484	100,00%		

Prazo médio ponderado

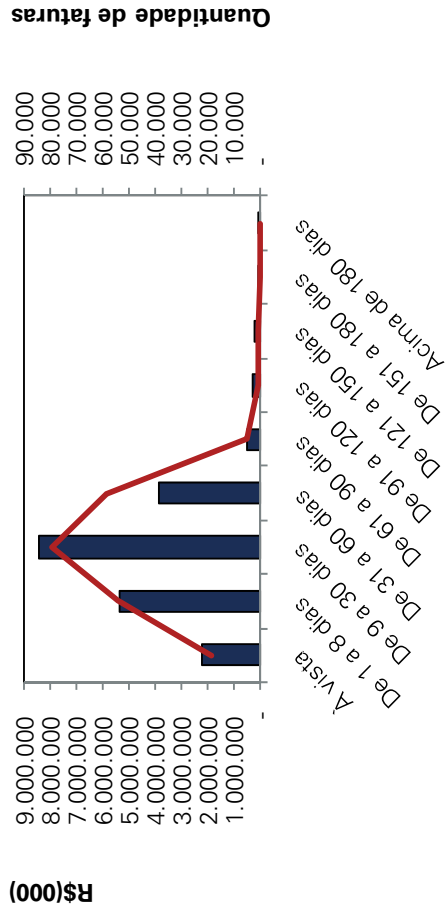
31 dias



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5a e Gráfico 2.3a - Distribuição do volume financeiro das vendas por prazo médio de vendas - Quattor

Prazo médio dias)	(Em dias)	Quattor			
		Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
À vista		2.254.046	10,75%	18.584	8,55%
De 1 a 8 dias		5.356.244	25,54%	54.101	24,88%
De 9 a 30 dias		8.419.204	40,14%	79.422	36,53%
De 31 a 60 dias		3.895.501	18,57%	58.951	27,11%
De 61 a 90 dias		513.671	2,45%	5.098	2,34%
De 91 a 120 dias		273.434	1,30%	737	0,34%
De 121 a 150 dias		221.137	1,05%	537	0,25%
De 151 a 180 dias		3.329	0,02%	1	0,00%
Acima de 180 dias		35.649	0,17%	2	0,00%
Total		20.972.214	100,00%	217.433	100,00%



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

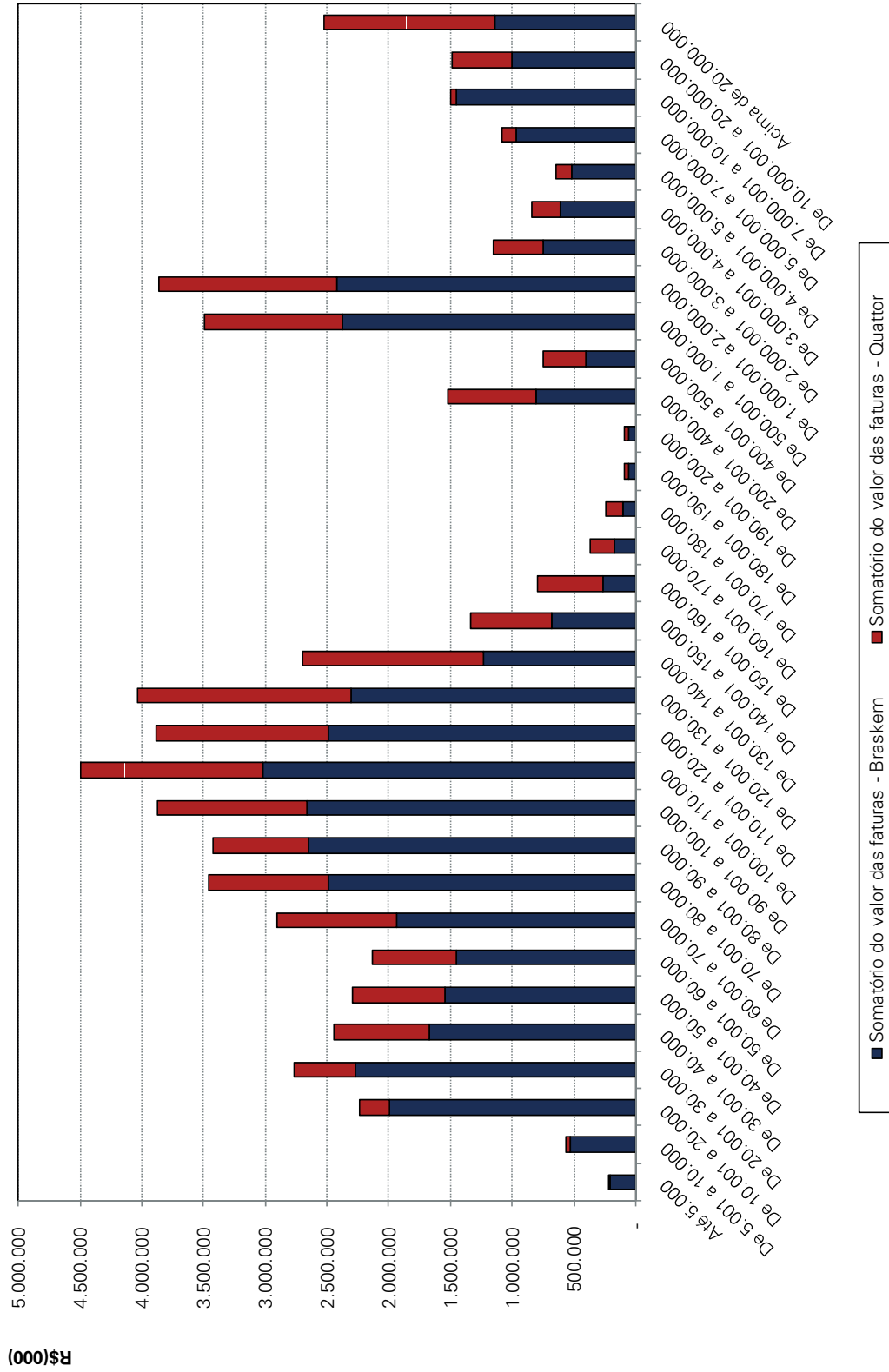
Tabela 2.6 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor

Faixas	Braskem				Quattor			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
Até 5.000	201.952	0,45%	0,48%	76.821	10,92%	10,92%	8.063	3,71%
De 5.001 a 10.000	525.280	1,24%	1,72%	71.470	10,16%	21,08%	5.453	2,51%
De 10.001 a 20.000	1.997.511	4,73%	6,45%	133.728	19,01%	40,09%	15.315	7,04%
De 20.001 a 30.000	2.265.814	5,37%	11,82%	93.461	13,29%	53,37%	20.321	9,35%
De 30.001 a 40.000	1.665.491	3,94%	15,76%	48.180	6,85%	60,22%	22.092	10,16%
De 40.001 a 50.000	1.543.818	3,66%	19,42%	34.654	4,93%	65,15%	16.823	7,74%
De 50.001 a 60.000	1.450.088	3,43%	22,85%	26.287	3,74%	68,89%	12.531	5,76%
De 60.001 a 70.000	1.938.731	4,59%	27,45%	29.773	4,23%	73,12%	14.790	6,80%
De 70.001 a 80.000	2.485.233	5,89%	33,33%	33.205	4,72%	77,84%	12.973	5,97%
De 80.001 a 90.000	2.651.140	6,28%	39,61%	31.161	4,43%	82,27%	9.142	4,20%
De 90.001 a 100.000	2.662.542	6,31%	45,92%	28.008	3,98%	86,25%	12.721	5,85%
De 100.001 a 110.000	3.021.971	7,16%	53,07%	28.778	4,09%	90,34%	13.982	6,43%
De 110.001 a 120.000	2.485.518	5,89%	58,96%	21.668	3,08%	93,42%	12.135	5,58%
De 120.001 a 130.000	2.306.155	5,48%	64,42%	18.474	2,63%	96,05%	13.800	6,35%
De 130.001 a 140.000	1.228.471	2,91%	67,33%	9.142	1,30%	97,35%	10.916	5,02%
De 140.001 a 150.000	683.060	1,62%	68,95%	4.738	0,67%	98,02%	4.487	2,06%
De 150.001 a 160.000	267.892	0,63%	69,58%	1.733	0,25%	98,27%	3.387	1,56%
De 160.001 a 170.000	168.742	0,40%	69,98%	1.027	0,15%	98,41%	1.219	0,56%
De 170.001 a 180.000	105.179	0,25%	70,23%	602	0,09%	98,50%	812	0,37%
De 180.001 a 190.000	59.196	0,14%	70,37%	321	0,05%	98,54%	195	0,09%
De 190.001 a 200.000	59.390	0,14%	70,51%	305	0,04%	98,59%	143	0,07%
De 200.001 a 400.000	808.435	1,91%	72,43%	2.915	0,41%	99,00%	2.440	1,12%
De 400.001 a 500.000	405.662	0,96%	73,39%	900	0,13%	99,13%	771	0,35%
De 500.001 a 1.000.000	2.369.480	5,61%	79,00%	3.345	0,48%	99,60%	1.518	0,70%
De 1.000.001 a 2.000.000	2.422.685	5,74%	84,74%	1.733	0,25%	99,85%	1.047	0,48%
De 2.000.001 a 3.000.000	752.521	1,78%	86,52%	316	0,04%	99,89%	165	0,08%
De 3.000.001 a 4.000.000	605.289	1,43%	87,95%	172	0,02%	99,92%	70	0,03%
De 4.000.001 a 5.000.000	522.348	1,24%	89,19%	117	0,02%	99,94%	26	0,01%
De 5.000.001 a 7.000.000	963.902	2,28%	91,47%	162	0,02%	99,96%	21	0,01%
De 7.000.001 a 10.000.000	1.450.375	3,44%	94,91%	173	0,02%	99,98%	6	0,00%
De 10.000.001 a 20.000.000	1.005.281	2,38%	97,29%	78	0,01%	99,99%	31	0,01%
Acima de 20.000.000	1.144.222	2,71%	100,00%	37	0,01%	100,00%	38	0,02%
Total	42.223.373	100,00%		703.484	100,00%		2.17.433	100,00%
							20.972.214	100,00%

© 2010 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil (KDNIS 94048). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Concentração dos clientes

Clientes	Braskem			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
1 ao 30	18.889.936	44,74%	163.872	23,29%
31 ao 100	8.393.628	19,88%	131.166	18,65%
101 ao 200	5.480.884	12,98%	104.994	14,92%
201 ao 500	6.128.436	14,51%	161.026	22,89%
501 ao 1.000	2.632.619	6,23%	101.095	14,37%
Demais (1.401 clientes)	697.870	1,65%	41.331	5,88%
Total	42.223.373	100,00%	703.484	100,00%

Clientes	Quattor			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
1 ao 30	13.073.597	62,34%	89.468	41,15%
31 ao 100	4.459.247	21,26%	58.941	27,11%
101 ao 200	1.776.129	8,47%	31.104	14,31%
201 ao 500	1.413.705	6,74%	28.831	13,26%
Demais (599 clientes)	249.536	1,19%	9.089	4,18%
Total	20.972.214	100,00%	217.433	100,00%

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Identificação dos 30 maiores clientes no período - Consolidado

Cliente	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
Cliente 1	2.069.158	3,27%	3,27%	4.654	0,51%	0,51%
Cliente 2	1.964.712	3,11%	6,38%	1.965	0,21%	0,72%
Cliente 3	1.930.566	3,05%	9,44%	4.985	0,54%	1,26%
Cliente 4	1.913.521	3,03%	12,47%	2.296	0,25%	1,51%
Cliente 5	1.592.477	2,52%	14,99%	7.161	0,78%	2,29%
Cliente 6	1.217.253	1,93%	16,91%	3.000	0,33%	2,61%
Cliente 7	1.099.221	1,74%	18,65%	1.651	0,18%	2,79%
Cliente 8	1.025.968	1,62%	20,27%	11.189	1,21%	4,01%
Cliente 9	942.067	1,49%	21,77%	2.077	0,23%	4,23%
Cliente 10	923.467	1,46%	23,23%	600	0,07%	4,30%
Cliente 11	833.640	1,32%	24,55%	14.687	1,59%	5,89%
Cliente 12	783.977	1,24%	25,79%	4.581	0,50%	6,39%
Cliente 13	747.801	1,18%	26,97%	9.512	1,03%	7,42%
Cliente 14	730.598	1,16%	28,13%	6.380	0,69%	8,12%
Cliente 15	713.805	1,13%	29,26%	389	0,04%	8,16%
Cliente 16	660.853	1,05%	30,30%	8.108	0,88%	9,04%
Cliente 17	644.522	1,02%	31,32%	5.619	0,61%	9,65%
Cliente 18	592.753	0,94%	32,26%	6.112	0,66%	10,31%
Cliente 19	568.667	0,90%	33,16%	6.325	0,69%	11,00%
Cliente 20	555.266	0,88%	34,04%	5.602	0,61%	11,61%
Cliente 21	472.666	0,75%	34,79%	4.647	0,50%	12,11%
Cliente 22	464.430	0,73%	35,52%	5.322	0,58%	12,69%
Cliente 23	455.687	0,72%	36,24%	31.116	3,38%	16,07%
Cliente 24	432.606	0,68%	36,93%	367	0,04%	16,11%
Cliente 25	430.936	0,68%	37,61%	1.736	0,19%	16,30%
Cliente 26	398.064	0,63%	38,24%	799	0,09%	16,38%
Cliente 27	364.328	0,58%	38,81%	613	0,07%	16,45%
Cliente 28	363.553	0,58%	39,39%	4.860	0,53%	16,98%
Cliente 29	356.748	0,56%	39,95%	567	0,06%	17,04%
Cliente 30	356.644	0,56%	40,52%	22.046	2,39%	19,43%
Total dos 30 maiores clientes	25.605.955	40,52%		178.966	19,43%	
Total demais (3.469 clientes)	37.589.632	59,48%		741.951	80,57%	
Total (3.499 clientes)	63.195.587	100,00%		920.917	100,00%	

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise

Descrição das faixas	Braskem		Quattor	
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.
Total sob análise	42.223.373		20.972.214	
(-) Devoluções	-		143.841	
(-) Faturas a vencer em 30 de junho de 2010	1.346.865		575.108	
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 30 de junho de 2010	40.876.508	100,00%	20.253.265	100,00%
Faturas liquidadas	40.688.477	99,54%	20.131.489	99,33%
Faturas antecipadas acima de 180 dias	6.445	0,02%	129	0,00%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	459	0,00%	38.951	0,19%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.630	0,00%	17.856	0,09%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	4.839	0,01%	172.525	0,85%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	118.128	0,29%	369.322	1,82%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	840.801	2,06%	114.546	0,57%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	850.801	2,08%	155.549	0,77%
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias	2.618.395	6,41%	769.336	3,80%
Faturas liquidadas no vencimento	31.803.205	77,80%	17.749.178	87,57%
Faturas liquidadas de 1 a 15 dias	3.094.332	7,57%	564.534	2,79%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias	692.502	1,69%	90.459	0,45%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias	436.459	1,07%	44.901	0,22%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias	124.467	0,30%	11.703	0,06%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias	37.358	0,09%	7.003	0,03%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias	25.833	0,06%	2.343	0,01%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias	11.987	0,03%	4.792	0,02%
Faturas liquidadas acima de 180 dias	20.837	0,05%	18.361	0,09%
Faturas vencidas e não liquidadas em 30 de junho de 2010	188.030	0,46%	121.776	0,67%
Faturas vencidas e não liquidadas até 6 dias	73.171	0,18%	22.234	0,11%
Faturas vencidas e não liquidadas de 7 a 11 dias	21.503	0,05%	10.770	0,05%
Faturas vencidas e não liquidadas de 12 a 15 dias	25.729	0,06%	2.812	0,01%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	7.269	0,02%	7.029	0,03%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	10.942	0,03%	5.477	0,03%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	1.126	0,00%	4.018	0,02%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	16.474	0,04%	1.866	0,01%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	13.123	0,03%	4.367	0,02%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	379	0,00%	7.327	0,04%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	18.316	0,04%	55.876	0,34%

Nota 1: Segundo representantes da Braskem, a cobrança da Empresa é realizada em D + 1, e o sistema registra apenas a data em que é processado o movimento, e não a data real de pagamento. Em razão dessa limitação do sistema ,adicionamos à faixa "Faturas liquidadas no vencimento" as faturas liquidadas com atraso de até três dias.

Nota 2: A base de dados referente à empresa Quattor apresenta operações de "Vendor" e "Cessão", as quais não foram identificadas nas análises por limitação da base de dados devido a migração de sistema.

Nota 3: Verificamos que do total vencido e não liquidado até seis dias, 51,05% referem-se às faturas emitidas pela Braskem com vencimentos em 30 de junho de 2010 (data-base de nossas análises); no caso da Quattor, esse percentual é de 26,18%. Segundo representantes do Grupo Braskem, as bases de dados foram geradas com data retroativa, e, em razão de o procedimento de cobrança ser realizado em D+1, tais baixas não constam na base de dados sob análise.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 - Matriz Triangular

Apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando as parcelas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.

Na tabela ao lado, apresentamos a média de recebimentos entre junho de 2007 e julho de 2010 em cada ciclo quinzenal.

Quinzenas	Braskem		Quattor		Quinzenas	Braskem		Quattor	
	Média de recebimentos	Desvio padrão	Média de recebimentos	Desvio padrão		Média de recebimentos	Desvio padrão	Média de recebimentos	Desvio padrão
1a	85,43 %	5,63 %	94,31 %	4,19 %	37a	99,97 %	0,10 %	99,89 %	0,15 %
2a	97,80 %	2,01 %	98,72 %	1,32 %	38a	99,98 %	0,10 %	99,90 %	0,15 %
3a	98,75 %	1,30 %	99,11 %	1,04 %	39a	99,98 %	0,10 %	99,91 %	0,14 %
4a	99,20 %	1,07 %	99,20 %	0,98 %	40a	99,98 %	0,09 %	99,92 %	0,13 %
5a	99,50 %	0,53 %	99,25 %	0,97 %	41a	100,00 %	0,01 %	99,93 %	0,12 %
6a	99,60 %	0,48 %	99,29 %	0,94 %	42a	100,00 %	0,01 %	99,94 %	0,11 %
7a	99,67 %	0,42 %	99,32 %	0,93 %	43a	100,00 %	0,01 %	99,95 %	0,11 %
8a	99,71 %	0,41 %	99,34 %	0,93 %	44a	100,00 %	0,01 %	99,95 %	0,10 %
9a	99,80 %	0,30 %	99,34 %	0,94 %	45a	100,00 %	0,01 %	99,96 %	0,10 %
10a	99,85 %	0,17 %	99,35 %	0,94 %	46a	100,00 %	0,01 %	99,97 %	0,10 %
11a	99,86 %	0,16 %	99,36 %	0,95 %	47a	100,00 %	0,01 %	99,97 %	0,10 %
12a	99,88 %	0,16 %	99,38 %	0,93 %	48a	100,00 %	0,01 %	99,96 %	0,10 %
13a	99,90 %	0,14 %	99,42 %	0,91 %	49a	100,00 %	0,01 %	99,96 %	0,10 %
14a	99,90 %	0,14 %	99,45 %	0,90 %	50a	100,00 %	0,01 %	99,96 %	0,10 %
15a	99,90 %	0,14 %	99,49 %	0,88 %	51a	100,00 %	0,01 %	99,96 %	0,11 %
16a	99,91 %	0,14 %	99,51 %	0,88 %	52a	100,00 %	0,00 %	99,96 %	0,11 %
17a	99,91 %	0,14 %	99,54 %	0,88 %	53a	100,00 %	0,00 %	99,96 %	0,11 %
18a	99,92 %	0,13 %	99,55 %	0,89 %	54a	100,00 %	0,00 %	99,96 %	0,11 %
19a	99,92 %	0,13 %	99,55 %	0,89 %	55a	100,00 %	0,00 %	99,96 %	0,12 %
20a	99,92 %	0,13 %	99,56 %	0,90 %	56a	100,00 %	0,00 %	99,96 %	0,12 %
21a	99,92 %	0,13 %	99,57 %	0,91 %	57a	100,00 %	0,00 %	99,95 %	0,12 %
22a	99,92 %	0,13 %	99,58 %	0,92 %	58a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,02 %
23a	99,92 %	0,13 %	99,59 %	0,93 %	59a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,02 %
24a	99,92 %	0,13 %	99,59 %	0,93 %	60a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,03 %
25a	99,92 %	0,13 %	99,61 %	0,94 %	61a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,03 %
26a	99,92 %	0,13 %	99,62 %	0,94 %	62a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,03 %
27a	99,93 %	0,13 %	99,62 %	0,95 %	63a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,03 %
28a	99,93 %	0,13 %	99,62 %	0,96 %	64a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,03 %
29a	99,93 %	0,13 %	99,75 %	0,41 %	65a	100,00 %	0,00 %	99,97 %	0,03 %
30a	99,94 %	0,12 %	99,76 %	0,41 %	66a	100,00 %	0,00 %	99,97 %	0,03 %
31a	99,95 %	0,12 %	99,78 %	0,41 %	67a	100,00 %	0,00 %	99,97 %	0,03 %
32a	99,96 %	0,11 %	99,83 %	0,23 %	68a	100,00 %	0,00 %	99,97 %	0,03 %
33a	99,97 %	0,09 %	99,84 %	0,22 %	69a	100,00 %	0,00 %	99,97 %	0,04 %
34a	99,97 %	0,10 %	99,85 %	0,21 %	70a	100,00 %	0,00 %	99,98 %	0,04 %
35a	99,97 %	0,10 %	99,87 %	0,17 %	71a	100,00 %	0,00 %	100,00 %	0,00 %
36a	99,97 %	0,10 %	99,88 %	0,16 %	72a	100,00 %	0,00 %	100,00 %	0,00 %

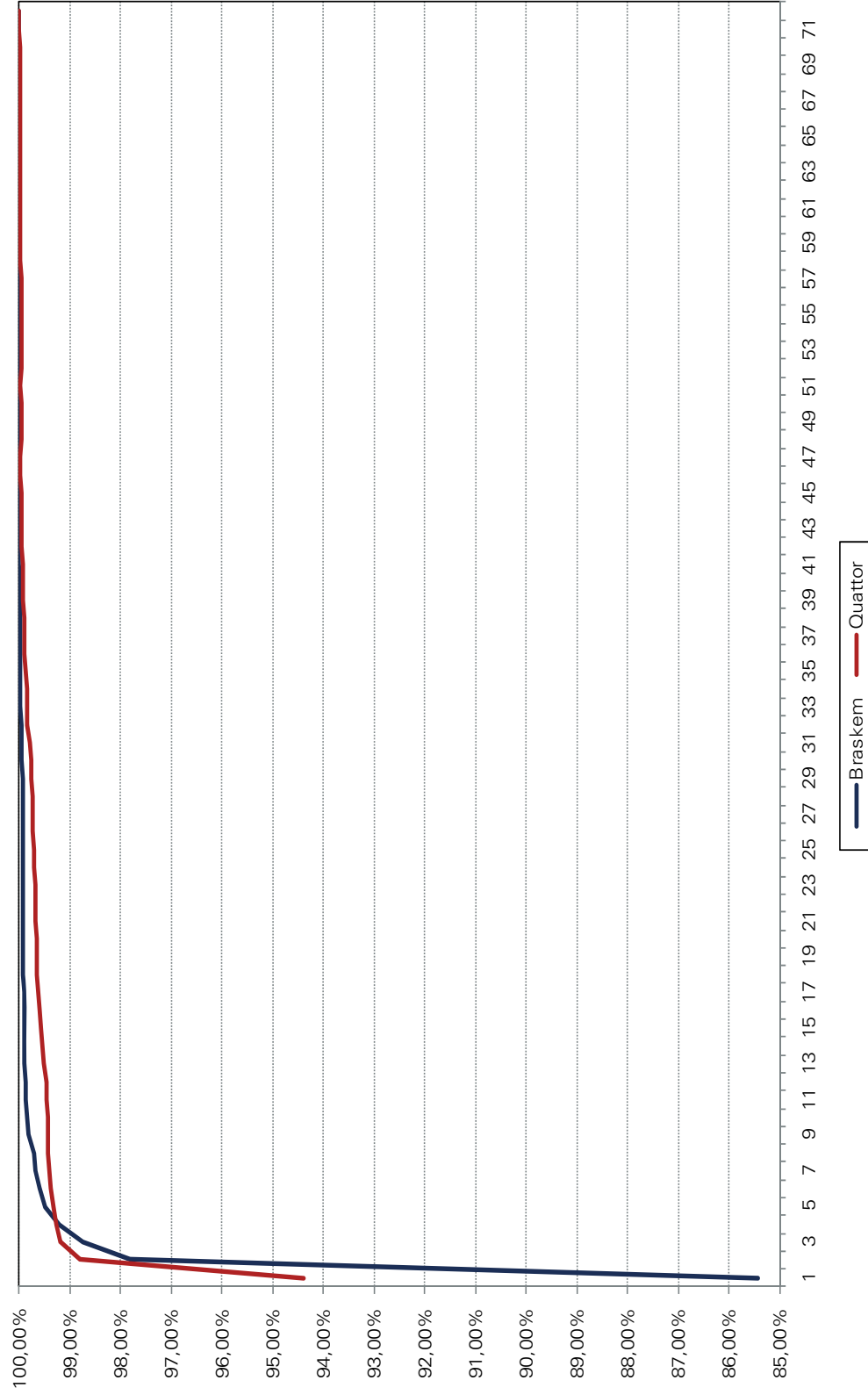
Nos anexos I e II, apresentamos a “matriz triangular” e desvios - padrão do período de 36 meses sob análise.



© 2010 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil (KOMS 94048) KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Representação gráfica da matriz triangular - Consolidado (36 meses)



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Eventos de prorrogação de vencimento - Braskem

Período	Prorrogações				FLS	
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas
jul/07	11.625	1,07%	235	1,44%	1.084.942	16.326
ago/07	22.562	1,85%	330	1,77%	1.221.059	18.694
set/07	18.435	1,64%	415	2,60%	1.125.475	15.947
out/07	18.165	1,65%	315	1,74%	1.099.851	18.069
nov/07	20.732	1,88%	359	2,03%	1.102.171	17.688
dez/07	48.402	4,35%	732	4,48%	1.113.548	16.354
jan/08	42.324	4,09%	322	2,09%	1.035.424	15.421
fev/08	13.005	1,70%	222	1,90%	763.821	11.667
mar/08	14.505	1,28%	304	1,67%	1.137.138	18.173
abr/08	10.963	1,08%	339	2,15%	1.013.378	15.737
mai/08	9.908	0,89%	173	1,01%	1.115.442	17.090
jun/08	47.268	4,00%	1.063	5,55%	1.182.825	19.139
jul/08	24.421	1,98%	506	3,00%	1.230.292	16.889
ago/08	19.708	1,57%	413	2,42%	1.252.014	17.089
set/08	45.442	3,04%	460	2,22%	1.496.713	20.722
out/08	21.823	1,30%	358	1,57%	1.674.747	22.850
nov/08	48.994	4,02%	653	4,00%	1.219.122	16.343
dez/08	27.728	2,69%	794	5,03%	1.029.674	15.785
Total	735.938	1,74%	14.512	2,06%	42.223.373	703.484

703.484

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

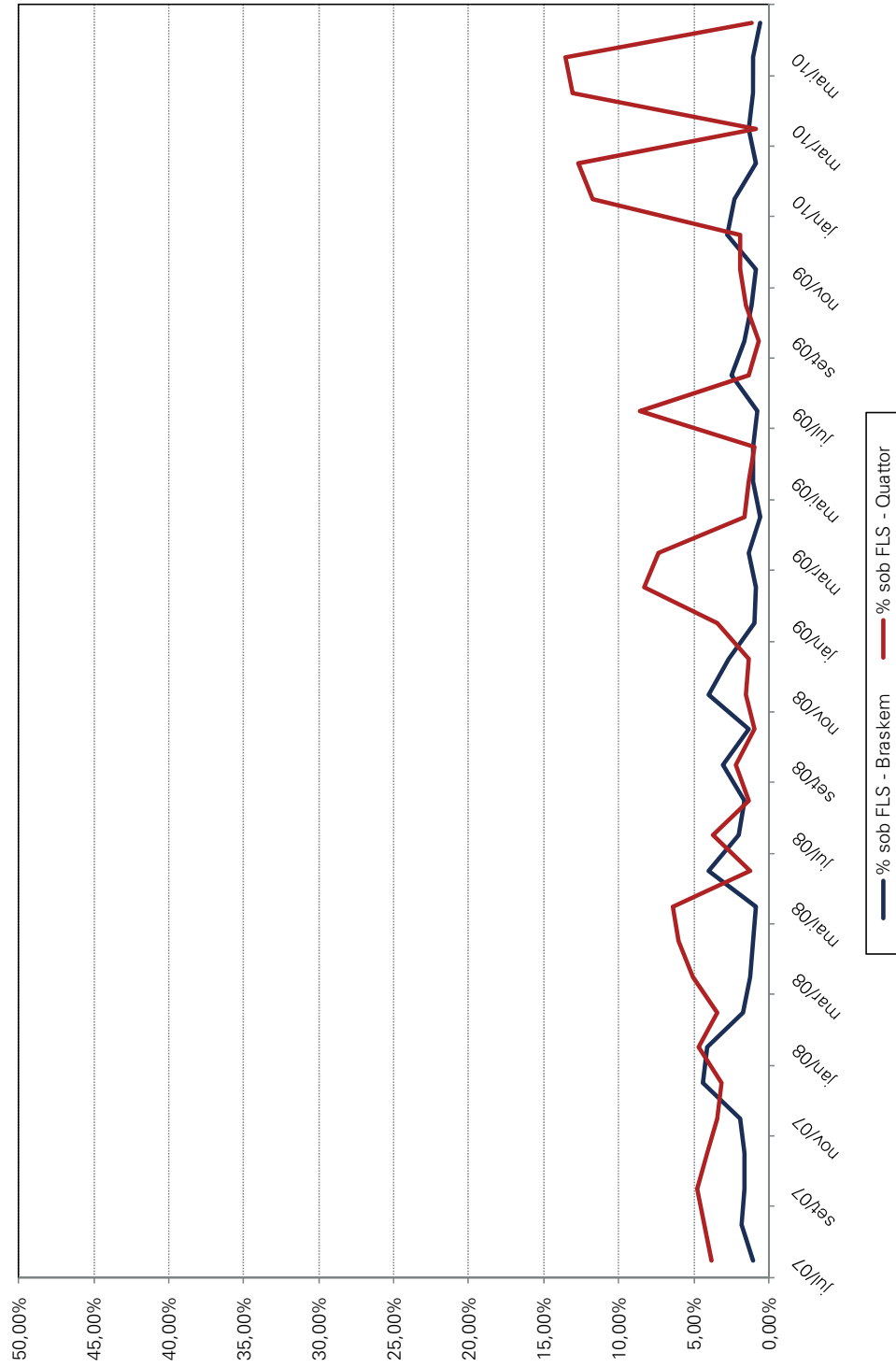
Tabela 2.11a - Eventos de prorrogação de vencimento - Quattor

Período	Prorrogações				FLS				Período	Prorrogações				FLS			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS		Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS
jul/07	23.643	3,81%	86	1,56%	619.968	5,521	5.521		jan/09	14.947	3,42%	142	2,73%	436.974		5.202	
ago/07	30.621	4,25%	147	2,13%	720.971	6.889	6.889		fev/09	32.491	8,30%	97	1,81%	391.530		5.345	
set/07	31.246	4,72%	111	1,75%	661.307	6.341	6.341		mar/09	34.152	7,34%	131	2,00%	465.586		6.543	
out/07	29.650	4,10%	89	1,27%	723.953	7.006	7.006		abr/09	7.401	1,60%	115	1,77%	461.442		6.512	
nov/07	22.032	3,39%	145	2,27%	649.997	6.395	6.395		mai/09	6.579	1,29%	85	1,21%	509.961		7.039	
dez/07	18.911	3,15%	213	4,03%	599.744	5.284	5.284		jun/09	4.667	0,91%	85	1,15%	515.547		7.381	
jan/08	33.178	4,72%	205	3,10%	703.467	6.614	6.614		jul/09	47.192	8,54%	72	1,11%	552.795		6.505	
fev/08	22.397	3,45%	241	4,07%	649.548	5.920	5.920		ago/09	7.029	1,35%	86	1,38%	519.742		6.229	
mar/08	33.047	5,04%	202	3,48%	655.456	5.801	5.801		set/09	4.620	0,70%	71	0,92%	658.016		7.693	
abr/08	37.494	6,01%	140	2,50%	624.241	5.599	5.599		out/09	7.730	1,48%	93	1,55%	522.803		5.984	
mai/08	45.643	6,42%	218	3,16%	710.773	6.892	6.892		nov/09	9.367	1,86%	113	1,88%	502.924		6.006	
jun/08	9.291	1,26%	117	1,69%	739.101	6.942	6.942		dez/09	9.489	1,90%	127	2,07%	499.663		6.138	
jul/08	27.756	3,67%	103	1,52%	756.342	6.791	6.791		jan/10	62.579	11,75%	183	3,13%	532.722		5.850	
ago/08	8.284	1,32%	73	1,36%	627.778	5.367	5.367		fev/10	64.243	12,68%	99	1,74%	506.461		5.704	
set/08	9.253	2,22%	97	2,31%	416.395	4.200	4.200		mar/10	5.530	0,85%	65	1,06%	651.744		6.129	
out/08	3.995	0,96%	37	0,76%	415.298	4.848	4.848		abr/10	86.491	13,09%	183	2,82%	660.565		6.488	
nov/08	8.361	1,56%	88	2,18%	535.119	4.033	4.033		mai/10	88.370	13,52%	140	2,32%	653.845		6.033	
dez/08	5.980	1,33%	62	1,74%	449.487	3.559	3.559		jun/10	7.389	1,10%	75	1,13%	670.947		6.650	
									Total	901.048	4,30%	4.336	1,99%	20.972.214		217.433	

Segundo representantes da Braskem, os títulos com prorrogações de até três dias referem-se a títulos com vencimento nos fins de semana e feriados, sendo prorrogados para o próximo dia útil. Referem-se também a títulos com prazo de faturamento muito curto, o que inviabiliza a entrega física do boleto bancário. Tais dados não foram excluídos desta análise.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Eventos de prorrogação de vencimento



Segundo representantes do Grupo Braskem, os títulos com prorrogações de até três dias referem-se a títulos com vencimento nos fins de semana e feriados, sendo prorrogados para o próximo dia útil. Referem-se também a títulos com prazo de faturamento muito curto, o que inviabiliza a entrega física do boleto bancário. Tais dados não foram excluídos desta análise.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

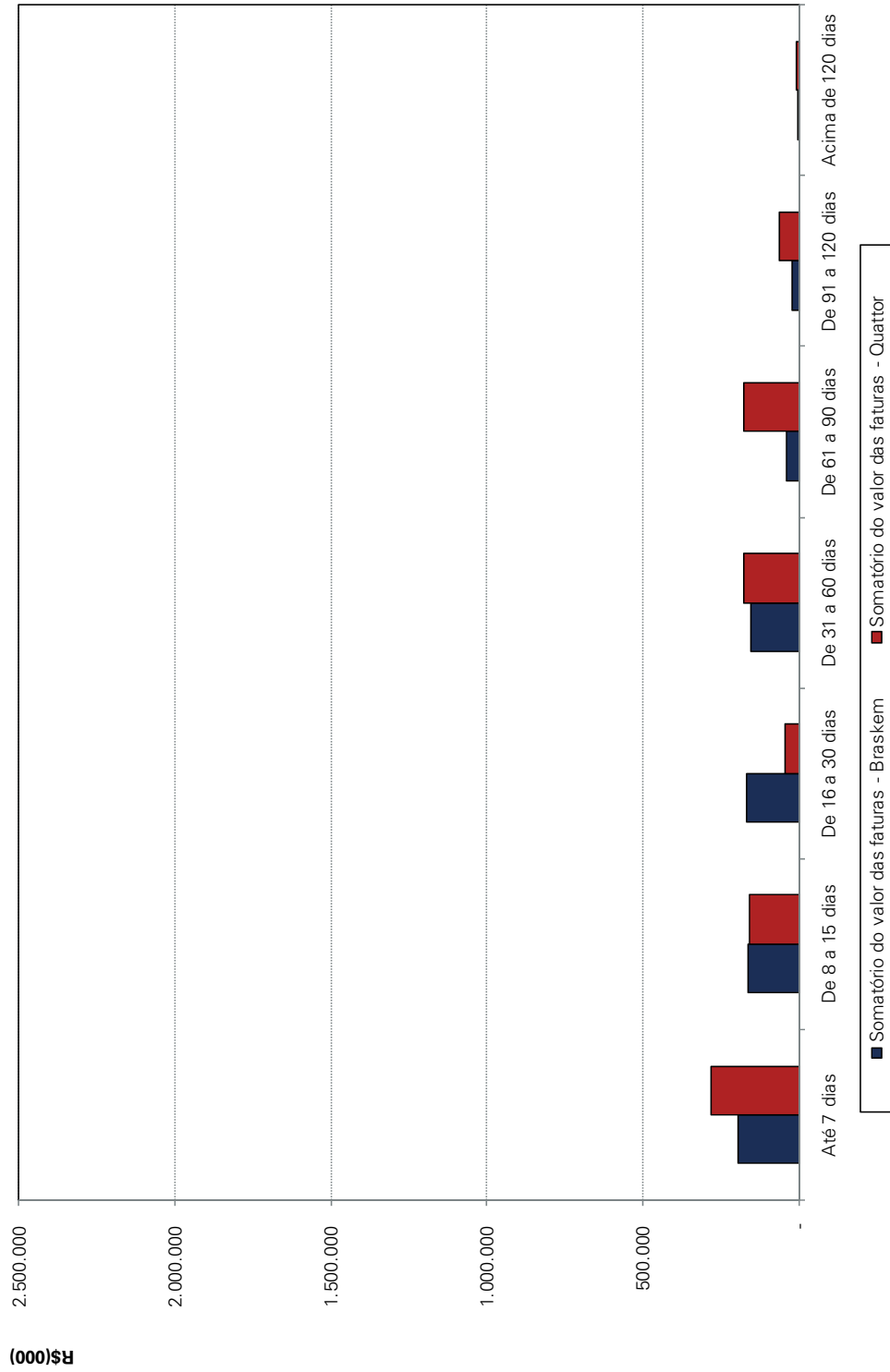
Tabela 2.12 - Prazo médio das prorrogações de vencimento

Prazo médio (Em dias)	Braskem				Quattor			
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
Até 7 dias	195.365	26,55%	2.803	19,32%	278.358	30,89%	2.370	54,66%
De 8 a 15 dias	161.358	21,93%	3.098	21,35%	159.163	17,66%	607	14,00%
De 16 a 30 dias	166.058	22,56%	3.752	25,85%	41.958	4,66%	462	10,65%
De 31 a 60 dias	153.691	20,88%	3.017	20,79%	174.792	19,40%	534	12,32%
De 61 a 90 dias	39.372	5,35%	1.440	9,92%	175.570	19,49%	146	3,37%
De 91 a 120 dias	19.559	2,66%	393	2,71%	63.209	7,02%	136	3,14%
Acima de 120 dias	535	0,07%	9	0,06%	7.998	0,89%	81	1,87%
Total	735.938	100,00%	14.512	100,00%	901.048	100,00%	4.336	100,00%
Prazo médio ponderado	26 dias				37 dias			

Segundo representantes do Grupo Braskem, os títulos com prorrogações de até três dias referem-se a títulos com vencimento nos fins de semana e feriados, sendo prorrogados para o próximo dia útil. Referem-se também a títulos com prazo de faturamento muito curto, o que inviabiliza a entrega física do boleto bancário. Tais dados não foram excluídos desta análise.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.7 - Prazo médio das prorrogações de vencimento



Segundo representantes do Grupo Braskem, os títulos com prorrogações de até três dias referem-se a títulos com vencimento nos fins de semana e feriados, sendo prorrogados para o próximo dia útil. Referem-se também a títulos com prazo de faturamento muito curto, o que inviabiliza a entrega física do boleto bancário. Tais dados não foram excluídos desta análise

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

Braskem

Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia da Braskem, contemplando o faturamento correspondente ao período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Braskem com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos dois meses para o período compreendido entre janeiro e junho de 2010, tais como março de 2010 e junho de 2010. Para o período entre julho de 2007 e dezembro de 2009, a conciliação foi apresentada em relatórios anteriores. Os resultados estão apresentados a seguir:

Período	A		B		Saldo contábil		Saldo contábil		Diferença - Representatividade	
	Somatório do valor das faturas sob análise - R\$(000)	Somatório do valor das faturas Intercompany - R\$(000)	(A)+(B)		MI - R\$ (000)	vendas produtos (SAB 104) - R\$ (000)	Saldo contábil para conciliação - R\$(000)		R\$ (000)	da diferença - %
mar/10	1.435.956	56.879	1.492.835		1.474.820					
jun/10	1.402.130	25.441	1.427.571		1.303.519	6.064	1.480.884	-	11.951	-0,81%
Total testado	2.838.086	82.320	2.920.407	35,5%	2.778.339	121.774	1.425.293	-	2.278	-0,16%
Total FLS para conciliação			8.236.859	100,0%			2.906.177	-	14.229	-0,97%
Demais			5.316.452	64,54%						

* O total do FLS para conciliação considera os seguintes aspectos:

Descrição	Somatório do valor das faturas - R\$(000)
Total da base de dados	8.797.654
(-) outros faturamentos não analisados	24.741
(-) faturas com data de vencimento inferior a data	29.955
(-) faturas canceladas	506.101
Total FLS para conciliação	8.236.859
(-) total operações Intercompany	237.894
Total FLS	7.998.964



Seção 3.1 - Conciliação da base de dados (cont.)

** Saldo Contábil Vendas Produtos MI (SAB 104) refere-se aos produtos faturados e não entregues ao cliente, por conta de fretes, produção etc.

*** Segundo representantes da Braskem, a natureza das divergências apontadas apresentam a seguinte principal razão:

- A cada final de trimestre-calendário, base para a entrega das informações trimestrais ao mercado, é efetuado um ajuste nos saldos contábeis. Tal ajuste, de acordo com representantes da Braskem, decorre de uma prática contábil conservadora, que requer a obtenção de confirmação por parte do Sacado, de recebimento e aceite da mercadoria, para que a venda apontada na base de dados possa ser efetivamente registrada como faturamento contábil daquele período.

Comentário sobre procedimento de conciliação

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados (cont.)

Quattor

Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia da Braskem, contemplando o faturamento correspondente ao período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2010.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Braskem com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos o mês de junho de 2010. Os resultados estão apresentados a seguir:

Período	A		B		Saldo contábil para conciliação - R\$(000)	Diferença - R\$(000)	Representatividade da diferença - %
	Somatório do valor das faturas sob análise - R\$(000)	Somatório do valor das faturas Intercompany - R\$(000)	(A) + (B)				
jun/10	670.947	162.533	833.481		832.754	727	0,09%
Total testado			833.481	3,19%			
Total FLS para conciliação			26.109.371	100,00%			
Demais			25.275.891	96,81%			

* O total do FLS para conciliação considera os seguintes aspectos:

Descrição	Somatório do valor das faturas - R\$(000)
Total da base de dados	30.855.913
(-) outros faturamentos não analisados	827.795
(-) faturas emitidas fora do período de análise	3.904.130
(-) faturas canceladas	14.617
Total FLS para conciliação	26.109.371
(-) Total operações Intercompany	5.137.157
Total FLS	20.972.214

Comentário sobre procedimento de conciliação

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



Seção 3.2 - Verificação física das faturas

Com o objetivo de se estabelecer um apropriado nível de confiança nos dados disponibilizados pelo Grupo Braskem e pelo Grupo Quattor, selecionamos uma amostra de cem faturas constantes na base de dados disponibilizada para a realização dos testes e a confrontamos com os respectivos "espelhos" das notas fiscais extraídas do sistema de faturamento. Apresentamos a seguir o resultado da aplicação deste procedimento:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não aplicável	Não apresentado	Total	Obs.
Verificação "CNPJ"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Razão social"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Data de vencimento"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Data de pagamento"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Valor da nota fiscal"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Número de referência"	97	-	-	-	3	100 (i)
Verificação "Número do documento"	97	-	-	-	3	100 (i)

(i) 3 faturas referentes a empresa Fasciatus não foram apresentadas. Segundo representantes do Grupo Braskem, tal empresa não faz mais parte do grupo e as mesmas não puderam ser visualizadas no sistema pelo fato do sistema não ter sido migrado.

Da amostra de cem faturas, 27% são representados por faturas do Grupo Braskem e o restante, por faturas do Grupo Quattor.

Seção 3.3 - Resultado dos testes de aderência às políticas de crédito

Teste de aderência I - Cadastro de clientes

Com o objetivo de testar a aderência à política de cadastro de clientes, verificamos cinco casos de clientes cadastrados, e os resultados apurados foram os seguintes:

Cliente	Atas do cliente	Contrato social	Procuração	Última alteração contratual	Cartão CNPJ	Estatuto social	Último balanço	Garantia	Obs.
1 Cliente AA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	N/A*	
2 Cliente BB	⊗	✓	N/A	⊗	✓	⊗	✓	N/A*	
3 Cliente CC	⊗	⊗	N/A	⊗	✓	⊗	⊗	N/A*	
4 Cliente DD	⊗	⊗	N/A	⊗	✓	⊗	✓	N/A*	
5 Cliente EE	✓	⊗	N/A	✓	✓	⊗	✓	N/A*	

✓ Documentos apresentados sem divergências.

N/A Verificação em andamento.

N/A* Segundo representantes do Grupo Braskem as garantias estão sendo revisadas.

⊗ Documentos não apresentados até 07 de outubro de 2010, pois segundo representantes do Grupo Braskem os mesmos encontram-se em arquivos de terceiros, fora das instalações das empresas do Grupo.

Seção 3.3 - Resultado dos testes de aderência às políticas de crédito (cont.)

Teste de aderência II - Gestão dos limites de crédito

Com o objetivo de testar a aderência dos procedimentos constantes na política de crédito relacionado à gestão dos limites de crédito concedidos, selecionamos para teste 20 clientes. Apresentamos a seguir o resultado apurados: (valores expressos em R\$)

Cliente	Valor limite atual (em 30 de junho de 2010)	Data da concessão do limite atual (A)	Data de vencimento do limite atual (B)	Data de Out standing comprometido no período entre A e B)	% faturamento	Última data que houve faturamento	Obs.:
Cliente A	R\$ 42.000.000,00	01/06/2010	01/06/2011	R\$ 57.930.119,19	137,93%	30/09/2010	Ver nota,
Cliente B	R\$ 6.300.000,00	31/07/2010	31/07/2011	R\$ 3.792.729,14	60,20%	23/07/2010	
Cliente C	R\$ 2.240.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 2.002.035,62	89,38%	30/09/2010	
Cliente D	R\$ 14.000.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 11.651.912,32	83,23%	30/09/2010	
Cliente E	R\$ 1.400.000,00	30/06/2010	30/06/2011	R\$ 534.682,00	38,19%	-	
Cliente F	R\$ 170.000,00	31/07/2009	31/07/2010	-	-	-	
Cliente G	R\$ 15.000.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 9.960.545,80	66,40%	30/06/2010	
Cliente H	R\$ 8.000.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 7.072.650,00	88,41%	-	
Cliente I	R\$ 5.000.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 870.147,46	17,40%	30/09/2010	
Cliente J	-	-	-	-	-	-	Ver nota,
Cliente K	-	-	-	-	-	-	Ver nota,
Cliente L	-	-	-	-	-	-	Ver nota,
Cliente M	-	-	-	-	-	-	Ver nota,
Cliente N	R\$ 800.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 1.672.774,00	209,10%	15/09/2010	Ver nota,
Cliente O	R\$ 970.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ -	-	23/03/2010	
Cliente P	R\$ 17.050.000,00	31/07/2009	31/07/2010	R\$ 19.324.761,00	113,34%	-	Ver nota,
Cliente Q	R\$ 450.000,00	20/05/2010	20/05/2011	R\$ 148.611,00	33,02%	-	
Cliente R	R\$ 400.000,00	18/09/2009	18/09/2010	R\$ 350.375,00	87,59%	-	
Cliente S	R\$ 200.000,00	25/09/2009	25/09/2010	-	-	-	
Cliente T	R\$ 1.000.000,00	31/07/2009	31/07/2010	-	-	-	

Seção 3.3 - Resultado dos testes de aderência às políticas de crédito (cont.)

Teste de aderência II - Gestão dos limites de crédito (cont.)

Notas:

Cliente A : Segundo representantes do Grupo Braskem, o limite está ultrapassado devido a uma pendência judicial, o que faz com que a exposição do cliente seja bem menor.
Cliente J = Cliente considerado inativo
Cliente K = Cliente considerado inativo
Cliente L = Cliente considerado inativo
Cliente M : Cliente considerado inativo
Cliente N : Segundo representantes do Grupo Quattor, o limite está sendo revisado.
Cliente P : Segundo representantes do Grupo Quattor, o limite está sendo revisado.

Seção 3.3 - Resultado dos testes de aderência às políticas de crédito (cont.)

Teste de aderência III - Análise de crédito

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados na política de crédito, foi realizada a verificação das análises de crédito referente a cinco clientes selecionados aleatoriamente, cujos resultados apurados foram:

Cliente	Análise qualitativa comercial	Aprovação limite de crédito	Consulta Serasa	Ata do comitê de crédito *	Relatório de aprovação do <i>Workflow</i> **	Histórico de faturamento Braskem/Quattor	Análise sistema Visionário	Data de análise do Sistema Visionário	Obs.
1 Cliente FF	✓	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓	
2 Cliente GG	✓	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓	✓	
3 Cliente HH	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(i)
4 Cliente II	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(ii)
5 Cliente JJ	✓	✓	✓	N/A	N/A	✓	✓	✓	

* A ata do comitê de crédito é aplicável somente para valores acima de R\$ 5.000.000,00

** Procedimento não aplicável para clientes Quattor

N/A Não aplicável

✓ Documento apresentado sem divergências.

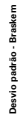
Obs.

- (i) Cliente inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.
- (ii) Cliente inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.

Anexos

322

323

[illegible]

[illegible]

[illegible]

